



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS E
IDENTIDADES (PPGCITI)**

AURISTELA CORREA CASTRO

**DENDECULTURA NO TERRITÓRIO DE REMANESCENTES DE
QUILOMBOS DE JAMBUAÇU NO BAIXO TOCANTINS**

ABAETETUBA – PA

2019

AURISTELA CORREA CASTRO

**DENDECULTURA NO TERRITÓRIO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS
DE JAMBUAÇU NO BAIXO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará-UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba como requisito para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI). Área de Concentração: Ciências Sociais e suas Humanidades. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios

Orientador

Dr. Aquiles Vasconcelos Simões

Co-orientador

Dr. André Luis Assunção de Farias

ABAETETUBA – PA

2019

AURISTELA CORREA CASTRO

**DENDECULTURA NO TERRITÓRIO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE
JAMBUAÇU NO BAIXO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará-UFGPA/Campus Universitário de Abaetetuba como requisito para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI.

Área de Concentração: Ciências Sociais e suas Humanidades.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios

Data da aprovação. Abaetetuba (PA): 11 / 01 / 2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões
Universidade Federal do Pará - (UFGPA/PPGCITI)
Orientador e presidente da banca

Prof. Dr. André Luis Assunção de Farias
Universidade Federal do Pará - (UFGPA/PPGCITI)
Co-orientador

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares
Universidade Federal do Pará (UFGPA/PPGCITI)
Membro Titular/Programa)

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Universidade Federal do Pará (UFGPA/PPGDAM)
Membro Titular/Externo)

Dedico a minha querida mãe Estela por seu amor e apoio incondicional e ao Igor, meu filho, meu “anjo azul” e “meu autista favorito”.

AGRADECIMENTOS

Sim agradeço à Deus e aos meus guias que sempre estiveram comigo nesta caminhada.

Seria impossível para uma pessoa que vem de uma comunidade chamada Piraquara – Lago Grande a 146 quilômetros de Santarém, cujos pais compõe a grande massa da população pobre da Amazônia, fazer um curso superior e muito menos um mestrado. Realizar um sonho de tamanha magnitude não poderia ser galgado sozinho, muitas pessoas estiveram presentes nessa trajetória.

Agradeço a minha querida mãe Estela por seu amor, suas orações e pela força, por sempre estar comigo mesmo distante, agradeço ao meu pai Manoel, as minhas irmãs amadas Cleia e Cleide e Gerlande meu irmão amado pelo amor, pelo apoio e pelas ajudas.

Ao meu filho Igor que durante o período do mestrado teve o diagnóstico de autismo confirmado e que sofreu junto com a mãe todas as dificuldades que esse momento traz, enxugou minhas lágrimas, tratou minhas dores e nunca reclamou.

Agradeço ao professor Aquiles Simões meu orientador por ter aceitado o desafio de me orientar, obrigada pela paciência, pelo cuidado, por me trazer de volta nos momentos de crise, por me mostrar o foco, pelas orientações, muito obrigado professor por tudo.

Aos professores da graduação, minha gratidão: Abner Vilhena pela ajuda por tudo que fez por mim, pelas orientações, por sempre me dar forças e pelo carinho, obrigada professor por tudo, Marcio Benassuly que muito me ajudou na construção do meu trabalho, sempre paciente e atencioso, Marcia Janete pela ajuda com as dicas do projeto, e Tarcísio Lobato pela força.

Agradeço aos professores do PPGCITI, pelo carinho, pelo apoio, pelas orientações, professor Alexandre Cals, professor Francinei Bentes, professor Augusto Sarmiento, professor Afonso, professora Joyce Ribeiro, em especial a professora Eliana Teles por tudo, por ser incansável, por sua ajuda, por seu carinho, pelas orientações, por tudo o que fez por mim e meu filho, mesmo quando achei que ia cair, ela estava lá dando seu apoio sempre, obrigada professora.

Aos meus colegas do mestrado principalmente a Juliane tão humana, tão gentil, obrigada Ju, agradeço ainda ao Nelson, a Gerlane, a Rosenilda, a Aline e a Ana.

A colega Cristina, a “ppgau”, a Marivânia, dona Zózima, as amigas Juh e Marcelle, juntamente com sua família que me receberam tão carinhosamente, a Camila e Raileno, Claudiana, ao Francissuaro, a Cecília, a Grazi, a Alessandra, seu esposo seu Bené, suas filhas Bia e Cecília, ao seu Mundiquinho e a dona Jota por terem me ajudado, a Patrícia e toda família, grandes amigos, a dona Mundinha e sua família que cuidou de mim com tanto cuidado.

Aos funcionários da UFPA/Abaetetuba: a Jesus do PPGCITI, ao seu “Zé” e ao Estevão sempre muito gentis, a amiga Lúcia da biblioteca pelo imenso carinho e apoio, ao seu Manoel da portaria sempre muito atencioso, ao querido Hosana tão solícito e paciente, com seu carinho e sua amizade sempre esteve disposto a ajudar em tudo que foi possível, obrigada Hosana.

Ao meu amigo Fabio Santos, o “Fabinho que é o maior exemplo de que é amizade verdadeira. Ao amigo Rafael Lopes do GEDAF que viajou comigo e foi essencial na coleta de dados, e principalmente na paciência, pessoa extraordinária. Ao Sr. Pedro Carlos, o pai “Pedrinho” à quem devo a vida.

Aos amigos do Quilombo de Jambuaçu que abriram suas portas, suas casas, seus corações, seus sorrisos e me receberam de coração de braços abertos, ao amigo Sávio Lima, a amiga Daiane, a Duane, a Andreia, a dona Dila, e seu esposo seu Galego tão gentis, ao Fabricio e toda sua família, sua mãe, sua avó dona Saturnina, seu avó, seu irmão “*in memoriam*”, a Elias e seu pai seu Firmino, a professora Valda, seu Hilarinho, ao diretor e aos funcionários da Casa Familiar Rural tão receptivos obrigada, a seu Cupertino, mais conhecido por seu Cuperto e sua esposa dona Olinda, seu João de Deus e família, ao amigo Diego grande guerreiro e sua família, seu Estanislau, o Estandico, a Carol sua neta, a sua esposa e toda sua família, a dona Nelis e família, ao seu João de Deus e Família, a Ana da Bambaê e seu esposo, a dona Maria do Carmo, a Josi, a todos meus queridos quilombolas, inclusive aos que porventura eu não tenha colocado aqui e que deixaram que eu escutasse sua história de vida, aos membros da Associação de Santana do Axé, da Associação de Santa Luzia, da Associação de Santa Maria, de Nossa Senhora das Graças, da Bambaê e todos aqueles que porventura eu não tenha citado deixo meu carinho e minha gratidão.

Á Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou meus estudos e possibilitou que eu estudasse, sem isso eu não teria como realizar um sonho de fazer mestrado. Agradeço aos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos Sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) que disponibilizou recursos para as viagens ao campo. Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Ambiente, Território e Interculturalidade (GEPIATI), que contribuiu grandemente para minha formação, pelos minicursos, pelos estudos, pelos treinamentos e onde aprendi muito sobre a Nova Cartografia Social que possibilitou uma forma de ver o mundo que leva em consideração o total respeito aos povos e comunidades tradicionais. Agradeço a Grupo de Pesquisa Novo Institucionalismo Econômico e Fronteiras (GNIEF) pela construção e pelo aprendizado que me colocaram no mestrado.

Agradeço a pessoa que me ajudou a chegar neste mestrado, que chorou de alegria quando viu meu nome na lista de aprovados, perdeu sono comigo me ajudando, me ajudou construir cada passo necessário para realizar esse sonho quase impossível para mim. Desde a graduação, me deu a oportunidade de ser voluntária no seu projeto, me norteou, me chamou atenção quando eu estava errada, me ajudou em tudo o que foi possível, agradeço sua esposa Renata, sua filha Helena, seus pais, professor David Carvalho que me orientou e sua mãe Maryan que me receberam de coração em sua casa. Não há preço que pague, nunca vou esquecer, difícil acreditar que existem pessoas com tamanho coração, sempre lhe terei muito respeito, muito carinho, muita gratidão e admiração. Sim professor André Cutrim Carvalho, muito obrigada!

Globalização

Globalização é a nova onda o Império do Capital em ação
fazendo sua rotineira ronda

No gueto não há nada de novo

Além do sufoco que nunca é pouco

Além do medo e do desemprego, da violência e da
impaciência

De quem partiu para o desespero numa ida sem volta

Além da revolta de quem vive as voltas com a exploração e a
humilhação de um sistema impiedoso há nada de novo

Além da pobreza e da tristeza de quem se senti traído e
esquecido

Ao ver os filhos subnutrido sem educação crescendo ao lado
de esgotos banidos a contragosto pela sociedade

Declarado bandidos sem identidade que serão reprimidos em
sumaria execução sem nenhuma apelação

Refrão

Não há nada de novo entre a terra e o céu, nada de novo
se não houver o dragão e seu tenebroso véu de destruição e
de fogo

Sugando sangue do povo de geração em geração
especulando pelo mundo todo é só o velho sistema do dragão

Não não há nem uma ilusão, ilusão

Só haverá mais tribulação, tribulação

Os dirigentes do sistema impõem o seu lema livre mercado
mundo educado para consumir e existir sem questionarão
pensam em diminuir ou domar a voracidade

é sacanagem do capitalismo selvagem com seus tentáculos
multinacionais querem mais e mais lucros abusivos grandes
executivos são seus abastardos serviçais não se importam
com a fome, com os direitos do homem

Querem abocanhar o globo dividir com poucos o bolo
deixando migalhas para o resto da gentália

em seus muitos planos

não veem seres humanos e os seus valores

só milhões e milhões de consumidores

são tão otimistas em suas estatísticas e previsões

falam de crescimento e desenvolvimento por muitas e muitas
gerações

Refrão

Não há nada de novo entre a terra e o céu, nada
de novo

se não houver o dragão e seu tenebroso véu de
destruição e de fogo

Sugando sangue do povo de geração em
geração

especulando pelo mundo todo é só o velho
sistema do dragão

Não não há nem uma ilusão, ilusão

Só haverá mais tribulação, tribulação
não sentem o momento crítico talvez
apocalítico

os tigres asiático são o exemplo típico
agora mais parecem gatinho raquíticos e
asmáticos

se o sistema quebrar será questão de tempo
até chegar o desabastecimento e o
racionamento

que sinistra a situação o globo inchado e
devastado

com a superpopulação, tempos de bavaria
então virão

tempos de êxitos e diversão

a agua pode vir a UrUU!!!

o rango um rico tesouro IABA!!!

globalização e uma falsa noção do que seria a
integração com todo o respeito a integridade e
a dignidade de cada nação é o infeliz do grande
capital o poder da grana internacional que faz
de cada país apenas mais um seu quintal é o
poder do dinheiro movendo o mundo inteiro e
agora

Ricos cada vez mais ricos e metidos

pobres cada vez mais pobres e falidos

Globalização o delírio do dragão!!!

Tribo de Jah

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em demonstrar como a expansão da dendecultura vem afetando territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins. Como eixos norteadores nos esclarecimentos dessas questões utilizamos como objetivos específicos: demonstrar a presença da dendecultura em comunidades de povos tradicionais no Baixo Tocantins; estudar os efeitos que a expansão dessa monocultura do agronegócio do dendê causou nas comunidades; demonstrar como essas comunidades se organizam frente ao avanço dessa *commodity* em seu território; analisar se a expansão da dendecultura, caracteriza “*land grab*”. Para atender a viabilidade da pesquisa a metodologia utilizada fez um recorte temporal do período de implementação do PNPB até a data de realização da pesquisa, fazendo uma abordagem do contexto histórico e do processo de gênese e dos fatores que possibilitaram a implantação da política, levando em consideração a arena da ação pública, os atores, os valores, os algoritmos, as normas e as imagens dessa política. Em função das Ciências Sociais exigirem a confrontação do real com teoria de embasamento da pesquisa, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005), foi escolhido como local de estudo o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, localizado no “berço da dendecultura”, o Município de Moju na Região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. Foi realizado a descrição do referido território, assim como as comunidades designadas como lócus de pesquisa. Utilizou-se a entrevista de caráter exploratório não diretiva, em caráter individual, ou em grupo familiar, onde participaram senhoras, senhores, jovens, e também lideranças, ou membros da comunidade que vivenciaram o processo de formação do território e a chegada do dendê, foi empregada também a observação para a coleta de dados, foram feitas capturas de imagem de som, pontos de *Global Positioning System* (GPS), registros de fotografias, anotações (GIL, 2010; SEVERINO, 2007). Quanto ao material bibliográfico que deu suporte a pesquisa foi buscado em sites de universidades, sites governamentais, sites que discutem os assuntos referentes a pesquisa, além de visita a organizações públicas que pudessem fornecer informações importantes para elucidação da temática estudada. O embasamento teórico discorreu sobre o campesinato e as relações de trabalho que o caracterizam como tal, discorreu-se sobre o campesinato no Brasil. O território também foi outro conceito buscado. Como a política do PNPB refere-se a um modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro para a Amazônia foram trazidas algumas abordagens sobre desenvolvimento a nível global, a nível nacional e como se deu esse desenvolvimento na Amazônia, e finalmente foi apresentado o que significa “*land grab*”. Com base na análise de dados, conclui-se que a dendecultura se faz presente em comunidades de povos tradicionais no Baixo Tocantins trazendo inúmeros efeitos sobre o modo de vida desses povos. Conclui-se também que tal expansão decorre de um contexto global de avanço do capital na corrida mundial por terras para atender a seus objetivos de expansão, o que no seu cerne configura “*land grab*”.

Palavras-chave: Baixo Tocantins. Dendecultura. Povos e Comunidades tradicionais

ABSTRACT

The general objective of this research was to demonstrate how the expansion of dendeculture has affected the territories of traditional peoples and communities in Baixo Tocantins. As guiding axes in the clarification of these questions we use as specific objectives: to demonstrate the presence of dendeculture in communities of traditional people in Low Tocantins; to study the effects that the expansion of this monoculture of palm oil agribusiness has caused in the communities; demonstrate how these communities organize themselves in front of the advancement of this commodity in their territory; to analyze if the expansion of dendecultura, characterizes "land grab". In order to meet the feasibility of the research, the methodology used made a temporal cut in the implementation period of the PNPB until the date of the research, making an approach to the historical context and the process of genesis and the factors that allowed the implementation of the policy, taking into account the arena of public action, actors, values, algorithms, norms and images of that policy. As a result of the social sciences demand the confrontation of the real with research theory, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005), the Quilombo de Jambuaçu Remnant Territory was chosen as the place of study, located in the "cradle of dendeculture", the Municipality of Moju in the Lower Tocantins Region, State of Pará. A description of this territory was made, as well as the designated communities as a locus of research. Non-directive exploratory interviews were conducted on an individual basis or in a family group, where ladies, misters, young people, as well as leaders or members of the community who experienced the process of formation of the territory and the arrival of oil palm (GIL, 2010; SEVERINO, 2007). In addition, the data were collected using data from the Global Positioning System (GPS). As for the bibliographic material that supported the research, it was searched on university websites, government websites, websites that discuss the subjects related to the research, as well as visits to public organizations that could provide important information to elucidate the subject studied. Theoretical basis on the peasantry and the labor relations that characterized it as such, was discussed on the peasantry in Brazil. The territory was also another concept sought. As PNPB's policy refers to a development model adopted by the Brazilian government for the Amazon were brought some approaches on development at a global level, at national level and as if that development in the Amazon, and finally was presented what it means " land grab ". Based on data analysis, it is concluded that dendeculture is present in communities of traditional people in the Lower Tocantins bringing numerous effects on the way of life of these peoples. It is also concluded that this expansion stems from a global context of capital advance in the world race for land to meet its expansion goals, which at its core is land grab.

Keywords: Low Tocantins. dendeculture. traditional peoples and communities

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación consistió en demostrar cómo la expansión de la dendeicultura viene afectando territorios de pueblos y comunidades tradicionales en el Bajo Tocantins. Como ejes orientadores en las aclaraciones de esas cuestiones utilizamos como objetivos específicos: demostrar la presencia de la dendeicultura en comunidades de pueblos tradicionales en el Bajo Tocantins; estudiar los efectos que la expansión de ese monocultivo de la agroindustria del palma causó en las comunidades; demostrar cómo estas comunidades se organizan frente al avance de ese mercancía en su territorio; analizar si la expansión de la dendeicultura, caracteriza "acaparamiento de tierras". Para atender la viabilidad de la investigación la metodología utilizada hizo un recorte temporal del período de implementación del PNPB hasta la fecha de realización de la investigación, haciendo un abordaje del contexto histórico y del proceso de génesis y de los factores que posibilitar la implantación de la política, la consideración de la arena de la acción pública, los actores, los valores, los algoritmos, las normas y las imágenes de esa política. En cuanto a las Ciencias Sociales exigen la confrontación de lo real con teoría de base de la investigación, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005), fue elegido como lugar de estudio el Territorio de Remanente de Quilombo de Jambuaçu, ubicado en la "cuna de la dendeicultura", el Municipio de Moju en la Región del Bajo Tocantins, Estado de Pará. Se realizó la descripción de dicho territorio, así como las comunidades designadas como locus de investigación. Se utilizó la entrevista de carácter exploratorio no directivo, en carácter individual, o en grupo familiar, donde participaron señoras, señoras, jóvenes, y también con líderes, o miembros de la comunidad que vivenciaron el proceso de formación del territorio y la llegada del palma, se utilizó también la observación para la recolección de datos, se hicieron capturas de imagen de sonido, puntos de Global Positioning System (GPS), registros de fotografías, anotaciones (GIL, 2010, SEVERINO, 2007). En cuanto al material bibliográfico que dio soporte a la investigación fue buscado en sitios de universidades, sitios gubernamentales, sitios que discuten los asuntos referentes a la investigación, además de visita a organizaciones públicas que pudieran proporcionar informaciones importantes para elucidación de la temática estudiada. El embasamiento teórico discurrió sobre el campesinado y las relaciones de trabajo que lo caracterizan como tal, se discutía sobre el campesinado en Brasil. El territorio también fue otro concepto buscado. Como la política del PNPB se refiere a un modelo de desarrollo adoptado por el gobierno brasileño para la Amazonia, se trajeron algunos enfoques sobre desarrollo a nivel global, a nivel nacional y como si dios ese desarrollo en la Amazonia, y finalmente se presentó lo que significa "acaparamiento de tierras de tierras". Con base en el análisis de datos, se concluye que la dendeicultura se hace presente en comunidades de pueblos tradicionales en el Bajo Tocantins trayendo innumerables efectos sobre el modo de vida de esos pueblos. Se concluye también que tal expansión deriva de un contexto global de avance del capital en la carrera mundial por tierras para atender a sus objetivos de expansión, lo que en su núcleo configura "acaparamiento de tierras de tierras".

Palabras clave: Bajo Tocantins. dendeicultura. pueblos y comunidades tradicionales

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 Planos de desenvolvimento no Brasil
- Quadro 02 Variação Patrimonial da Marborges Agroindústria S.A no período de 2005 a 2011.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 Portão da estatal chinesa *Guanfeng Group Company* localizado na PA 150, Km 09, em frente a Comunidade de Caxinguba-Mojú/PA
- Figura 02 Arvore de Iniciativas: diagnóstico do dendê Pará 2030.
- Figura 03 Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu/Moju-PA
- Figura 04 Igreja de Nossa Senhora de Santana e a praça da Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu
- Figura 05 Portão da Marborges Agroindústria S/A na Comunidade de Santa Luzia do Traquateua
- Figura 06 Antigo campo de futebol onde surgiu a Comunidade de Santa Maria do Traquateua
- Figura 07 Coloração da água do Igarapé Traquateua sem ocorrência de chuva na Comunidade de Santa Luzia do Traquateua
- Figura 08 Coloração da água do Igarapé Traquateua após a ocorrência de chuva na Comunidade de Santa Maria do Traquateua
- Figura 09 Coloração da água do Igarapé Jambuaçu sem ocorrência de chuva na Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu
- Figura 10 Coloração da água do Igarapé Traquateua sem ocorrência de chuva na Comunidade de Santa Maria do Traquateua

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARCGIS	Sistema Geográfico de Informação
BASA	Banco da Amazônia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFR	Casa Familiar Rural
CEIB	Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FEPASA	Ferrovia Paraense
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEDAF	Grupo de Estudos Sobre a Diversidade da Agricultura Familiar
GEPIATI	Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Ambiente, Território e Interculturalidade
GNIEF	Grupo de Pesquisa Novo Institucionalismo Econômico e Fronteiras
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério de Minas e Energia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PNPB	Programa Nacional de Produção de Biodiesel

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPSOP	Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma
REASA	Reflorestadora da Amazônia
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAF	Sistema Agroflorestal
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
ZAE	Zoneamento Agroecológico
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	16
POLÍTICAS AGROENERGÉTICAS E EXPANSÃO DA DENDECULTURA	16
1.1 Marco legal das Políticas agroenergéticas: Programa de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP).....	17
1.2 A presença da dendecultura em solo amazônico	23
1.3 Aspectos edafoclimáticos do dendê (<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.).....	29
CAPÍTULO II	32
CAMPESINATO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E “LAND GRAB”	32
2.1 A categoria camponato e seus modos específicos de relação de trabalho	32
2.1.1 Nuances de um camponato à brasileira	39
2.2 Abordagens sobre aspectos legais e conceituais dos povos e comunidades tradicionais?	44
2.3 O Território e a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais	50
2.4 Desenvolvimento: distintas concepções conceituais.....	54
2.4.1 Encontros e desencontros: o desenvolvimento à brasileira	61
2.4.2 Modelos de desenvolvimento para a Amazônia e a mundialização.....	66
2.5 Para entender o “ <i>land grab</i> ” na Amazônia	70
CAPÍTULO III	77
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
3.1 Localização e caracterização da área da pesquisa.....	78
3.2 Caracterização do Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu	79
3.3 Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu	83
3.4 Comunidade de Santa Luzia do Traquateua	85
3.5 Comunidade de Santa Maria do Traquateua	87
3.6 Comunidade de Nossa Senhora das Graças	89
3.7 Definição das ferramentas da pesquisa	90
CAPÍTULO IV	94
PERCEPÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO	94
4.1 Territorialização da Marborges Agroindústria S.A no território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu.....	112
CONCLUSÕES	116
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

A análise da expansão da dendecultura no Baixo Tocantins requer um olhar para o contexto global que insere a região em um cenário no qual Sauer e Borras Jr. (2016) denominam como “*land grab*” ou “corrida” mundial” por terras, justificado por um apelo midiático de crise de produção de alimentos, crise energética e crise ambiental.

Essa ideia de crise levou os organismos de governança global Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização das Nações Unidas (ONU) a criarem “agroestratégias” no intuito de sanarem esses problemas, designando aos países sob sua égide a missão de implementarem políticas que cumprissem seus interesses, o que no seu bojo levou a eclosão de conflitos por divergências de interesses nos países onde essas políticas foram instauradas principalmente pela ameaça de direitos de povos e comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, novos olhares capitalistas se voltam para a Amazônia, ainda imersos nos velhos discursos de “um espaço vazio a ser ocupado” não levando em consideração que em função da ocupação desordenada, a Floresta Amazônica tem sido dizimada por hidrelétricas, rodovias, ferrovias, mineradoras, cujos impactos vem ameaçando a vida dos amazônidas e dos povos e comunidade tradicionais que habitam a região, razão que ao longo do seu processo histórico, tem possibilitado uma série de conflitos agrários, pela disputa por recursos pesqueiros, grilagem de terras, degradação ambiental e transformações acarretadas por grandes projetos implantados pelo governo brasileiro sob o discurso de promoção do desenvolvimento (ARAGON, 2015; BARROS, 2016; CARVALHO, 2015; COELHO, 1996).

A crise energética em âmbito global provocou a busca por alternativas que possibilitassem a substituição dos combustíveis de origens fósseis, além de provocar impactos negativos na balança de pagamentos do Brasil decorrentes da importação de derivados de petrodiesel. Tal crise energética tornava-se uma ameaça à economia brasileira pelo aumento contínuo dos gastos públicos decorrentes dessa importação (BARROS, 2016; CARVALHO, 2015; OLIVEIRA NETO, 2017, SAMPAIO, 2014).

Arelada a crise energética e, sob a égide do protocolo de Kyoto o mundo profere a crise ambiental cuja consequência inevitável seria o aquecimento global mediante a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). Outro problema também de proporções globais é a busca contínua e intensiva pela produção de bens de consumo e bens de capital, fator que traz consequências irreversíveis à natureza e a humanidade, colocando em ameaça a

própria existência humana sobre a terra possibilitando um crescimento econômico pautado no incentivo continuado do consumo e conseqüentemente no esgotamento dos recursos naturais (BARROS, 2016; CARVALHO, 2015; OLIVEIRA NETO, 2017, SAMPAIO, 2014).

Essas três problemáticas reconfiguram o papel da Amazônia no cenário global, provocando transformações em suas territorialidades sob o mando de um Estado minimalista para as políticas sociais e paternalista para o mercado, que através de medidas de intervenção implementa agroestratégias de desenvolvimento para a região, assumindo os riscos do negócio através do uso de recursos públicos e da isenção fiscal (SOUZA, 2011; FERREIRA, 2016; ROCHA, 2013).

Desse modo, a dendeicultura foi engendrada na Amazônia assumindo contornos de políticas públicas agroenergéticas, tendo o biodiesel como mola propulsora das ações de um estado burocrático, cuja arena da “ação pública” foi conduzida de forma tripartite tendo Ministério das Minas e Energia (MME), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como os grandes estrategistas dessa ação (BARROS, 2016; CARVALHO, 2015).

Visando atender aos interesses determinados por essas organizações, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) que no seu cerne trouxe à baila três vertentes exigidas por essas agências, a de cunho econômico, que visava solucionar os problemas de déficit público da balança comercial através da produção em larga escala de *commodities* do agronegócio voltada à exportação, a produção de óleo de palma que seria utilizado como biodiesel, cuja ideia seria de gerar energia de mecanismo limpo com pouca emissão de gás carbônico, ao contrário do petrodiesel e por fim, a de imagem de desenvolvimento sustentável, já que, deveria absorver pelo menos 30% da mão de obra proveniente da agricultura familiar (SAMPALIO, 2014; BARROS, 2016; OLIVEIRA NETO, 2017).

No entanto, os elementos centrais dessa política trouxeram alguns contrapontos, primeiro o incentivo à produção do óleo de palma na Amazônia, cujas características edafoclimáticas são exógenas ao local, poderia aprofundar os problemas de conflitos agrários presentes na região, além disso, como demonstram as experiências vivenciadas nos países do sudeste asiático e na África poderia ser um agravante para o aumento do desmatamento e dos impactos ambientais nessa área, fator que gerou descontentamento de ativistas em âmbito mundial quanto a sua expansão, no caso da Amazônia trouxe à tona uma inquietação de como considerar sustentável um projeto de desenvolvimento que

acarretou diversos prejuízos climáticos em outras regiões do globo (HOMMA, FURLAN JR., 2001).

No caso do município de Moju, local onde esta pesquisa foi realizada, é uma área constituída por “povos e comunidades tradicionais” denominada de Território de Remanescente de Quilombos de Jambuaçu e palco de lutas desencadeadas por uma série de empreendimentos vinculados ao capital¹ global, cujas ações no território ocorreram sob a permissibilidade e políticas implementadas pelo governo brasileiro, nas três escalas governamentais, sejam estas, federal, estadual e municipal, e sob o *status* de política de estado (BASTOS, 2016, MACIEL, 2016; OLIVEIRA NETO, 2017).

A expansão da dendecultura no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu embora tenha chegado ao local nos anos setenta com a empresa Reflorestadora da Amazônia (REASA), portanto antes da titulação definitiva, foi estimulada pelas agroestratégias do PNPB e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), e mesmo após a titulação se manteve no território e continua em expansão infringindo a legislação pertinente sobre o uso de terras de “povos e comunidades tradicionais” (BARROS, 2016; BRASIL, 2005; CARVALHO, 2015).

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garante aos povos e comunidades tradicionais o uso das terras por eles ocupadas e devem garantir a reprodução econômica, social, política e cultural desses povos, assim a presença da dendecultura em territórios quilombolas configura uma transgressão à essa Convenção (CARVALHO, 2015, SILVA, 2016).

Em 2005 o Governo Federal inicia um megaprojeto denominado PNPB, partindo de uma Comissão Interministerial, cujo objetivo primordial foi verificar mediante bases científicas a viabilidade do biodiesel no Brasil, além de propor ações que possibilitariam seu uso. Dentre as premissas traçadas no relatório final dessa comissão estavam a necessidade de geração de emprego e renda aos agricultores do Nordeste, ocupar as terras degradadas da Amazônia, assim como a inserção do biodiesel na matriz energética do Brasil. Com o intuito de dar seguimento ao PNPB foi criado um Grupo Gestor cuja

¹ O capital não é nada mais do que a alavanca com a qual o empresário subjugou ao seu controle os bens concretos de que necessita, nada mais do que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção. Essa é a única função do capital e por ela se caracteriza inteiramente o lugar do capital no organismo econômico” (SCHUMPETER, 1997, p. 118). Para Thomas Piketty (2014, p. 53) “[...] o capital é definido como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes etc.), usado pelas empresas e pela administração pública.

atribuição foi garantir que as ações pertinentes “à gestão operacional e administrativa, possibilitassem que as diretrizes e as estratégias relativas ao biodiesel fossem efetivadas (BARROS, 2016; BRASIL, 2005; CARVALHO, 2015, SILVA, 2016).

Desta forma, a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB) buscou implementar as ações direcionadas ao biodiesel, cujos princípios de inclusão, desenvolvimento regional, geração de emprego e renda visavam atender aos interesses dos diversos atores (Executivo Federal, Congresso Nacional, setor privado, universidades, movimentos sociais) presentes na arena de ação para elaboração dessas políticas (BARROS, 2016; BRASIL, 2005; CARVALHO, 2015). Configuram como objetivos traçados pelo PNPB:

Art. 2º: O Programa a que se refere o art. 1º terá por objetivo promover o cultivo sustentável da palma de óleo e observará as seguintes diretrizes: I - proteção do meio ambiente, conservação da biodiversidade e utilização racional dos recursos naturais; II - respeito à função social da propriedade; IV - estímulo ao cultivo de palma de óleo para recuperação de áreas em diferentes níveis de degradação; V - inclusão social (BRASIL, 2005, n.p.).

Trazida como um discurso de desenvolvimento exógeno, embasada na aliança entre o agronegócio e o estado, a dendecultura é apontada para o campesinato amazônico como única solução plausível aos problemas vivenciados pela mão de obra campesina amazônica, principalmente no que se refere a financiamento (RIBEIRO, NAHUM, 2014).

Porém, essa forma de desenvolvimento tem trazido para a região diversas consequências em termos de alterações no modo de vida da população campesina, assim como alterações climáticas, mutações no espaço agrário, avanço do capital estrangeiro na região, avanço sobre terras de povos e comunidades tradicionais (SILVA, 2017).

Desta forma, diante do cenário que se instaurou e visando entender as dinâmicas que ocorreram na referida região desde a implementação do PNPB, a inquietação desta pesquisa incidiu em verificar como os efeitos da expansão da dendecultura vem afetando o modo de vida em territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins?

O motivo que designou tal busca, emanou do percurso e das discussões travadas no âmbito das salas de aula do Mestrado em Cidades, Território e Identidades, na Linha de pesquisa de Políticas Públicas, Movimento Sociais e Territórios que também trata de questões pertinentes aos povos e comunidades tradicionais, como o referido curso ocorre no Baixo Tocantins, local para o qual todos os olhares do capitalismo global se voltaram por se tratar de uma área rica em recursos naturais em todas as suas magnitudes, porém, é também habitat de povos e comunidades tradicionais, motivo pelo qual a ameaça a esses

povos se tornou emanente, incute nos discentes do curso a necessidades de estudar estas questões, pois, somos nós os amazônidas que temos que nos estudar, não o outro que vem de fora e imprime seus olhar por vezes carregado de preconceitos sobre os povos da região (SPIVAK, 2010).

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em demonstrar como a expansão da dendecultura vem afetando territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins. Como eixos norteadores para esclarecimentos dessas questões, utilizamos como objetivos específicos:

- Demonstrar a presença da dendecultura em comunidades de povos tradicionais no Baixo Tocantins;
- Estudar os efeitos que a expansão dessa monocultura do agronegócio do dendê causou nas comunidades pesquisadas;
- Demonstrar como essas comunidades se organizam frente ao avanço da *commodity* do dendê em seu território;
- Analisar se esse evento, a expansão da dendecultura, configura “*land grab*”.

Para atender a viabilidade do estudo a metodologia utilizada foi feito um recorte temporal do período de implementação do PNPB até a data de realização da pesquisa, fazendo uma abordagem do contexto histórico, do processo de gênese e dos fatores que possibilitaram a implantação da política, levando em consideração a arena da ação pública, os atores, os valores, os algoritmos, as normas e as imagens dessa política.

Como as Ciências Sociais exigem a confrontação do real com teoria de embasamento da pesquisa, (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005), para que essa confrontação fosse realizada, foi escolhido como local de estudo o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, localizado no “berço da dendecultura” o Município de Moju, na Região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. Foi realizado a descrição do referido território, assim como as comunidades designadas como lócus de pesquisa, levando em consideração seu processo histórico de formação até o momento em que ocorreu a pesquisa.

Utilizou-se a entrevista de caráter exploratório não diretiva, em caráter individual, ou em grupo familiar, onde participaram senhoras, senhores, jovens, lideranças e membros das comunidades que vivenciaram o processo de formação do território em consonância com a chegada do dendê no referido local. Empregou-se a observação para a coleta de dados, foram feitas capturas de imagem, de som, pontos de *Global Positioning System* (GPS), registros de fotografias e anotações (GIL, 2010; SEVERINO, 2007). Houve

participação em reuniões nas comunidades, em seminários e em eventos que ocorreram no território. Quanto ao material bibliográfico que deu suporte a pesquisa foi buscado em sites de universidades, sites governamentais, sites que discutem os assuntos referentes a pesquisa, além de visita a organizações públicas que pudessem fornecer informações importantes para elucidação da temática estudada

Para o entendimento de como a dendecultura se expandiu no Baixo Tocantins, foi feito uma abordagem histórica das políticas agroenergéticas, discorrendo sobre o marco legal que deu suporte para desenvolvimento da monocultura do dendê, além disso, foi realizada a caracterização do dendê enquanto produto exógeno a Região Amazônica. Por se tratar de um estudo que abrange povos e comunidades tradicionais, buscou-se o marco legal que define o que são povos tradicionais, além das políticas voltadas a garantia dos direitos desses povos, em âmbito global, nacional e estadual.

O embasamento teórico discorreu sobre o campesinato e as relações de trabalho que o caracterizam como tal, para melhor compreensão dessa categoria, buscou-se o entendimento do campesinato no Brasil. O território também foi outro conceito abordado em função de se tratar de povos e comunidades tradicionais. Como a política do PNPB refere-se a um modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro para a Amazônia, foi necessário buscar o que se entende sobre desenvolvimento a nível global, a nível nacional e como se deu esse desenvolvimento na Amazônia e finalmente demonstrou-se o entendimento do que significa o “avanço global de terras”, ou “*land grab*” no contexto da mundialização do capital.

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu mediante financiamento de bolsa estudantil disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Grupo de Estudos Sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), disponibilizou recursos com os quais foram feitas as viagens ao campo, além de ter construído a “Carta Imagem²” do Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu presente neste trabalho.

Desta forma, visando atender aos objetivos que nortearam esta pesquisa, a presente dissertação, foi organizada da seguinte forma, inicialmente foi feita a apresentação do tema a ser discutido no trabalho, onde foram designados também os objetivos geral e os objetivos específicos que serviriam de eixo norteador da referida pesquisa.

² Consultar: Ferreira et al. (2006).

O primeiro capítulo discorreu sobre as políticas agroenergéticas a expansão e o marco legal que incidiu a expansão da dendecultura no Baixo Tocantins. Além disso, foram demonstradas as características edafoclimáticas do dendê, pois, isto possibilitou o entendimento do porquê trazer para a Amazônia uma monocultura com propriedades exógenas à realidade amazônica.

O segundo capítulo fez uma exposição da categoria campesinato e seus modos específicos de relação de trabalho. Demonstrou algumas nuances de um campesinato à brasileira. Trouxe aferições sobre aspectos legais e conceituais de povos e comunidades tradicionais. Mostrou algumas noções sobre o território. Discorreu sobre concepções conceituais de desenvolvimento, o desenvolvimento no Brasil e na Amazônia, finalizou fazendo uma discussão sobre o significado de “*land grab*”.

O terceiro capítulo trouxe a metodologia realizada no trabalho, a qual partiu da caracterização dos lócus de pesquisa, primeiramente a localização e caracterização do Município de Moju, depois o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, sequencialmente a Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, Comunidade de Santa Luzia do Traquateua, Comunidade de Santa Maria do Traquateua, Comunidade de Nossa Senhora das Graças e finalmente demonstrou as ferramentas utilizadas para levantamentos de dados.

O quarto capítulo fez o tratamento dos dados e a discussão dos resultados. Tal tratamento ocorreu mediante a apresentação dos relatos dos entrevistados e da demonstração de imagens que ajudaram a corroborar as informações observadas e da análise dos resultados, com base nos Balanços Patrimoniais da empresa que se expandiu dentro do Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, a Marborges Agroindústria S.A

Finalmente foram feitas as conclusões da pesquisa. Espera-se que a contribuição deste trabalho seja ter demonstrado que a expansão da dendecultura no Baixo Tocantins, embora de imediato e sem uma análise bastante aprofundada pareça decorrer apenas de uma Política de desenvolvimento de Estado à nível interno, ao contrário, vai para além, posto que, requer uma análise em uma dimensão mundial, pois uma problemática que avança irreversivelmente sobre territórios de povos e comunidades tradicionais se apropriando de suas florestas, suas terras, suas águas, provocando mutações em seu modo de vida e de relação de trabalho com a terra, na verdade transcende de políticas de desenvolvimento implementadas por grandes organizações transnacionais, onde a força motriz engendradora provém das novas configuração do capital global que necessita

insaciavelmente implementar a “apropriação mundial de terras”, que no seu cerne significa o “*land grab*” (SAUER, BORRAS JR, p. 08).

CAPÍTULO I

POLÍTICAS AGROENERGÉTICAS E EXPANSÃO DA DENDECULTURA

Ao discutir política pública Muller e Surel (2002) consideram a palavra política como um “termo de caráter polissêmico” cujas diferenças eles apresentam abaixo:

[...]esfera da política (*polity*) [...]: faz a distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entre os dois, sempre fluida, variar segundo os lugares e as épocas; [...] a atividade política (*politics*): a segunda designa a atividade política em geral (a competição pela obtenção dos cargos políticos, o debate partidário, as diversas formas de mobilização...); e a ação pública (*policies*) [...]: a terceira acepção, enfim, designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos (MULLER, SUREL, 2002, p. 10).

A partir dessa diferença, para se analisar uma política pública Muller e Surel (2002) sugerem que antes se faça um “recorte da esfera política” dando ênfase a alguns aspectos em detrimento de outros. Uma política pública é decorrente conjuntamente de um “constructo social e de um constructo de pesquisa”, sendo que os impactos de uma política pública, não são diretamente proporcionais aos custos por ela acarretados. Além disso, é importante em sua análise o entendimento do grau de dimensão simbólica dessa política para àqueles que serão por ela atingidos (MULLER, SUREL, 2002, p. 10).

Uma política pública tem sua gênese na arena da ação pública. Muller e Surel (2002) consideram que a ação pública configura variadas maneiras de imbricação entre a ação coletiva e a ação governamental, enquanto que a ação coletiva é referente a ação conjunta das sociedades, já a ação governamental faz alusão aos instrumentos através dos quais os governos atingem seus objetivos na implementação de seus programas governamentais, por arena, tais autores entendem que se refere ao lócus onde os diversos atores se interrelacionam na luta por seus interesses, sendo portanto os atores, os agentes “portadores de um interesse que está a ponto de ser decidido de forma definitiva” (MULLER, SUREL, 2002; RUA, 2017, n./p.; SIMÕES, DIAS, s./d.).

Quando uma política pública é construída levando em consideração as ideias, as crenças, e as representações dos atores, assim como sua forma de se relacionar com o mundo, denomina-se abordagem cognitiva. Para se construir uma política pública, a partir da abordagem cognitiva é necessário que estejam presentes: os valores, as normas, os algoritmos e as imagens, sendo que os valores são correspondentes àquilo que se almeja ou não, já a normas são pertinentes ao que se percebe e o que se espera de uma política,

quanto os algoritmos vinculam-se a causa e ao efeito de uma ação, por fim, as imagens resultam dos valores, normas e algoritmos (MULLER, SUREL, 2002).

A partir desse olhar é possível perceber que as políticas do Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB) tiveram sua gênese no âmbito Governo Federal, sendo que os atores presentes na sua construção foram constituídos por Executivo Federal, o Congresso Nacional, o setor privado, as universidades, os movimentos sociais, além de outros segmentos, como as federações de municípios. Foram constituídos como valores dessa política, o aspecto social, o aspecto econômico e o aspecto ambiental (BRASIL, 2005).

Na relação causa-efeito, os algoritmos esperados correspondiam ao seguinte: se a causa era problemas econômicos, o resultado seria melhoria da balança de pagamentos, se a causa era a crise ambiental, o resultado esperado seria mitigação dos Gases de Efeito Estufa, se a causa era o uso irracional de recursos naturais, o resultado seria promover desenvolvimento sustentável. As normas criadas para promover a viabilidade do PNPB, foram a Lei do Biodiesel, a Lei do Zoneamento Agroecológico, a Lei da Agricultura Familiar, o Selo Combustível e o Termo de Conduta. No que tange as imagens esperadas para essa política, correspondia a de sustentabilidade, inclusão social e o despontar do Brasil como potencial do biodiesel no mercado internacional com uma balança comercial equilibrada (BRASIL, 2005).

Para aprofundar melhor esta questão, esta seção visa discorrer sobre o marco legal sobre as políticas públicas que possibilitaram a entrada do agronegócio da palma de óleo no Baixo Tocantins.

1.1 Marco Legal das Políticas Agroenergéticas: Programa de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP)

As primeiras referências ao biodiesel reportam-se ao momento em que Rudolf Diesel realiza um teste em um motor utilizando o óleo de amendoim em uma exposição internacional de Paris, em 1910 atendendo aos anseios do governo da França, o que possibilitou que outros testes fossem realizados buscando fontes alternativas ao uso dos combustíveis fósseis (PINHO; SUAREZ, 2017).

No Brasil, o biodiesel surgiu por volta de 1920, no entanto foi abandonado e só mais tarde com a crise petrolífera ocorrida nos anos 1973 e 1979 foi retomado com a busca por substitutos para o petróleo, cuja procura culminou, no caso do Brasil, ao incentivo em

pesquisas e planos de implantação de biomassa que possibilitassem tal substituição (BARROS, 2016; BRASIL, 2014; MACIEL, 2016; SAMPAIO, 2014).

No Governo Médici, o Programa Nacional de Álcool (Proálcool), embora abandonado posteriormente, foi recriado em 1980 sob o título de Programa Nacional de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (Pro-óleo), fracassando novamente e ressurgindo como Programa Brasileiro de Biocombustíveis (BARROS, 2016; BRASIL, 2014, SAMPAIO, 2014).

A partir dos anos 2000 as políticas agroenergéticas que levam ao aporte logístico da atualidade, começam a serem gestadas quando uma série de ações governamentais são efetuadas no intuito de viabilizarem e atenderem as exigências pleiteadas pelo cenário global. O processo inicia com um Decreto instituído em dois de julho de 2003, através do qual é criado um grupo de trabalho interministerial, cujo objetivo principal seria elaborar as estratégias que tornassem o biodiesel um projeto viável na realidade brasileira (BARROS, 2016; BRASIL, 2014; MACIEL, 2016).

Tal decreto evidencia os valores a serem seguidos pelo grupo de trabalho, cujos objetivos seriam de cunho econômico, visando melhorar a balança comercial, possibilitando o desenvolvimento do país, o segundo objetivo seria de teor social promovendo a integração da agricultura familiar, através do selo social, gerando emprego e renda, e o terceiro objetivo teria um viés ambiental visto que se considera o biodiesel como fonte de geração de energia limpa (BARROS, 2016; BRASIL, 2014; MACIEL, 2016).

Pautado em vertentes econômicas, sociais e ambientais, o Governo Federal, constituído pelo Executivo Federal e o Congresso Nacional aliado aos interesses da agroindústria, consubstanciado pelos movimentos sociais, universidades, setor privado e federações, para dar credibilidade as suas ações e *status* de política pública cria o Programa de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) no dia de 13 de janeiro de 2005, sob a Lei nº 11.097, dando novas conformidades a matriz energética do país, embora a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, já instituisse o biodiesel como prioridade (BARROS, 2016; BRASIL, 2010; BRASIL, 1997; SAMPAIO, 2014).

A mencionada Lei do PNPB, mediante a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira, possibilitou o engendramento das agroestratégias do agronegócio no Brasil, estabeleceu a diferença entre biocombustíveis³ e biodiesel⁴ e designou que o percentual

³ Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005: Art. 2º XXIV - Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil".

mínimo de biodiesel a ser adicionado ao óleo diesel brasileiro seria de 5%, além disso, definiu a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), como responsável pela regulação da indústria do petróleo, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo por responsabilidade implementar a “Política Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis” (BRASIL, 2005, n.p.).

Dados os riscos elevados atrelados à implantação de um grande projeto de desenvolvimento como os agroenergéticos, era necessário ser criado uma logística que garantisse o lucro dos valores investidos, assim cria-se um pacote logístico no qual o governo garante os recursos necessários aos investimentos, assistência técnica, e pesquisa, porém ao final os riscos do negócio são assumidos pelo agricultor familiar que acaba sendo inserido também no mecanismo do mercado financeiro, já que o dendê por ser uma *commodity* tem seus preços vinculados à Bolsa de Rotterdam na Holanda, a qual se constitui em uma bolsa de mercadorias (BARROS, 2016; BRASIL, 2010; OLIVEIRA NETO, 2017; SAMPAIO, 2014).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, entretanto, foi a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a qual define os parâmetros para instituição de políticas públicas voltadas ao atendimento dos agricultores familiares, cujos mecanismos foram utilizados para que os agricultores familiares viabilizassem o financiamento da produção de matéria prima para o biodiesel (BRASIL, 2006).

No entanto, para ser caracterizado e ter acesso as políticas públicas e as linhas de créditos direcionadas ao agricultor familiar a lei definiu a partir do Art. 3º como parâmetro que:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais § 2º São também beneficiários desta Lei:

⁴ Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005: Art. 2º XXV - XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil (NR).

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (BRASIL, 2006, n. p.).

A lei é bem clara no que se refere ao agricultor familiar, leva em consideração o tamanho da terra não maior que 4 (quatro) lotes, a presença de mão-de-obra da família é de suma importância, se estende também a outras atividades como silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores, assim como integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e comunidades tradicionais cujas atividades se enquadrem ao disposto no artigo 3º da Lei da Agricultura Familiar.

A partir desses parâmetros, foram implementadas linhas de financiamento voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, atrelada a princípios de descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica e equidade levando-se consideração gêneros e etnias. Tais princípios constituíram o ponto central a serem seguidos na legislação do biodiesel. Para implementar a viabilidade dessa lei, o seu processo de planejamento deveria desenvolver ações que possibilitassem acesso a crédito, infraestrutura, assistência técnica, pesquisa, comercialização, seguro, habitação (BRASIL, 2006).

Atendendo as diretrizes designadas na referida lei, foram criadas através do PRONAF diversas linhas de crédito voltadas ao atendimento do agricultor familiar, tais linhas de créditos visavam custeio, investimento, agroindústria, agroecologia, eco, floresta, semiárido, jovem, reforma agrária, porém a linha de financiamento voltada para o atendimento da dendecultura foi o PRONAF-Eco-dendê, que deveria ser utilizado para provimento da atividade durante quatro anos, com um valor limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido por hectare e por associado, com um percentual de financiamento em uma taxa de 2% a.a. (dois por cento ao ano), com um prazo de pagamento estabelecido por um período de 14 (quatorze anos), sendo seis anos de carência (BRASIL, 2012).

Para ter acesso ao PRONAF-Eco-dendê os agricultores familiares deveriam cumprir algumas prerrogativas como estar incluso no zoneamento agroecológico realizado pelo MAPA, apresentar o contrato de fornecimento da produção para a indústria de processamento da compra e venda do produto, no qual estejam definidos obrigatoriedade de compra e venda dos produtos, assistência técnica e fornecimento de mudas, além disso, a obrigatoriedade de emprego dos recursos de acordo com a definição do programa (BRASIL, 2012).

Para cumprir os princípios definidos no artigo primeiro dessa lei, essa política agroenergética⁵ vem assentada em ideais de implantação de um programa sustentável com a possibilidade de geração de emprego e renda no meio rural, visando cumprir a função social de ocupação do espaço agrário, em áreas consideradas degradadas (BRASIL, 2005).

Além disso, deveria também garantir a competitividade dos preços, o que foi possibilitado pelos subsídios do governo à agroindústria através da isenção fiscal garantida pelo Selo Combustível Social, revestida de sustentabilidade ao exigir dos produtores de agroenergia que 30% da produção fosse adquirida da mão de obra da agricultura familiar, cujo objetivo primordial visava gerar emprego e renda (BRASIL, 2005).

Sequencialmente, para dar complementariedade a ação do PNPB foi criada a Portaria nº 337, de 18 de setembro de 2015, a qual dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social, ou seja, o objetivo primordial desta portaria, é possibilitar as empresas o acesso aos incentivos fiscais (BRASIL, 2015).

O “Sistema de Avaliação de Aptidão Agrícola das Terras”, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Pará (EMBRAPA), além do mapeamento utilizando o Sistema Geográfico de Informação (ARCGIS)⁶ foram as ferramentas empregadas no decreto para determinar que os estados do Pará, Acre, Amazonas, Maranhão Rondônia, Roraima, Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Sergipe seriam inseridos no zoneamento, cujos critérios adotados para escolha foram a aptidão das terras referentes a limitação do solo, a “aptidão climática” que levaram em consideração critérios hídricos e aspectos climáticos, a partir dos quais foram definidas as áreas disponíveis para a cultura de acordo com a vocação da região (BRASIL, 2010, n.p.).

⁵ Para maiores detalhes ver: Maciel, (2016).

⁶ O ARCGIS é uma coleção integrada de produtos de aplicativos de Sistemas Geográficos de Informação que fornece plataforma baseada em padrões para análise espacial, manuseio de dados e mapeamento, (BRASIL, 2010).

Além dos aspectos ambientais utilizados como critérios para elaboração do zoneamento, foram observados aspectos socioeconômicos como: uso da área para cultivo, sistemas de cultivo, tamanho do imóvel, ocupação da terra, insumos, formas de manejo, nível de tecnologia, tipo de mercado, local e intensidade de mão de obra e de capital, o emprego desses fatores de forma adequada deveria minimizar os riscos de empreendimento (BRASIL, 2010).

Dando prosseguimento as agroestratégias para implantação da palmeira de óleo, no dia 6 de dezembro de 2004, foi criado o Decreto nº 5.297, cujo objetivo era dispor sobre os coeficientes das alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na produção e comercialização de biodiesel, o qual no seu Artigo 2º define que receberá o Selo Combustível Social⁷ o produtor que promover inclusão social mediante a aquisição da matéria prima do biodiesel dos agricultores familiares. Posteriormente para reverberar essa lei foi criada a Portaria no 337, de 18 de setembro de 2015, cujo objetivo era determinar os “critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social (BRASIL, 2004; BRASIL, 2015).

Para obtenção do Selo Combustível Social, de acordo com a lei é necessário que a matéria prima obtida pela empresa para produção de biodiesel seja proveniente da agricultura familiar, com um percentual de 15% (quinze por cento) para o Norte e Centro Oeste, 30% (trinta por cento), para o Nordeste e Sudeste e Semiárido (BRASIL, 2015). O vínculo da agricultura familiar a palmeira de óleo, agregou a imagem de alternativa social, pela possibilidade de geração de emprego e renda em decorrência da parceria efetivada entre agroindústria e agricultor, agregado a isso, o fato de se proporcionar a imagem de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015).

A importância dessa portaria se deu em função de nela terem sido estabelecidas, todas as regras necessárias para que a empresa pudesse obter o Selo Social Combustível,

⁷ Art. 2º Fica instituído o selo "Combustível Social", que será concedido ao produtor de biodiesel que: I - promover a inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que lhe forneçam matéria-prima; e II - comprovar regularidade perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. § 1º Para promover a inclusão social dos agricultores familiares, o produtor de biodiesel deve: I - adquirir de agricultor familiar, em parcela não inferior a percentual a ser definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, matéria-prima para a produção de biodiesel; II - celebrar contratos com os agricultores familiares, especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, conforme requisitos a serem estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e III - assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares (BRASIL, Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004).

assim ficou instituído que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁸, através de suas políticas públicas possibilitaria os mecanismos de financiamento ao pequeno agricultor, cujos documentos necessários para obtenção e acesso aos recursos são a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁹ e o Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹⁰ (BRASIL, 2015).

Quanto a empresa produtora de biodiesel para que pudesse obter o Selo Combustível Social, deveria ser autorizada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), ser detentora de Registro Especial de Biodiesel, obtido na Secretaria da Receita Federal, e a fonte de óleo vegetal *in natura*, ou seja, o lugar destinado a plantação deveria ser possuidor de zoneamento agroclimático, além de detentor de recomendação técnica definida pelos órgãos autorizados para deliberar a referida recomendação (BRASIL, 2015).

A partir desse aparato legal e de mecanismos financeiros criados pelo Governo Federal engendra-se todo um cenário interno de ações dos governos dos estados zoneados, cujo objetivo primordial seria dar condições para que agronegócio dendeicultor se instaurasse na Amazônia, principalmente no Estado do Pará, onde o governo estadual passou a desenvolver um corredor logístico que veio a atender esse empreendimento vinculado ao capital agrário, ao capital financeiro e ao capital industrial, trazendo diversas alterações para a região, impactando terras de povos e comunidades tradicionais, afetando assim suas territorialidades através do acirramento do mercado de terras na região, além de promover a entrada de capital estrangeiro na compra de terras na região, convergindo para a formação de conflitos sociais, fatores estes que serão demonstrados posteriormente no decorrer deste trabalho (ALMEIDA, 2010).

1.2 A presença da dendeicultura em solo amazônico

A demanda global por óleo de palma que possibilitou a Malásia e a Indonésia serem detentoras de 87% da produção mundial, com 16 milhões de hectares de área plantada até

⁸ Para mais esclarecimentos ver Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 e Lei 11.326/2006 (Lei ordinária) de 24 de julho de 2006.

⁹ Art. 1º - IV - Declaração de aptidão ao Pronaf - DAP: instrumento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, conforme definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, PORTARIA 337, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015).

¹⁰ Art. 1º - III registro eletrônico de abrangência nacional junto ao órgão ambiental competente, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, nos termos do inciso II do Artigo 2º do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2011 (BRASIL, PORTARIA 337, de 18 de setembro de 2015, p. 68).

2010, tais fatores, levaram o governo paraense a aderir ao PNPB implantado no Brasil em 2005 a implementar um programa estadual para o desenvolvimento do agronegócio dendecultor no Estado do Pará (PARÁ, 2013).

Deste modo, o Governo do Pará assume a dendecultura como projeto de desenvolvimento sustentável definindo os parâmetros a serem seguidos no Programa de dendê do Estado do Pará, estabelecendo como eixos norteadores: a) regulação (Protocolo Socioambiental), b) produção (mecanismos de incentivos fiscais), c) tecnologia (Formação de Comitê Técnico de Risco e Câmara Setorial), d) extensão (Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e) logística, ordenamento territorial através do Cadastro Ambiental Rural (CAR), f) Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), e g) inclusão social, sendo que a partir desses eixos foram deliberadas as ações e os objetivos a serem cumpridos pelo Programa Estadual (PARÁ, 2013).

Esses eixos geraram ações direcionadas ao ordenamento de áreas quanto ao uso e a ocupação do solo, a regularização fundiária, princípio de sustentabilidade econômica, execução de obras para a cadeia sócio produtiva do dendê, expansão da cultura nas áreas do ZEE, desenvolvimento da produção direcionada ao biodiesel, fomento à pesquisa, assistência técnica e inserção de agricultores familiares no processo produtivo (PARÁ, 2013).

Os incentivos realizados por esse programa possibilitaram em um período de doze anos de programa um aumento no rendimento médio da produção por hectare de 249.499 (k/ha) para 3.461.075 (k/ha), sendo que o município de Acará despontou como maior produtor com uma produção de 264.722 (k/ha) até 2015, sendo seguido por Tailândia com uma produção de 240.783 (k/ha) e Moju com 216.636 (k/ha), o que demonstra os efeitos dessas medidas na expansão do processo produtivo, no entanto, o que os dados estatísticos não mostram são os efeitos ocasionados sobre os povos e comunidades tradicionais que habitam os municípios por onde essa palmeira se expandiu (IBGE/SIDRA, 2018).

Embora o ápice do processo produtivo da dendecultura em Moju tenha ocorrido a partir do implemento do PNPB, a presença dessa monocultura iniciou nos anos 70 através das políticas desenvolvimentista do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), o qual trouxe a Reflorestamento da Amazônia (REASA), atual Marborges S/A como empreendimento inicial, cuja ocupação foi um dos motivos para o início dos conflitos agrários em Jambuaçu (CORRÊA, 2016; HOMMA, 2014, SACRAMENTO, 2009; SANTOS, 2015).

Conforme Sacramento (2009), a chegada da REASA trouxe no seu bojo uma forma de ocupação pautada em conflitos de terra em virtude de usar meios ilícitos na forma de ocupação das terras, como grilagem e expulsão mediante uso de pistoleiros, provocou inmensurável desmatamento, poluição de rios, foram esses fenômenos que levaram ao surgimento de “unidades de mobilização”¹¹, que possibilitaram aos quilombolas a garantia na luta por seus direitos de acesso à terra e a sua existência (CORRÊA, 2016; SACRAMENTO, 2009, SANTOS, 2005).

A entrada da REASA constituída nesse período foi um dos fatores responsáveis pela presença da dendecultura em território de comunidades tradicionais, manifestada principalmente pela empresa Marborges que assumiu a antiga REASA, após aquisição por crise financeira, tal empresa se expandiu no Território Quilombola de Jambuaçu, cujas comunidades mais afetadas pela presença dessa monocultura são as comunidades de Santana do Axé do Baixo, Nossa Senhora das Graças, Santa Maria do Traquateua e Santa Luzia do Traquateua, embora se faça presente em outras áreas como a Comunidade de São Bernardino (Informação obtida em pesquisa de campo realizada no mês de abril de 2018).

Apesar dos conflitos que eclodiram no Município de Moju, a expansão dessa monocultura continuou ocorrendo, sendo que a primeira experiência na modalidade integração produtiva iniciada no referido município despontou através da Agropalma a partir de 2002 na Comunidade de Arauaí, a qual promoveu a expansão do projeto durante os anos de 2004, 2005 e 2006, sendo seguida posteriormente por novos empreendimentos com destaque para a Biopalma, Belém Bionergia Brasil e Archer Daniels Midland (ADM) (HOMMA, 2014, SAMPAIO, 2014, SANTOS, 2015).

Tal evento levou a intensificação da busca por terras disponíveis na região e possibilitou a entrada de capital estrangeiro no município, como foi o caso da chegada da Guanfeng Group Company, empresa estatal chinesa que fez a aquisição da Fazenda Ventura localizada na Comunidade de Caxinguba nos quilômetros 09 e 10 da PA 150, a qual implementou plantação de dendezeiro, no entanto deixou o plantio improdutivo, pois não vem realizando o manejo do projeto, deixando-o inviável do ponto de vista do processo produtivo, e além disso, se constitui em ameaça a segurança dos moradores das comunidades vizinhas, pois o ramal que corta o dendezal abandonado da empresa serve de refúgio para meliantes que efetuam assaltos ao longo do ramal. Abaixo imagem registra o portão da empresa que dá acesso ao ramal pela PA 150 no Km 09 em frente a Comunidade

¹¹ A expressão Unidades de Mobilização consiste numa noção operacional utilizada como recurso explicativo mediante situações de conflito social (ALMEIDA, 2013, p. 156).

de Caxinguba em Moju/PA (SANTOS, 2015); (Informação obtida em pesquisa de campo realizada no mês de fevereiro de 2018).

Figura 01: Portão da estatal chinesa *Guanfeng Group Company* localizado na PA 150, Km 09, em frente a Comunidade de Caxinguba-Moju/PA



Fonte: Trabalho de campo. Fevereiro de 2018.
Crédito: Patrícia Tavares, membro do GEPIATI.

Atualmente, a importância do agronegócio da dendecultura vem expandindo sua importância no município de Moju, pois existem diversos empreendimentos atuando de forma independente, além disso, é possível perceber que além da zona rural, onde a presença dessa monocultura é intensa, a própria área urbana também já possui uma grande extensão tomada por essa monocultura, como é o caso da Fazenda Nakamura, localizada na zona urbana do município ao longo da PA 150 (Informação obtida em pesquisa de campo realizada no mês de abril de 2018):

Certamente o agronegócio dendecultor continuará a crescer nesse Município, pois, o Pará desponta como o maior produtor de dendê (*Elaeais guineensis* Jaquim), posto que, até o ano de 2015, produziu de 1,4 milhão de toneladas desse produto, os municípios que mais contribuem para tal ocorrência foram Tomé-Açu, Tailândia, Concórdia do Pará, Moju e Acará com 75% da produção, agregados à Bonito, Santo Antônio do Tauá e Igarapé-Açu, produzindo 92% produção do Estado (TNC, 2018, p. 131).

Em termos de prospecção de futuro na análise econômico-financeira por cadeia produtiva feita na Agenda Pará 2030, o dendê (*Elaeais guineensis* Jaquim) figura como uma das estratégias de desenvolvimento de governo, tendo as seguintes projeções:

Haverá expansão de 295 mil hectares de palma entre 2015 e 2030, alcançando 381 mil hectares em 2030. São altos os custos da restauração para o produtor de palma. Nas simulações realizadas, observou-se a inviabilidade para o pequeno produtor arcar com esses custos (-10,4%). Para os produtores de médio porte, a capacidade de custear a restauração é mínima, em 0,3% para regeneração natural e 0,1% para semeadura direta. Para o grande produtor, considerando um ágio de 20% na receita e -10% nos custos, a capacidade de custear a regeneração natural

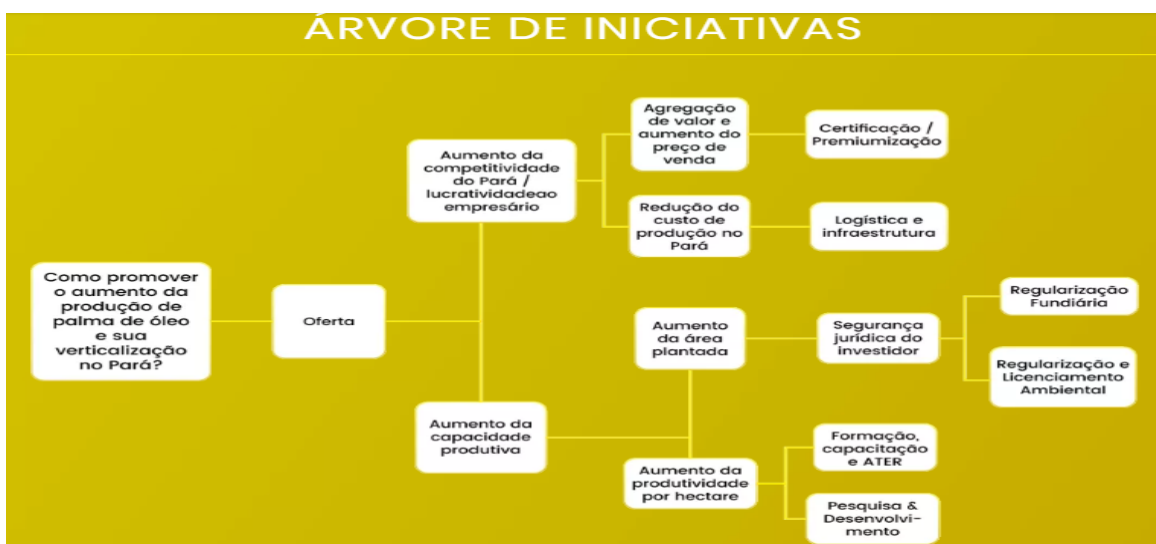
seria de 11% da propriedade e, com semeadura direta, de 2,9% (TNC, 2018, p. 131).

Ou seja, os custos de produção do dendê (*Elaeais guineensis* Jaquim), de acordo com a projeção apresentada, são elevados, para pequenos e médios produtores. Um dado importante é o fato de que essa projeção foi realizada para um período de 2015 a 2030, e levando-se em consideração a prospecção de três cenários de desenvolvimento para o Pará (TNC, 2018, p. 131).

Segundo os resultados dessa projeção até 2020 a produção de dendê (*Elaeais guineensis* Jaquim) no Pará deverá resultar em torno de R\$ 10.047 (dez milhões e quarenta e sete mil reais), para um custo de R\$ 5.603 (cinco milhões e três mil reais), e um lucro bruto de R\$ 4.444 (quatro milhões e quarenta e quatro mil reais). Quando apresentado em termos percentuais, deverá gerar um percentual de lucro líquido de 21%, em termos de investimento/lucro líquido, o resultado esperado é de 69%, para um custo de 56% (TNC, 2018, p. 131).

Para que esses resultados projetados sejam efetivados o governo do Pará além das estratégias, implementou uma árvore de iniciativas, cujas metas almejadas estão vinculadas a um conjunto de ações a serem realizadas para no decorrer desse período. A seguir apresentamos a referida árvore de iniciativas conforme disponibilizada pelo Governo do Pará nas estratégias do Pará 2030.

Figura 02: Arvore de Iniciativas: diagnóstico do dendê Pará 2030



Fonte: PARÁ, 2015-2016.

Segundo o disposto na árvore de oportunidades, para que a ocorra o aumento da produção de dendê (*Elaeais guineensis* Jacq.), é necessário a oferta, pois isso promoverá o

aumento da competitividade e da lucratividade do empresariado, para que tal fato possa ocorrer é preciso que se tenha agregação de valor e aumento do preço de venda, além da redução do custo de produção do Pará, assim dentre as iniciativas necessárias para que o projeto seja viável estão a certificação/premiunização, a logística e a infraestrutura (PARÁ, 2030).

O aumento da capacidade produtiva só é viável através do aumento da área plantada e do aumento da produtividade por hectare, porém, o aumento de produtividade só ocorre mediante o implemento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), agregada à Pesquisa e ao Desenvolvimento (PARÁ, 2015).

A iniciativa necessária para que a área plantada possa aumentar é suscitada através da segurança jurídica do investidor, juntamente com a regularização fundiária e a regularização e licenciamento ambiental, ou seja, o planejamento da expansão do dendê no estado, segundo a árvore de iniciativa do Pará 2030, depende de um conjunto de agroestratégias para que atinja os resultados esperados pelos planejadores governamentais, importante observar que não contem na referida árvore de iniciativas nada que venha a contemplar os direitos de povos e comunidades tradicionais, caso essa expansão ocorra em seus territórios (PARÁ, 2015), [grifo da nosso].

Diversas pesquisas em âmbito acadêmico, têm demonstrado os efeitos da dendeicultura sobre o espaço amazônico; tal fato ocorre tanto no aspecto ambiental quanto social e são manifestados principalmente através da eclosão de conflitos. A ocorrência desses conflitos, emana da inserção de mecanismos que burlam direitos, criando brechas legais para que comunidades inteiras sejam afetadas e percam seus direitos a vida, a qual deve ser assegurada pela garantia da posse da terra, conforme apontado no fragmento abaixo:

[...] se têm notado a reorganização do espaço físico-social, com alteração da paisagem rural e a perda de valores, costumes e tradições dessas comunidades. Outro impacto decorrente dessa inserção da dendeicultura dá-se nas formas de produção local baseadas no cooperativismo, na cumplicidade, no afeto, dando lugar à individualidade, à competitividade e à desigualdade social. Além disso, a saúde dos agricultores familiares está sendo afetada, devido ao desmatamento, a poluição dos rios, igarapés e do oxigênio por meio dos agrotóxicos entre outros meios que são utilizados para o cultivo do dendê (SILVA, 2017, p. 10).

Apesar de todos os efeitos, apontados no trecho citado, ainda é possível observar que governos como o do Pará consideram a dendeicultura como ponto de estratégia de desenvolvimento, desse modo, criam condições para que essa monocultura responda até 2030 com 40% das exportações brasileiras, o que poderá significar um considerável

aumento das tensões na região, já que os impactos sobre as terras deverão aumentar (PARÁ, 2015).

1.3 Aspectos edafoclimáticos do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.)

As primeiras referências à palmeira de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.), a qual também é conhecida por “palmeira-do-azeite” em Portugal, “palma africana” ou “palma aceitera” na América hispânica e dendezeiro no Brasil, datam respectivamente de 1750 e 1763 nas Antilhas e no Senegal (VEIGAS, MÜLLER, 2000; SILVA, 1997; SILVA, 1997, p.83).

Müller (1980), analisando as possibilidades de expansão da demanda do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) em âmbito nacional e internacional em função de seu uso, tanto como fonte de energia como alimento, foi um dos primeiros pesquisadores a recomendarem a cultura do dendezeiro como vocação de produção para a Amazônia levando em consideração os aspectos relativos as propriedades físicas do solo e as características climáticas que viabilizam tal cultura a ser desenvolvida na região.

Os aspectos edafoclimáticos do dendezeiro contribuíram para que sua produção ocorresse nas áreas de clima quente e com bastante disponibilidade de água, a planta do dendezeiro caracteriza-se por apresentar quatro variações, as quais são denominadas: a) macrocaria (casca muito grossa), b) dura (espessura da casta de 2 mm), c) tenera (casca fina) e d) psífera (sem casca), as diferenças destas espécies ocorrem em decorrência da espessura da casca (MULLER, 2006; SILVA, 1997; VILELA, 2009).

A raiz do dendezeiro atinge de 0,5 centímetro a 1 metro, com um bulbo volumoso que o capacita a absorção de nutrientes e de água. Seu tronco apresenta-se cilíndrico atingindo em torno de 30 metros na fase adulta, além disso, nessa fase possui em torno de 30 a 48 folhas que podem alcançar até 7 metros (SILVA, 1997).

Quanto a inflorescência é considerada como planta moníaca em virtude de possuir os dois sexos na mesma planta, embora a inflorescência ocorra separadamente. Na inflorescência feminina as flores assumem uma coloração branco-marfim, enquanto que na masculina lançam um aroma forte agradável, o qual serve como atração para os insetos (MÜLLER, 1989; MÜLLER, 2000; SILVA, 1997).

Depois de fecundada, a planta forma cachos, cujos pesos variam em torno de 4 a 70 kg, os quais variam em função de fatores ecológicos, da idade e do tipo da planta, a partir dos 10 anos, tanto a quantidade de cachos como o peso diminuem (SILVA, 1997).

O fruto do dendezeiro possui cor amarelada, laranja ou vermelho, com formato ovóide, semelhante a um pêssago, atinge um tamanho próximo de 5 cm, é carnoso, e o núcleo, o qual, sendo que tal núcleo, caracteriza-se por ser duro. A variabilidade de frutos por cachos ocorre em torno de 1.000 a 1.500 cachos (SILVA, 1997).

Para ter sua produtividade otimizada, o dendezeiro necessita de um índice pluviométrico anual que gire em torno de 1.800 a 2.200 mm, cuja ocorrência seja durante o ano todo, agregada a uma temperatura de 24° a 30°C com umidade relativa do ar por volta de 75% a 80%, além disso, a topografia deve ser plana, com solo arenoso. A conjunção desses fatores contribui para que o plantio do dendezeiro seja viável produtivamente e possibilite a mitigação de custos (MÜLLER, 1980; SILVA, 1997).

Para diminuir o risco de perda da produtividade do dendezeiro também são necessários a realização de ações de tratos culturais, como coroamento, fertilização, controle de pragas, despalma, cuidados na colheita e no transporte dos cachos. O processo de coroamento visa garantir o desenvolvimento da palmeira através da retirada das plantas localizadas em torno do dendezeiro. Na fase adulta tal processo facilita a retirada dos cachos da palmeira (MÜLLER, 2000; SILVA, 1997).

A não fertilização adequada poderá comprometer a planta, por isso, deve ser realizada a partir de seis meses de plantação, durante os três anos iniciais ocorre maior exigência de fósforo e nitrogênio. Quanto as principais pragas que acometem o dendezeiro estão espécies distintas de lagartas, o amarelecimento fatal¹², além do arqueamento foliar que causa o retardo do desenvolvimento da palmeira (VEIGAS, MÜLLER, 2000; SILVA, 1997).

Foram estudos como esses, agregados ao “Sistema de Avaliação de Aptidão Agrícola das Terras”, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)¹³ que apontaram através do Zoneamento Agroecológico a escolha da Amazônia como vocação agrícola para o agronegócio do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) impulsionados pela mobilização de organismos internacionais na busca por energias renováveis¹⁴ que

¹² Seu sintoma é caracterizado pela presença nos folíolos pequenas manchas amareladas, amarronzadas ou brancas, circulares ou alongadas. Nos estágios mais avançados leva a morte da planta (SILVA, 1997, p. 98).

¹³ A metodologia para o desenvolvimento do zoneamento agroecológico da palma de óleo no Brasil se baseou no “Sistema de Avaliação de Aptidão Agrícola das Terras”, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que foi aplicada com pequenas adaptações de acordo com as realidades dos dois grandes grupos de áreas consideradas (Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010).

¹⁴ As fontes renováveis de energia são repostas imediatamente pela natureza; é o caso dos potenciais hidráulicos (quedas d'água), eólicos (ventos), a energia das marés e das ondas, a radiação solar e o calor do fundo da Terra (geotermal) (GOLDEMBER, LUCON, 2007).

diminuísem a dependência do petrodiesel, que encontraram no biodiesel¹⁵ as vantagens necessárias para tal substituição, o que acarretou o fomento das agroestratégias que possibilitaram essa expansão (MACIEL, 2016; VILELA, 2009).

¹⁵ Art. 6º: XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil”. Projeto de Lei nº 7.326/10 [online].

CAPÍTULO II

CAMPESINATO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E “LAND GRAB”

A implementação da dendecultura no Baixo Tocantins vem imprimindo diversas transformações em comunidade de povos tradicionais presentes nessa região, a necessidade de entendimento dessas dinâmicas suscita a busca por um aporte teórico que auxilie tal análise, dessa forma a presente seção visa apresentar as teorias que servirão de embasamento para análise dessa questão.

2.1 A categoria campesinato e seus modos específicos de relação de trabalho

Uma das consequências decorrentes da inserção da dendecultura em territórios de povos e comunidades tradicionais vem sendo a mutação acarretada nas atividades de trabalho realizadas pelos quilombolas, atividades estas que deixam de ocorrer nos moldes de trabalho de povos tradicionais vinculados ao manejo da roça, manejo este efetuado pela unidade familiar, passando a ser realizado seguindo os moldes de trabalho assalariado, ou seja, assumindo o perfil do modelo de trabalho capitalista, cuja atuação se dá dentro da grande empresa produtora de palma de dendê.

O reconhecimento do Estado pertinente aos direitos de povos e comunidade tradicionais, tanto mediante a Constituição como com a criação de políticas voltadas ao atendimento dos seus direitos nem sempre são a garantia de que tais direitos serão respeitados e nem tampouco impede que mudanças nas suas relações de trabalho com a terra sejam afetadas.

O contexto percorrida pela sociedade humana que hoje tramita pela busca de formas econômicas alternativas ao capital convergindo para a busca da altermundialização¹⁶ levou o campesinato à diversas transformações, tanto na práxis, quanto no aspecto teórico, onde seu desaparecimento chegou a ser preconizado. Diante disso, em função da necessidade de um recorte epistemológico no que tange ao entendimento de tal conceito, será apontado aqui alguns teóricos que transitam por essa temática.

¹⁶ O termo altermundialização expressa o caráter multiforme de um movimento que pretende suscitar valores como a democracia, a justiça econômica e social e a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos a fim de estabelecer condições para uma mundialização democrática, controlada e solidária. Os termos altermundialização e altermundialismo foram criados em 2002, na Bélgica e na França (principalmente no âmbito da revista *Mouvements*), tendo como inspiração o slogan do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, realizado no Brasil: “um outro mundo é possível” (CATTANI et. al., 2009, p. 11).

O termo campesinato evolui da expressão camponês, que para Marx (1985, p. 343), representava aquele “economicamente autônomo”, no entanto, quando analisado dentro da perspectiva de Shanin percebe-se que o campesinato é considerado não como um “conceito, mas como uma noção” (SHANIN, 2005, p. 01). Sob o prisma do materialismo histórico, em Marx (1985, pp. 341-342), uma das primeiras referências a essa expressão surge no Livro 1 do Capital, onde tal teórico utiliza o termo camponês inferindo que a “expropriação da base fundiária do camponês”, constitui elemento de suma importância no processo de “acumulação primitiva de capital¹⁷”, embora seja bastante criticado, pois pressupõe o fim dos camponeses para a emergência do proletariado (MARTINELLO, 2011).

Embora a conjuntura de construção desse conceito remonte a pós-revolução industrial, quando reportado ao contexto dos povos tradicionais, no contexto da mundialização do capital no século XXI, cujo pano de fundo são as políticas neoliberais abrindo caminhos para a expansão do agronegócio global, a realidade não é muito distinta, posto que, os detentores do que hoje provém da fusão entre capital agrário, capital industrial e capital financeiro expandem seu patrimônio mediante a expropriação das terras pertencentes aos camponeses (FERNANDES, 2001; MARX, 1985).

Ao afirmar que a desintegração da sociedade agrária do feudalismo, constitui o ponto central para que a sociedade capitalista assentasse suas bases, Marx demonstra que o pequeno produtor rural ao ser expropriado de todos os meios de produção que garantiam sua sobrevivência, fica livre para tornar-se trabalhador assalariado, já que o que lhe resta é apenas vender sua força de trabalho, ou seja, a sua mercadoria (MARX, 1985).

Daí decorre a “relação-capital que pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 1985, p. 340). Tal relação, também passa a ser reproduzida ao camponês atual, posto que, ao ser desvinculado da atividade na terra, onde produz os meios necessários à sua existência, passa a atuar como trabalhador assalariado no âmbito das empresas do agronegócio.

Mediante a conquista do campo para implantação da agricultura capitalista, a base fundiária também é agregada ao capital, conseqüentemente, é criada a mão de obra proletária livre para ser englobada à indústria urbana, sendo que o nível de exploração presente na cidade, também é mantido no campo (MARX, 1995).

¹⁷ A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1985, p. 340).

Aos camponeses restava um duro destino, ou eram arrolados como mão de obra de baixa qualificação nas indústrias das cidades, em função de terem perdido para as indústrias seus espaços de trabalho, ou então, ao permanecer no campo, eram subjugados pelo mercado, já que a demanda citadina pelos produtos camponeses, incentivava os senhores feudais a tomarem as terras dos camponeses, através da expulsão e o cercamento. Marx, não cunhou o termo campesinato nos moldes que é utilizado no atual cenário do século XXI, porém, lançou as bases para que essa discussão fosse aprofundada de modo interdisciplinar, tanto na sociologia rural, economia, geografia, antropologia e demais áreas do conhecimento (MARX, 1995).

Kautsky (1980, p. 11), ao criticar Marx por considerar como classe apenas o capitalista e o proletariado, defende a existência de outras classes, dentre essas o camponês, o qual ele classifica como “um ser misterioso, estranho, às vezes mesmo muito inquietante”, além disso, considera que a teoria marxista tem seu limite estabelecido, a partir do momento em que se aplica ao domínio da indústria, não se aplicando, porém, no âmbito agrário, sendo que aquele que almeja adentrar na questão agrária sob o prisma marxista, deve verificar “como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas” (KAUTSKY, 1980, p. 12).

Quando Kautsky (1980, p. 12) afirma que “a evolução da indústria já conseguiu modificar o caráter da produção rural”, demonstra que tal processo de evolução impulsionou as mutações que ocorrem no campo, provoca a desintegração do modo de vida do camponês considerado economicamente independente do período medieval e leva o camponês a se tornar o que ele intitula como “agricultor puro¹⁸”.

Após abordar a supressão do modo de vida anterior do camponês, isto é, o modo no qual ele produzia tudo o que necessitava a partir do uso de sua própria terra, Kautsky (1980, p. 15), muda sua abordagem passando a demonstrar como o camponês se torna proletário, vendendo sua força de trabalho como mercadoria para a “grande empresa agrícola”, surgindo a relação “explorador e explorado”, preconizando o desaparecimento da “sociedade da família rural”, cuja harmonia passa a ser destruída (ALMEIDA, PAULINO, 2000; KAUTSKY, 1980, p. 15).

O processo de subordinação da população rural pelo capital foi gestado nas dinâmicas do período medieval e continua de forma acelerada a subjugar o homem do

¹⁸ Para melhor entendimento ver: Kautsky, (1980, p. 12).

campo retirando-o do trabalho exercido no núcleo familiar para atuar como mão de obra assalariada, conforme corroborado no trecho abaixo:

Ele ainda não chegou ao fim, e ainda hoje prossegue, abarcando novas regiões, transformando novas esferas de produção camponesa para o consumo pessoal em domínios de produção de mercadorias, aumentando das mais diversas maneiras a procura de dinheiro por parte do lavrador, substituindo o trabalho de família pelo trabalho assalariado. E assim o desenvolvimento do modo de produção capitalista na cidade basta para transformar completamente a existência do camponês, entendida à maneira antiga. Para tanto, nem mesmo é indispensável que o capital penetre na produção agrícola e se forme o antagonismo entre a grande e a pequena exploração (KAUTSKY, 1980, p. 15).

No trecho supracitado, tal autor além de preconizar que as mutações continuarão a ocorrer de forma expansiva, também demonstra que essa expansividade atingirá, outras regiões, levando o trabalhador rural na busca pelo atendimento de suas necessidades a engendrar-se no trabalho assalariado, sendo isso uma consequência do desenvolvimento do capitalismo no âmbito das cidades.

Sob o apoio do estado e por isso vencedores, os nobres feudais, ainda no século XV, travaram batalhas contra os camponeses na disputa pela terra, o que no seu bojo possibilitou aos respectivos vencedores a produção de mercadoria e a extorsão de mais-valia do camponês, não ainda sob a forma assalariada, mas ainda sob o modelo feudal, o que acarreta o desequilíbrio do processo de produção camponesa dos três afolhamentos¹⁹, e onde em um processo de produção de mercadorias em massa, se mesclam modelo de produção feudal e modelo de produção capitalista, caracterizando um processo de transição, onde a terra perde sua abundância, assumindo a forma de mercadoria e portanto detentora de valor (KAUTSKY, 1980, p. 18; PAULINO, 2005).

Com a perda das características campesinas em que o camponês produz para o atendimento de suas necessidades, surge a divisão do trabalho na agricultura, com a qual o produtor rural passa a se preocupar “o que produzir, para quem produzir e quanto

¹⁹ Isto quer dizer que cada lavoura, logo depois de realizada a colheita, era abandonada à pastagem submetida como tal ao direito de disposição da coletividade, que explorava em comum todos os campos. E como as demais, as terras sem cultura eram utilizadas como pastagem comum pelo gado de toda a aldeia. Mas isto teria sido impossível se cada componente da aldeia houvesse cultivado os seus lotes à vontade. Havia também uma obrigação de folha (Flurzwang) no interior de cada folha ou sação. Todos os proprietários de lotes eram obrigados a cultivá-los de maneira uniforme. Cada ano, uma das três folhas de terra lavra dia ficava de pousio, ao passo que a segunda se consagrava à cultura das sementeiras de outono e a terceira à cultura dos trigos de março. Anualmente se mudava a cultura da folha. Além das antigas pastagens e das terras de pousio, os prados, as pastagens perpétuas e as florestas forneciam a nutrição dos animais, cuja força de trabalho, cujo estrume, cujo leite e carne eram igualmente importantes para a exploração camponesa [...]. Produzia os animais e os esterco que lhe eram necessários para cultivar a terra e prevenir o esgotamento do solo. Por outro lado, a comunidade das pastagens e da folha lavradia criava entre os companheiros da aldeia uma sólida coesão, a qual os protegia eficazmente contra uma exploração excessiva por parte dos elementos exteriores (KAUTSKY, 1980, p. 16).

produzir”, assim, o produtor rural se especializa, buscando conseguir o que na ciência econômica se denomina custo de oportunidade²⁰ melhor, embora o processo de evolução da sociedade capitalista tenha trazido tanto para o produtor capitalista quanto para o camponês um “brinde bolux”²¹, ou seja, o endividamento (KAUTSKY, 1980).

Outro ponto da discussão de Kautsky (1980), refere-se ao momento em que tal autor faz uma crítica a John Stuart Mil, defensor da exploração da classe trabalhadora, por denominar os trabalhadores de “resistentes e infatigáveis bestas de carga”, o que o próprio Kautsky designa “loucura do trabalho”, e o fato de que o camponês não condena ao processo de trabalho na lavoura apenas a si mesmo, mas condena também sua família, inclusive mediante a exploração do trabalho infantil e das mulheres exaurindo suas forças.

A análise que Kautsky (1980, p. 66) faz sobre a questão agrária tomando por base a teoria marxista, tem por “princípio demonstrar que a evolução da indústria moderna conduz necessariamente ao socialismo, por esse motivo, transcorre através da análise da evolução social da agricultura, posto que, segundo ele, a “evolução social segue na agricultura o mesmo caminho que na indústria”, tem-se dessa forma as mutações sofridas pela classe camponesa, atualmente denominada de campesinato (KAUTSKY, 1980, p. 183).

Teodor Shanin (2005), no contexto da globalização e sob as lentes da teoria marxista, partiu de uma desconstrução para entender “o problema da conceituação do camponês” e o “que são os camponeses?”. Assim, demonstrou a mistificação do camponês, refutou “generalizações e diferenciações” conceituais construídos a partir do “*insight* e da inspiração [...] de um europeu da Europa Central [...], situado no meio inglês de um capitalismo “descamponesado”²²”, cuja abordagem norteou “a caracterização do campesinato que constitui a linha mestra da pesquisa e do debate político, na Europa Central e Oriental, durante o século passado” (SHANIN, 2005, p. 06).

Desta forma, considerou a mistificação do camponês como decorrente de “manipulações conscientes por políticos espertos ou acadêmicos caçadores de prestígio”, por isso, iniciou sua análise utilizando a “hipótese de nulidade” da estatística convencional”, para mostrar “as razões pelas quais o conceito deveria ser totalmente descartado”. Afirmou que “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e

²⁰ Conceito de custos utilizado por Marshall. Segundo esse conceito, os custos não devem ser considerados absolutos, mas iguais a uma segunda melhor oportunidade de benefícios não aproveitada (SANDRONI, 1999, p. 153).

²¹ Para melhores informações ver: Baré, (1985).

²² Para melhores informações ver: Shanin, (2005, p. 06).

estritamente específico”, por isso, é necessário que ela esteja dentro de um determinado contexto para ser compreendido (SHANIN, 2005, p. 01).

Prosseguiu sua desconstrução considerando a generalização do conceito camponês como “visão profissional distorcida de ‘camponesólogos’”, Shanin (2005), ponderou que uma análise desse conceito requer “compreender do que se trata”, ou seja, “o que se quer dizer com ‘camponês’?”, a partir desses questionamentos constrói sua análise (SHANIN, 2005, p. 16).

No âmbito da generalização o camponês apresenta seis características, de distinção dos camponeses quando comparados a outros grupos: a primeira trata da “economia dos camponeses”; a segunda aborda a organização política que converge nos “problemas das interações políticas dos camponeses; a terceira mostra as “normas e cognições típicas e muito semelhantes”; a quarta diz respeito a “as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento; a quinta apresenta a reprodução social, o modo de produção, os “atores humanos e o sistema de relações sociais”; e a sexta expõe “as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural” apontados como “genéricos e específicos dos camponeses” (SHANIN, 2005, pp. 03-04).

A generalização do camponês “baseada na comparação, assumirá a heterogeneidade dos dados”, ou seja, as características que levam a identificação do camponês mundialmente, segundo as teorias, criticadas por Shanin (2005), se constituem em elementos que os diferenciam dos demais, além disso, “[...] põe em dúvida a essência analítica das ciências sociais, e não simplesmente um de seus termos”, posto que, considera que a generalização de forma excessiva mediante a “extrapolação de semelhanças” se constitui em um perigo, pois “toda problemática que trate do camponês ‘para fora’ é insatisfatória” (SHANIN, 2005, p. 04).

No âmbito da “diferenciação e da multilinearidade”, o não-desaparecimento dos camponeses conforme foi preconizado, se constitui em problemas de inquietações para os estudiosos desse tema, pois, parece estar havendo uma re-camponesação, isto significa dizer que:

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (SHANIN, 2005, p. 09).

Ao contrário do que Marx, teóricos defensores e teóricos contrários ao pensamento marxista previram, o campesinato não desapareceu, na verdade, persiste, não importando as mutações sofridas pelos camponeses acarretadas pelo capital, por outro lado, um evento que poderia acarretar o desaparecimento do campesinato, enquanto um grupo detentor de características específicas seria a presença de “estruturas de desigualdade e exploração intercamponesa e interaldeias” (SHANIN, 2005, p. 11).

Outro problema questionado por Shanin (2005), põe em cheque a abordagem do “camponês” enquanto meio de produção, visto que, segundo tal autor, “os camponeses não são um modo de produção²³ porque lhes falta a estrutura política-econômica relativamente auto-suficiente”. Quanto a abordagem do campesinato enquanto “meio de produção secundário” provém da “discussão sobre os pequenos proprietários – ‘produtores imediatos’ a que Marx se referiu como ‘um modo de produção’, traz no seu bojo, demasiadas limitações heurísticas para ser sustentado” (SHANIN, 2005, p. 12).

Na abordagem sobre o “modos e camponês”, Shanin (2005), considera que a ocorrência de modos de produção diferentes, designam “uma essência social totalmente diferente para o estabelecimento rural familiar camponês (e para o campesinato, de forma geral) [...]”; além disso, é imprescindível a existência de um contexto social para se compreender os camponeses, visto que, seja qual for o sistema social em que estejam presentes, suas “especificidades de características sociais e econômicas” sempre serão evidenciadas (SHANIN, 2005, p. 14).

Shanin (2005, p. 17), conclui sua análise imputando que não se deve revogar nenhum conceito por “[...]representar apenas alguns aspectos da realidade”; [...]sem uma investigação exaustiva dos *insights* sobre a realidade; “[...]para se adequar a uma simples divisão de conceitos”. Porém, quando não trazem nenhum esclarecimento relevante,

²³ O modo de produção representa a forma geral (no sentido de abstrata) e específica (no sentido de uma estrutura histórica particular) em que são providas as necessidades materiais da sociedade, em dado estágio do seu desenvolvimento. Isso o torna crucial para análise da natureza geral da existência da sociedade e da caracterização de sua especificidade. Explica também por que a exposição do conceito começa usualmente pela independência entre as relações de produção e as forças produtivas, isto é, “aparece igualmente como a relação de indivíduos entre si e seu comportamento cotidiano específico em relação à natureza inorgânica, seu modo de trabalho específico. Um sistema de economia política centrada na criação, apropriação e controle de excedentes, através da dominação do homem pelo homem, isto é, uma “relação essencial de apropriação (que é) a relação de dominação”, fornece o elemento central e distintivo de um modo de produção. Na terminologia estruturalista, um modo de produção tem, então, tanto uma dimensão sincrônica quanto diacrônica, isto é, representa não apenas um sistema especificamente estrutural, mas também uma época histórica. Incorpora processos de reprodução, no que diz respeito aos bens materiais, à força de trabalho e ao sistema de relações sociais. Especifica também padrões próprios de mudança estrutural (SHANIN, 2005, p. 10).

apresentam uma realidade social equivocada ou são incoerentes, justifica-se a desconceituação. Alguns pontos, porém, tal autor fez questão de evidenciar:

[...] o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas- camponesa e/ou extra- historicidade [...]. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não- camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses (SHANIN, 2005, p. 18).

Shanin (2005), considera o conceito de camponês, ambivalente, complexo, passível de reificação e tão importante quanto de proletariado, capitalismo. No conceito supra estabelecido por Shanin fica evidente que o camponês acima de tudo, vincula-se a uma história, por tratar-se de um ser social, fator que contribui para sua diferenciação seja qual for o contexto em que se faça presente, assim, entendê-lo requer um mergulho profundo na análise do contexto onde ele, o camponês esteja inserido, e pressupõe acima de tudo, um avanço no campo das ciências sociais fazendo aporte de todas as ferramentas necessárias para tal análise.

2.1.1 Nuances de um campesinato à brasileira

Esta subseção visa demonstrar como o campesinato tem sido analisado no Brasil, visto que, o processo de desenvolvimento desse campesinato brasileiro assume perfis diferenciados dependendo da região e do local onde se desenvolve, desta forma, se faz necessário entender os diversos conceitos construídos por estudiosos brasileiros quando se trata dessa categoria.

No Brasil, “o campesinato foi frequentemente visto [...] como um resíduo. No caso particular do Brasil, essa visão se agrava ainda mais, quando comparada ao modelo de campesinato, o que incide no não reconhecimento de um “campesinato brasileiro”, assim considerado como:

[...] categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica

distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar (GODOI et al. 2009, pp. 09-10).

Na verdade a gênese do campesinato brasileiro, é que o torna diferenciado do campesinato desenvolvido em outras sociedades, provém de uma sociedade agrária, conservadora, cuja base de produção era pautada na execução trabalho escravo, marcada pela “existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse”, marcado pela presença de lutas travadas pelo direito a terra para manutenção do seu direito à vida, já que dela ele retira seu sustento e reproduz seu modo de vida, o qual é impedida pela dificuldade de acesso à terra, condições estas criadas na implementação das Sesmarias em 1850 (CARVALHO, 2016; WANDERLEY, 1996, p. 08).

A partir disso, o campesinato brasileiro adentra no século XXI, revestido por um processo permanente e contínuo de exclusão, expulsão, espoliação, subjugação do povo do campo e criminalização dos movimentos sociais, tudo isso sob a ação de uma classe agrária conservadora, cujas ações são protegidas por um estado tendencioso e protetor das classes hegemônicas (FERNANDES, 2001, p. 13).

No âmbito das diversas ciências, problemas como “questão da terra, do campo e da cidade, do capital e do trabalho familiar” são tratados como questões agrárias, porém, a vertente que discute o “paradigma do capitalismo agrário²⁴”, nega a existências desses problemas por defender que o próprio sistema capitalista se encarregará de sanar esses problemas em função do desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2001, p. 13).

Cunha (2018), pontua que o campesinato brasileiro se divide em dois grupos distintos, sendo o primeiro denominados como agricultores familiares, os quais ela considera como um grupo relegado ao esquecimento, que não faz parte da história do país, “sujeitos trabalhadores do e no campo”. Quanto ao segundo grupo tal autora define como:

[...]uma classe que se forma, se organiza e se reproduz à partir das múltiplas variações étnicas e territoriais existentes. São sujeitos da história que se fazem presentes nas reivindicações políticas atuais sobre o direito de permanência do modo de vida camponês. São elas as populações ou povos tradicionais que se encontram espalhadas por todo o território brasileiro (CUNHA, 2018, p. 12).

Sendo que a diferença existente entre esses dois grupos enquanto campesinato, está no fato da denominação de “agricultura familiar” ter sido inserida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) nos anos 1990, cujo intuito era que a através da criação de uma

²⁴ Para melhor entendimento ver: Fernandes, (2011).

nova categoria camponesa que não possuía uma tradição histórica de luta pela terra, conseguisse desvirtuar o sentido de luta pela terra sempre presente no campo brasileiro. A distinção do segundo grupo está no fato de possuir autoidentificação, estar atrelado a questões de identidade, a um território, apelos culturais e de ancestralidade (CUNHA, 2018).

Outra conceituação sobre o campesinato brasileiro dentro da perspectiva da descampesinização²⁵ é proferida por Marques (2008, pp. 59-60) para o qual o campesinato:

[...]possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês. [...] O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Esse conceito corrobora a afirmação de Bartra (2015, p. 18), segundo o qual “a forma de produção camponesa encontra-se subordinada ao modo de produção capitalista, seu “tributo” a outras áreas ocorre fundamentalmente por meio do mercado e requer a forma de uma transferência de valor”, isso ocorre porque, ao contrário da produção capitalista, já que na produção capitalista o trabalhador não é o dono dos meios de produção:

A produção camponesa está baseada na unidade do trabalhador e dos meios de produção e, portanto, conserva a união entre o produtor direto e seu produto, de tal modo que quando o camponês se vê submetido como comprador e vendedor a um intercâmbio desigual, o mesmo sujeito, enquanto produtor está sendo submetido a uma relação de exploração em que parte de seu trabalho lhe escapa na forma de produtos (BARTRA, 2015, p. 18).

Horácio de Carvalho (2013), analisa o campesinato no contexto do século XXI a partir do avanço do agronegócio e do capital financeiro sobre o agrário brasileiro, assim, tal autor considera que o campesino é considerado pelos detentores do capital agrário como um empecilho aos seus interesses, conforme pode ser demonstrado abaixo:

[...] os povos laboriosos do campo – como a massa de camponeses, os ribeirinhos, os extrativistas, os quilombolas e os povos indígenas camponeizados – são mal vistos pelos empresários do agronegócio, não apenas porque diferentes dos capitalistas, mas, sobretudo, por considerarem como o centro das suas racionalidades e emoções a reprodução social da família e não o lucro; por serem

²⁵ Termo cunhado por Canrobert Costa Neto no livro: De Marx a Agroecologia: a transição sociotécnica na reforma agrária brasileira, 2018.

persistentes e duradouros no seu modo distinto de produção, de extrativismo e de viver; por desfrutarem uma relação amorosa com a natureza (CARVALHO, 2013, p. 31).

Ou seja, enquanto os detentores do agronegócio buscam o lucro, o camponês prima pela “reprodução social de sua família”, para isso sua relação com a terra possui um caráter diferenciado, ao contrário da visão do capitalista, cuja terra possui o caráter de mercadoria²⁶.

A globalização considerada como “um movimento de deslocamento de agentes e recursos através das fronteiras nacionais” (CARVALHO, 2006, p. 355), possibilitou a “ampliação do número de grandes conglomerados transnacionais, e a articulação entre eles em todos os setores da economia e em todos os países do mundo”, cuja ocorrência se deu sob a presença crescente do capital financeiro nas empresas que participavam desses conglomerados, dessa forma, esse capital avança sobre o agrário exercendo inúmeras formas de pressão sob o camponês brasileiro (CARVALHO, 2009, p. 01).

Dessa forma, a expansão do capitalismo no agrário, se desenvolve sob o camponês, ameaçando o direito de reprodução social do camponês, através de:

[...]estratégias burguesas de concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes híbridas, transgênicas e mutagênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. E tudo isso numa tendência crescente de desnacionalização consentida do agrário brasileiro (CARVALHO, 2013, p. 32).

Esse modelo que se insurge sobre o camponês brasileiro, compõem o fenômeno denominado de “*acaparamiento de tierras*”²⁷, que se desenha como uma das

²⁶ A mercadoria capitalista se encontra desdobrada em valor de uso e valor de troca e este último passa a ser o elemento regulador de sua circulação. Assim, o processo que se configura com base nessa circulação não é M - D - M, mas D - M - D. Este raciocínio somente ganha sentido se entre o princípio e o fim existe uma diferença quantitativa, ou seja, se corresponde a D-M-D' onde D' é maior que D. Não tem sentido reproduzir aqui todo o pensamento de Marx; basta recordarmos que essa mercadoria é um produto do capital, bem como um meio para sua valorização e que, portanto, não apenas é portadora de valor como também, mais especificamente, de mais-valia. A mercadoria capitalista é uma forma "especificamente social do produto" enquanto contém em si mesma a relação capitalista entre trabalho necessário e trabalho excedente (BARTRA, 2015, p. 15).

²⁷ Acaparamiento cuando [...] cumplen tres condiciones, a saber: se trata de operaciones de gran escala, rasgo que se identifica a partir del comúnmente aceptado parámetro de un mínimo de 1000 has por operación; es posible detectar el involucramiento de gobiernos extranjeros en el proceso; y los proyectos de inversión son considerados como de impacto negativo sobre la seguridad alimentaria de los países en los que tienen lugar [...] El acaparamiento del control es un fenómeno inherentemente relacional y político, que implica relaciones políticas de poder y se manifiesta bajo diversas formas, que incluyen la acumulación de tierras (es decir, la captación de vastas extensiones de territorio), el (virtual) acopio de aguas, a través de la captación de recursos acuíferos (Woodhouse, 2012; Kay y Franco, 2012; y Mehta et al., 2012) y “acaparamiento verde” (Fairhead et al, 2012). (BORRAS et al 2013, p.79-81).

consequências da globalização financeira²⁸, a qual chega ao campo brasileiro tanto através do financiamento de empresas transnacionais que investem em monocultivo, ou seja, no agronegócio, ou constituindo o capital financeiro dessas empresas monocultoras, as quais compõem o grupos das sociedades anônimas e fazem a captação de seus recursos no mercado financeiro através da emissão de suas ações para serem adquiridas no mercado especulativo em esfera global (CARVALHO, 2013; FERNANDES, 2001).

Na defesa de seus interesses, tais empresas do agronegócio, através do apoio de governos por vezes corruptos, compram a preços irrisórios ou se apropriam das terras do campesinato, além de utilizam esses camponeses como mão de obra barata, possibilitando o aumento de seus lucros e por conseguinte, acarretando conflitos diversos em decorrência da divergência de interesses entre o grande capital e os camponeses (BORRAS JR. et al. 2013; CARVALHO; 2006, CARVALHO, 2013; FERNANDES, 2001).

Os impactos desses avanços se refletem de formas distintas, seja, através do comprometimento “da soberania alimentar nacional”, assim acarretando “a acumulação via espoliação dos recursos naturais, a exploração dos trabalhadores do país [...] ou mediante a desnacionalização das agroindústrias com predomínio de capital da burguesia nacional”. Existe a tendência a continuidade e ao aumento desses impactos sobre a vida dos camponeses, principalmente “porque a articulação entre governos e as classes dominantes converteram a vida do campo em apenas um negócio que cresce e deslumbra os olhares cobiçosos e desumanizantes da burguesia mundial” (BORRAS JR. et al. 2013; CARVALHO, 2013, pp. 32-33).

O futuro do campesinato brasileiro prospecta um cenário constituído por um modelo onde estejam presentes: “acentuada concentração da terra e da riqueza no campo; submissão dos governos às empresas transnacionais de insumos, espoliação dos recursos naturais e a subalternização dos camponeses aos seus interesses de classe”, tudo isso, agregado a “apropriação e estrangeirização das terras” dos povos que formam esse campesinato brasileiro, no entanto, não há garantias que esse ambiente hostil leve ao desaparecimento do campesinato, ao contrário, na história de lutas dos movimentos camponeses no Brasil há um processo de reorganização do espaço e resistência na luta pela sua existência enquanto sujeitos da história (SAUER, BORRAS JR., 2016; CARVALHO, 2013, p. 43).

²⁸ Ver “Globalização financeira e Amazônia nos Anos 90: ensaios selecionados sobre a globalização financeira da economia brasileira e Amazônia” (CARVALHO, 2006).

2.2 Abordagens sobre aspectos legais e conceituais dos povos e comunidades tradicionais

a) povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais; b) povos em países independentes considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento da sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independentemente de sua condição jurídica, mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas. 2. A auto-identificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção (Art. 1º, CONVENÇÃO 169 da OIT).

O texto supra, pertinente ao Art. 1º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Sobre Povos Tribais e Comunidades Tradicionais”, deixa na sua base o que significa a expressão “povos e comunidades tradicionais”, o que demonstra que os conflitos decorrentes das disputas pelo direito à terra não são exclusividades únicas do Brasil, tanto que organismos multilaterais como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) deram margem as discussões que culminaram com a criação de tal legislação internacional, a qual deu seguimento para o surgimento de legislações pertinentes para que os direitos desses povos fossem instituídos tanto no Brasil quanto no mundo (MINAS GERAIS, 2014).

O avanço pela posse da terra no Brasil, embora pareça ser um fenômeno recente ou característico do século XXI, na verdade remonta o período da colonização brasileira, momento no qual o governo português instituiu as Sesmarias²⁹ entregando lotes de terras a quem almejasse explorá-las, em troca, o detentor da terra deveria repassar a coroa o valor correspondente a sexta parte de tudo o que produzisse na sua terra, o que gerou dois problemas, primeiro o surgimento da modalidade de trabalho denominada “peonagem”, moldada no apadrinhamento e troca de favores; segundo, vinculando o trabalhador a uma forma escravizada de trabalho, posto que necessitava cumprir com as obrigações do acordo (ALMEIDA, 2015; MOURÃO, 2017).

A luta desses povos pelo direito de acesso à terra para manutenção de seu meio de vida tem seu início marcado pelo processo de expansão do sistema capitalista, cuja força motriz é pautada na busca incessante por um crescimento escamoteado pelo discurso de desenvolvimento baseado na espoliação de recursos naturais e na ameaça aos povos que

²⁹ Para mais informações verificar: Instituto de Terras do Pará - ITERPA, (2009).

ocupam terras ricas em biodiversidade, o que de acordo com a evolução do capitalismo assume diversas nuances gerando conseqüentemente disputas territoriais (ALMEIDA, 2010, SILVA, 2015).

No caso do Brasil, conjuntamente com a Amazônia a eclosão desses conflitos se deu já no processo inicial de formação histórica mediante a instituição da Lei de Terras de número 601 de 18 de setembro de 1850, implementada no Brasil império, através da qual as terras devolutas seriam adquiridas apenas através do título de compra (BRASIL, 1850).

As terras devolutas seriam aquelas consideradas improdutivas, ou ociosas quando da concessão das Sesmarias, já que retornariam a Coroa e passariam a constituir o patrimônio público. Com essa decisão instaurou-se no Brasil o contexto contínuo de lutas travadas pela posse da terra, os quais prevalecem até hoje em pleno século XXI assumindo inúmeras performances, cujas dimensões além de incalculáveis não demonstram sinais de que irão acabar, ao contrário se agravam ainda mais (BRASIL, 1850).

No cerne dessas disputas estão principalmente a violação de direitos de povos tradicionais que vivem nas áreas que se constituem objeto de desejo de grandes conglomerados industriais, posto que, essas áreas são constituídas por uma gama de recursos naturais, visando proteger os direitos desses povos implementa-se o Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977 que fez a promulgação da Convenção Relativa a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, criada em 1972 no dia 23 de novembro, em Paris no momento da XVII Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em virtude do patrimônio cultural e natural estarem sendo ameaçados não apenas por causas tradicionais mas por devoluções da vida social e econômica, cuja consequência imediata implica o empobrecimento de povos no mundo (BRASIL, 1977).

No entanto, foi a partir de 1988 que os povos e comunidades tradicionais brasileiros começaram a protagonizar uma nova história quando o Art. nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) institui aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, o reconhecimento de propriedade definitiva, devendo o Estado emitir o título definitivo dessas terras (BRASIL, 1998).

Conquista esta corroborada pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal nos quais ficam garantidos principalmente que o Estado deverá proteger as “manifestações culturais populares indígenas e afro-brasileiras”, acrescenta-se a isso, bens de natureza material e imaterial, assim como a “identidade, incluindo formas de expressão, [...] modos de criar, fazer e viver [...]”, elementos estes que abrem prerrogativas para o implemento de

outras leis voltadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 1998, n.p.).

No ano de 1998, o Brasil adere a Convenção de Diversidade Biológica, conhecida como Eco 92, tal adesão se deu através do Decreto nº 2.519 de 10 de março, cujo cerne era a manutenção da “diversidade biológica” mediante o uso sustentável dos recursos naturais, além da proteção dos direitos das comunidades tradicionais, conforme explícito no Art. 10 que trata da utilização sustentável de componentes da diversidade biológica, alínea “c” na qual está escrito “proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e utilização sustentável” (BRASIL, 1988, n.p.).

Destarte, verifica-se que é com o referido Decreto nº 2.519 que fica definido a obrigação do Estado de proteção àqueles que exerçam práticas em correlação com a natureza e consideradas sustentáveis. Assim, o fortalecimento dessa luta em termos legais ocorre com direcionamento das políticas públicas visando dar garantia de igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica, pelo implemento da Lei de nº 10.678 de 2003 com a qual é criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPPIR) e em seguida, com instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (MG, 2014), no ano de 2007, cujo intuito foi atribuir ao Estado a responsabilidade de “reconhecimento e proteção a outros grupos culturalmente” diferenciados do processo civilizatório nacional para além de quilombolas e indígenas (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

Posteriormente é criado o Estatuto da Igualdade Racial, o qual é instaurado mediante a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 para efetivar os direitos de igualdade pertinentes a população negra e combater quaisquer tipos de discriminação, exclusão e violação dos direitos dos negros e das comunidades tradicionais (BRASIL, 2010, n.p.).

De acordo com a Lei 6.040 de fevereiro de 2007, no Art. 3º, inciso I, são considerados povos tradicionais:

[...] grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, e ancestral, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, (2007, n.p.).

Isto significa que perante os termos desta Lei, o conceito de povos e comunidades tradicionais se expande para além da visão antes designada a indígenas e quilombolas já que abre margem para que ribeirinhos, faxinalenses, quebradeiras de cocos, fundos de

pastos, dentre outros, se tornem protagonistas de sua história utilizando essas leis como ferramenta de luta pela manutenção de seus direitos continuamente infringidos pelo avanço do capital e suas agroestratégias (ALMEIDA, 2010).

Visando garantir os lócus de reprodução dos povos e comunidades tradicionais, a Lei 6.040/2007, também se reporta ao território afirmando que se constituem nos “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]” (BRASIL, 2007, n.p.).

Quanto aos direitos dos povos indígenas, a nível de Brasil, embora como forma de compensação, existissem em constituições anteriores, foi com a Constituição de 1988 que estes direitos foram contemplados de forma mais ampla, conforme pode ser observado no Art. 231 pertinente ao direito a “terras tradicionalmente ocupadas”, o qual infere que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e aos direitos originários sobre “terras tradicionalmente ocupadas”, competindo a União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, n.p.).

No que tange aos direitos dos povos quilombolas com a assinatura do Decreto 4.887 em 20 de novembro de 2003, estes passam a ter o direito a suas terras assegurados, cujos mecanismos visam fazer a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombo (BRASIL, 2003).

Para tal Lei, além dos critérios de autodefinição são considerados terras de quilombos aquelas que “são utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”, sendo que a medição deverá ocorrer mediante critérios de autoatribuição de modo que a legitimação das terras deverá realiza-se pela autodefinição da própria comunidade conforme designado na referida Lei (BRASIL, 2003, n.p.).

Deste modo, caberá a gestão pública garantir esses direitos através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão determinado pela Lei para proceder ações que possibilitem aos remanescentes de quilombos a “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras tradicionalmente ocupadas por estes”, estando tais direitos ameaçados incidirá sobre o Ministério Público Estadual e Federal a responsabilidade de defender e promover ações que garantam esses direitos, no caso de não possuírem condições financeiras para pagar honorários advocatícios em sua defesa, poderão recorrer a Defensoria Pública para assegurá-los (BRASIL, 2003, n.p.).

O Estado do Pará, curiosamente, ainda que figure como um dos campeões no Brasil em conflitos agrários e violações aos direitos dos povos tradicionais possui uma legislação voltada para o atendimento de povos quilombolas, como pode ser visto no Decreto nº 3.575 de 22 de julho de 1999, o qual fez a regulamentação da Lei 6.165 de dezembro de 1998 que estabelece a Legitimação das Terras dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos (PARÁ, 1999).

No ano de 2007 foi criado um Grupo de Trabalho através de um Decreto Estadual de nº 562, cuja atribuição era implementar um Grupo de Trabalho voltado para a Consciência Negra e Promoção da Igualdade Racial no Estado do Pará (PARÁ, 2007), o que culminou com a criação no ano de 2011 da Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos, o que ocorreu mediante o Decreto nº 261, através do qual o Estado do Pará considera que deve garantir as melhorias das condições de vida dessas comunidades conforme demonstra o Art. 2º:

A Política Estadual para Comunidades Remanescente de Quilombos tem por objetivo geral, reconhecer, promover e proteger os direitos dessas comunidades assegurando-lhes melhorias de qualidade de vida, respeito a suas identidades, instituições e formas de organização, garantindo a participação de seus representantes nas decisões (PARÁ, 2007, n.p.).

Segundo a análise do trecho supracitado e em conformidade com o que estabelece esta Lei, o Estado do Pará deve dar garantia de proteção aos direitos das comunidades quilombolas respeitando suas especificidades, garantindo principalmente melhoria da qualidade de vida desses povos.

Quando se trata do aspecto teórico-conceitual sobre povos e comunidades tradicionais, Brandão (2010, p. 350) pontua que

[...]uma das características de base na comunidade tradicional é a inevitável presença do outro na vida de todos. Seja como um sujeito individual - um pai, uma mãe, um padrinho - seja como um sujeito institucional ou mesmo plural - um ancestral familiar, um líder de clã, um conselho de comunidade - a presença que ao mesmo ampara, reconhece, identifica e controla a pessoa de cada integrante de tudo o que vai de um casal à própria comunidade no seu todo, representa um ator e um fator de atribuição de identidade. Um fator também de codificação de condutas e de relacionamentos e até mesmo de definição de destinos bastante maior do que nas sociedades modernas e altamente complexas e diferenciadas.

De acordo, com o conceito supra apresentado, dois elementos são preponderantes no que tange a caracterização de comunidade tradicional, o primeiro diz respeito a presença do outro, o segundo, evidencia a questão da “atribuição de identidade”.

Thum (2017, p. 1167), ao versar sobre os “aspectos históricos e conceituais dos povos e comunidades tradicionais” assevera que

[...] para além de populações tradicionais, como indicavam as primeiras tentativas de nomeação produzidas pela vertente 'ambiental', as questões de cultura e a autodenominação passam a serem parte da caracterização e vai assim se aproximar da perspectiva da 'conservação pelo uso'. Isso inclui, portanto, aspectos antropológicos: os modos de fazer, de significar, as práticas sociais e os modos de transmitir a experiência às novas gerações.

Seguindo os preceitos determinados por Thum (2017), nas questões concernentes a definição de povos e comunidades tradicionais devem ser levados em consideração quesitos como “os modos de fazer, de significar, as práticas sociais e os modos de transmitir a experiência às novas gerações”, os quais determinam as especificidades desses povos.

Para Spamer (2018, p. 130), “os conceitos de povos, comunidades, grupos, populações ou sociedades tradicionais são recorrentes na literatura e se encontram em processo de construção e constante debate”. Porém, no âmbito da Antropologia da territorialidade, Little (2002, p. 23) assevera que

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade.

Tal conceito, na visão de (2002), possibilita seu uso no campo das ciências sociais, assim como se insere no universo das disputas de cunho territorial que eclodem em âmbito nacional.

Ao levar em consideração um “agir pautado por valores e normas, fruto da transmissão e reinterpretação destes por um grupo social em função de certa experiência de vida, os povos e comunidades tradicionais se inserem em uma “economia moral” conforme o que preceitua Lechat (2009, p. 134), a qual corrobora sua afirmação ao dizer que

[...]cuja base são certos valores como a justiça social, a solidariedade e o respeito à natureza. A economia moral busca a socialização da riqueza, privilegiando as necessidades sociais e não o lucro, o valor de uso e não o valor de troca.

Neste aspecto, tal afirmação incide que a forma de reprodução específica desses agentes sociais, também denota um diferencial próprio dos povos e comunidade tradicionais, na qual valores pertinentes a “economia moral” se fazem presentes.

Desta forma, tanto as prerrogativas legais, quanto os aspectos conceituais constituem-se em objetos de lutas e resistências vinculados aos povos e comunidades tradicionais, cujas conquistas se deram de forma paulatina, embora ainda exista muito a ser conquistado, no caso no Brasil e da Amazônia, a existência da legislação não dá a garantia de que esses direitos serão respeitados, como é possível observar em diversos estudos realizados na academia, essas ameaças se tornaram mais intensas com o acirramento do mercado de terras, além do avanço do capital em comunidades de povos tradicionais, que busca mecanismos para frear os efeitos das leis que defendem os direitos legítimos desses povos.

2.3 O Território e a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais

O avanço do capitalismo tem provocado diversos conflitos que dependendo do local, da situação assumem diversas formas se agravando principalmente quando esse avanço advém sobre territórios de povos e comunidades tradicionais, nestes termos, visando entender o significado da categoria território, esta seção busca discorrer as diversas performances da abordagem do território, tanto no aspecto legal, quanto no aspecto conceitual visando apresentar o que alguns autores vem discutindo sobre esse tema

Nesse sentido, a Convenção 169 da OIT faz uma referência ao território na parte II que trata de terras, no artigo 13, item 1 afirmando que:

[...] Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação (OIT, 2009, n.p.).

De acordo com o designa este trecho da referida Convenção, cabe aos povos interessados utilizarem o seu território do jeito que lhes aprouver, posto que, aos governos persiste o dever de garantir esse usufruto, e para reforçar esse direito, o item 2 dessa legislação infere também que “a utilização do termo ‘terras’ nos artigos 15 e 16, deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma (OIT, 1999, n.p.)”.

Dessa forma, o conceito de terras quando se tratar de povos e comunidades tradicionais vai para além do seu significado, confundindo-se com o conceito de território, caso seja ocupada por tais povos, sendo o lócus para seu meio de reprodução. Além, disso,

embora não estejam totalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, mas sirvam de usufruto para sua sobrevivência, esta área deverá ser protegida pelo Estado (OIT, 1999).

O Decreto 6.040/2007, no seu artigo 3º, inciso II, estabelece o conceito de “territórios tradicionais”, segundo o qual são:

[...] os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado no que diz respeito aos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõe os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2007, n.p.).

Em uma visão diferenciada, no conceito atribuído pela lei, o território deve primar os direitos dos povos tradicionais e a garantia da sua reprodução em todos as amplitudes.

No que tange ao aspecto conceitual referente ao que tratam os estudiosos dessa categoria, um dos conceitos de território utiliza como ponto de partida de análise a desterritorialização, criação e desaparecimento dos territórios, tal conceito postula que esse tema transita por diversas ciências além da geografia, principalmente as pertencentes as ciências sociais que trouxeram à tona a discussão de que o território está desaparecendo, resultando na desterritorialização e vinculada a problemática territorial em expansão, principalmente quando decorrentes de ações estatais.

Nesse aspecto, o território assume um perfil “híbrido” tanto no que se refere a aspectos culturais, quanto simbólicos”. O território envolve “uma complexa relação, processos sociais, espaço imaterial, o movimento, a fluidez e as conexões, vinculadas a sua historicidade [...]” (HAESBAERT, 2007, p. 66).

Todavia, a desterritorialização, figura como consequência da globalização e das estratégias das políticas neoliberais que acarretam ao Estado o enfraquecimento do seu poder, trazendo consigo “homogeneização e heterogeneização³⁰”, sendo o ciberespaço considerado a nova fronteira de desterritorialização, a qual provoca exclusão social e precarização social, o que para diversos autores representa bem o contexto atual inferido pelo mundo globalizado das redes (HAESBAERT, 2007, p. 58).

Partindo de uma abordagem diferenciada, Almeida (2012, p. 63), demonstra em suas diversas análises a ameaça de “agroestratégias” consubstanciadas por ações estatais sobre “terras tradicionalmente ocupadas” e suas “territorialidades específicas”, e como as “unidades de mobilização” se organizam para conter os avanços dessas agroestratégias, as quais são “ações estatais de cunho protecionista”, motivo pelo qual o “território vem

³⁰ Para melhor entendimento ver: Haesbaert (2007, p. 58).

sofrendo uma reconceituação na qual são combinados fatores de cunho ambiental e econômico”, sendo que a partir disso, as “[...] regiões passam a ser delimitadas mediante seus biomas e ecossistemas”.

A consequência dessas ações respaldadas pelo estado e definidas em contexto global partindo de organismos multilaterais, são as ameaças que vem sofrendo os “povos e comunidades tradicionais”, já que essa imagem de cunho “protecionista” acarreta a flexibilização de leis e normas, criadas para a proteção de tais povos tanto em âmbito interno quanto internacional. Isto ocorre porque esses organismos internacionais objetivam a quebra de barreiras que impeçam a expansão do crescimento econômico pautado no “modelo de desenvolvimento BAU³¹”, os quais fazem o uso intensivo de *commodities* minerais e agrícolas, cujos usufruto são escamoteados por programas de proteção que carregam a imagem à natureza (ALMEIDA, 2012, p. 63).

Essa organização do espaço e território reflete um estado protecionista, cujas ações designam claramente “a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e subsolos”, fruto da ambição de “organismos multilaterais” que manipulam os Estados visando o atendimento ao crescimento econômico, a força motriz do sistema capitalista, subterfugado por ideias de proteção à natureza, cujo fator agravante é o fato de deixar entreaberta a possibilidade de uso “intensivo e imediato dos recursos naturais em prol de políticas de crescimento econômico, traduzidas pelas grandes obras como hidrelétricas, rodovias, portos e congêneres” (ALMEIDA, 2012, p. 63).

Deste modo, os governos criam políticas sob o discurso do desenvolvimento, combate à pobreza e proteção à natureza, incorporando a essas ações de cunho mercantil a expressão “território”, como por exemplo “território da cidadania”, que na verdade omite ações de interesses comerciais visando a garantia desses recursos sob o discurso da crise ambiental criam o “desenvolvimento sustentável”, atribuindo ao Estado a responsabilidade de manutenção dos interesses dessas agências multilaterais (ALMEIDA, 2012, p. 164).

De acordo com as acepções de Almeida (2008, p. 22), existem os “territórios étnicos, como por exemplo: o Território Quilombola de Alcântara no Maranhão, ou territórios aquáticos, como o caso dos pescadores da Vila de Jenipapo no Marajó”, os quais se mobilizam utilizando como respaldo suas características intrínsecas, que correspondem o fator preponderante nos processos de conflito pela manutenção de seus direitos usurpados.

³¹ *Business as usual*, para maiores informações consultar: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2011.

Outra visão de território, provem de Saquet (2008, p. 88), segundo o qual:

[...]o território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo [...].

Além disso, considera também que espaço e território estão interligados, posto que, na sua visão o território resulta da “dinâmica socioespacial” convergindo para um “processo de territorialização, paradoxalmente, com perdas e reconstruções incessantes, com formas e ações, decisões, desejos, etc., intimamente conectado à materialização espacial da sociedade e à dinâmica da natureza exterior ao homem”, onde o território se configura como “construção coletiva e multidimensional” (SAQUET, 2008, p. 81).

Nesse aspecto, os territórios são resultantes de “ações locais e também forças externas (nacionais e internacionais) ligadas à dinâmica econômica, política e cultural”. Além disso, existem nesses territórios “relações de poder que produzem os territórios em movimento”, o quais podem ser fluidos, podendo ser temporários ou relativamente permanentes”. Por outro lado, o “território é produto social e condição [...]”, pode ser considerado também como “o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial, em manchas e redes (SAQUET, 2008, p. 90).

Prosseguindo o estudo sobre a categoria território Saquet (2011, pp. 11-12), apresenta um conceito pautado na obra de Manuel Correia de Andrade (1971/1967), geógrafo brasileiro que realizou seus estudos na França o qual apresenta um processo de evolução inicialmente considerando-o “como área e Estado-nação”, posteriormente embora não tenha aprofundado essa conceituação, afirma que:

[...]o território assume centralidade e é compreendido a partir das idéias de domínio, de poder e de gestão de certa área, seja por parte do Estado, seja por parte de grandes empresas o “conceito de território é inerente à idéia de domínio ou gestão de determinada área e resulta [...] da ação e gestão do Estado [...] (SAQUET, 2011, pp. 11-12).

Esse conceito assume um perfil mais direcionado ao aspecto político e econômico, no qual, revela a influência que tal autor sofre da França, Itália e que se expande por outros países, cujo conceito é vinculação as ações estatais e não aos agentes sociais e atenta para o aspecto regional.

Ao considerar que o a existência do espaço é antecedente ao território, Raffestin (2008, p. 26) estabelece a não equivalência entre ambos, visto que é o espaço que

determina a existência do território, cuja criação depende da ação de um ator “para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”.

Por fim, Raffestin (2008, p. 33), considera que “os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a “matéria-prima” oferecida à imaginação, para ser “trabalhada” e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem, ou ainda que é “um sistema material para usar porque foi construído com valor de uso”.

2.4 Desenvolvimento: distintas concepções conceituais

A falta de conhecimento da realidade da Amazônia levou os planejadores de desenvolvimento para a região a implementarem modelos de desenvolvimento que ao invés de solucionarem os problemas vivenciados na referida região, ao contrário, geraram conflitos e acirraram ainda mais esses problemas. Nestes termos, se faz necessário um levantamento do cabedal teórico sobre as principais teorias do desenvolvimento que convergem para o contexto atual da mundialização do capital³², tópico este que será tratado nesta seção.

Ha Joon Chang (2004), especialista em economia do desenvolvimento, ao utilizar respaldo na perspectiva histórica e criticar a políticas de desenvolvimento ditadas pelos países desenvolvidos para serem implementadas nos países não desenvolvidos, gerou uma série de polêmicas no âmbito da teoria do desenvolvimento, posto que, segundo ele, os países hegemônicos estão chutando a escada para as nações não desenvolvidas, pois impõe para as referidas nações, políticas de abertura econômica, quando utilizaram políticas protecionistas³³ no intuito de proteger seu comércio e suas indústrias, utilizaram políticas

³² Em linguagem comum, a palavra “capital” é geralmente usada para descrever um bem que um indivíduo possui como riqueza. Capital poderia, então, significar uma soma de dinheiro a ser investida de modo a assegurar uma taxa de retorno, ou poderia indicar o próprio investimento: um instrumento financeiro, ou ações que constituem títulos sobre meios de produção, ou ainda os próprios meios físicos de produção. Dependendo da natureza do capital, a taxa de retorno a que o proprietário tem um direito jurídico é um pagamento de juros ou uma participação nos lucros. A ciência econômica burguesa amplia ainda mais o uso da expressão, entendendo-a também como qualquer bem, de qualquer tipo, que possa ser usado como fonte de renda, ainda que apenas potencialmente (BOTTOMORE, 1988, p. 79).

³³ Adoção de um sistema de tarifas ou cotas para restringir o fluxo das importações. Com a formação do mercado capitalista em âmbito internacional, os partidários de medidas protecionistas envolveram-se num amplo debate com os defensores do livre-cambismo, isto é, da divisão do trabalho em escala internacional, com a especialização de cada área na produção de um determinado bem agrícola ou industrial. A argumentação dos protecionistas partia de considerações não-econômicas. Por exemplo, diziam que a agricultura e as principais indústrias de um país deviam ser mantidas em nível suficiente para atender à

de incentivo tanto no aporte tecnológico, como industrial e comercial, no entanto, nos países sob seu domínio impõe políticas restritivas que impossibilitam o desenvolvimento desses países dominados e impedem que eles avancem para outros estágio. Há uma contradição, pois as políticas que eles apontam na verdade atendem aos interesses dos seus próprios países e não visam promover o desenvolvimento das nações ditas em desenvolvimento, o qual em função dessas políticas de efeito negativo não chega nunca (CHANG, 2004).

A esses modelos de desenvolvimento em que o capital e as nações hegemônicas utilizam as mais escusas ferramentas para expandir seu lucro, Naomi Klein (2008) intitula como “doutrina do choque³⁴”, ou “capitalismo do desastre³⁵”, nesse modelo o capitalismo, cujo pai é Milton Friedman³⁶ através neoliberalismo³⁷, o avanço do capital ocorre mediante

demanda ante um eventual corte do fornecimento externo, em decorrência de uma guerra. Da mesma forma, as indústrias-chave na defesa nacional deveriam ser protegidas para evitar dependências de fornecedores estrangeiros. Além desses argumentos, o protecionismo pode apoiar-se em justificativas econômicas. Práticas de defesa de mercado contribuem indiscutivelmente para o desenvolvimento de novas indústrias no país protegido, as quais dificilmente teriam de competir em escala internacional; mais ainda, em condições de capacidade ociosa, as medidas protecionistas contribuem para o aumento do nível de emprego, atraindo a demanda para a produção doméstica (SANDRONI, 1999, p. 504).

³⁴ Durante mais de três décadas, Friedman e os seus poderosos seguidores tinham aperfeiçoado esta exacta estratégia: esperar por uma crise de grandes dimensões para vender ao desbarato partes do Estado a interesses privados enquanto os cidadãos ainda estavam atordoados do choque, e depois tornar rapidamente as “reformas” permanentes. Num dos seus ensaios mais influentes, Friedman articulava o núcleo tático *nostrum* do capitalismo contemporâneo, aquilo que tenho vindo a compreender como a doutrina do choque. Ele notava que “apenas uma crise – real ou apreendida – produz mudanças reais. Quando essa crise ocorre, as acções que são levadas a cabo dependem das ideias que estão mais à mão. Essa acredito ser a nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne no politicamente inevitável”. Algumas pessoas armazenam conservas enlatadas e água como preparação para os grandes desastres; os friedmanitas armazenam ideias de mercado livre. E assim que uma crise se abateu, o professor da Universidade de Chicago estava convencido que era crucial agir rapidamente, impor mudanças rápidas e irreversíveis antes que a sociedade, abalada pela crise, deslizesse de novo para a “*tiranía do status quo*”. Ele estimava que “uma nova administração tem entre seis a nove meses para efectuar grandes mudanças; se não agarrar a oportunidade de agir decisivamente durante esse período, não voltará a ter uma oportunidade igual”. Sendo isto uma variante do conselho de Maquiavel de que “as feridas” devem ser infligidas “todas de uma vez”, provou ser um dos legados estratégicos mais duradouros de Friedman. Friedman aprendeu a explorar um choque ou crise em larga escala em meados da década de 1970, quando era conselheiro do ditador chileno General Augusto Pinochet. Não só os chilenos estavam em estado de choque no seguimento do violento Golpe de Estado de Pinochet, como também o país estava traumatizado por uma grave hiperinflação. Friedman aconselhou Pinochet a impor uma transformação de rajada na economia – cortes nos impostos, livre comércio, serviços privatizados, cortes nas despesas sociais e abolição de algumas regulamentações (KLEIN, 2008, p. 18).

³⁵ Eu chamo a estas incursões orquestradas à esfera pública no rescaldo destes acontecimentos catastróficos, combinadas com o tratamento dos desastres como excitantes oportunidades de mercado, de “capitalismo de desastre” (KLEIN, 2008, p. 18).

³⁶ Economista norte-americano, recebeu o Prémio Nobel de economia em 1976. Principal teórico da escola monetarista e membro da Escola de Chicago, para a qual a provisão de dinheiro é o fator central de controle no processo de desenvolvimento económico. Para Friedman, as variações da atividade económica não se explicam pelas variações do investimento, mas pelas variações da oferta de moeda. Assim, as intervenções multiformes do Estado na vida económica de um país poderiam ser substituídas pelo controle científico da evolução da massa de moeda em circulação. A política monetária visaria à redução das possibilidades de intervenções específicas da autoridade pública e à introdução no sistema de um grau mais elevado de auto-

a extorsão de lucros exorbitantes extraídos das situações de crises, as quais são tanto promovidas pelo homem, como é o caso das guerras, assim como de crises decorrentes de desastres naturais, como enchentes, tsunamis. Os países detentores de capital, utilizam essas situações de crise em que a calamidade pública acarreta medo nas pessoas, para expandir sua hegemonia e auferir mais lucro quanto for possível (KLEIN, 2008).

No contexto da mundialização do capital financeiro, o modelo de desenvolvimento que é projetado por empresas transnacionais, possuem seus interesses defendidos por organismos multilaterais³⁸, os quais projetam políticas de fomento que são impostas aos países sob seu domínio sob a ameaça de coerção, ou de sanções comerciais que poderão ser submetidas a esses países caso não acatem suas determinações, as quais geralmente atendem aos interesses dos países hegemônicos em detrimento dos países subalternos (BRAZ, 2014; RACHED, 2008).

Paul Sweezy (1976), fala de um modelo de desenvolvimento do capital dominador, cujas características se acentuam pela formação de monopólios, se distanciando do capitalismo de livre concorrência, cujo surgimento foi preconizado por Marx, embora refutado por muitos economistas (LENIN, 2011), e, no entanto, ignorado pelos economistas defensores da livre concorrência³⁹. Esse modelo resulta segundo Sweezy, do aumento do capital constante⁴⁰ sobre o capital variável⁴¹. Nesse modelo o capital assume

regulação dos aspectos do ambiente social que constituem as determinantes básicas do funcionamento da economia (SANDRONI, 1999, pp. 252-253).

³⁷ Para Foucault (2008), o neoliberalismo é caracterizado como uma maneira de regular as condutas incentivando a livre-concorrência e o mercado, com a diminuição de responsabilidades do Estado e aumento das do cidadão. A política de crédito na economia política neoliberal é contínua para promover subjetividades empreendedoras com incentivos de geração de renda ao invés de gerador de empregos com salários. A família é vista como uma unidade empreendedora que contratualiza duas relações pelo cálculo de custo e benefício e se avalia permanentemente como espaço de produção de investimentos descentralizados no campo e na criação artesanal. O Estado deve oferecer regras para garantir a liberdade de transação entre indivíduos e empresas. A teoria do capital humano passa a reger as relações de educação, de trabalho e afetivas, sendo fomentadas em todos os espaços sociais e nas relações de gênero e familiares. O sujeito de direitos se torna menos importante que o econômico e, quando é ativado sempre o é para figurar como mercado e empresa da cidadania. A tutela civil é negociada o tempo todo pela gestão de perdas e danos na esfera da chamada estabilidade de uma governabilidade econômica e política no cenário nacional e mundial. Há um cálculo de interesses nos processos de tomada de decisão por meio de comitês e associações, de consultores e delegados que são chamados a representar segmentos da população (LEMOS et al, 2015, pp.04-05).

³⁸ Na teoria marxista do valor, a parte do capital total que apenas transfere seu valor para as mercadorias que estão sendo produzidas, não criando a mais-valia (SANDRONI, 1999, p. 79).

³⁹ Modelo, criado pela economia clássica, da forma que assumiria um mercado se fossem satisfeitas as seguintes condições: 1) existência de grande número de vendedores, cada um dos quais incapaz de forçar a baixa nos preços por não poder fornecer uma quantidade maior de produtos do que os demais; 2) todos os compradores e vendedores com o mais completo conhecimento dos preços e disponibilidades do mercado local e de outras praças; 3) inexistência de significativas economias de escala, de modo a nenhum vendedor poder crescer a ponto de dominar o mercado; 4) inexistência de barreiras à livre movimentação dos fatores de produção e dos empresários (SANDRONI, 1999, p. 119).

⁴⁰ [...] edifícios e máquinas em relação as matérias primas processadas e auxiliares (SWEEZY, p. 202, 1976).

um perfil centralizador, o qual ele define como “reunião de capital já existente”, tal centralização se dá mediante o crescimento exorbitante do capital em um lugar específico, sendo que tal concentração se dá nas mãos de um único detentor, isso ocorre pela perda de capital que foi investido em outros lugares (SWEEZY, 1976).

A concorrência traz como consequência a centralização, sendo que para a indústria essa centralização é finalizada quando todas as empresas de determinado ramo foram suprimidas restando somente uma, caracterizando o monopólio e convergindo para as “sociedades anônimas”, por ele definidas como:

[...] intensificação do processo de centralização juntamente com a aceleração da acumulação em geral, de um lado, do outro, a formação de uma camada superior relativamente de grandes capitalistas cujo controle se estende muito além dos limites de sua propriedade. [...] (SWEEZY, 1976, pp. 198; 202).

A consequência disso é um volume muito grande de capital concentrado nas mãos de um pequeno número de pessoas, desenhando um cenário constituído por um desenvolvimento no qual se fazem presentes carteis⁴², trustes⁴³, e fusões⁴⁴, cujos objetivos segundo Sweezy, visam promover o domínio de seus concorrentes onde o intuito primordial está na propensão do aumento incessante de lucros (SWEEZY, 1976).

A teoria do desenvolvimento de Ignacy Sachs está pautada sobre cinco dimensões: a primeira diz respeito ao aspecto social, que almeja a promoção de uma sociedade onde a disparidade entre ricos e pobres sejam menores através de distribuição de renda mais equitativa. A segunda dimensão, é direcionada ao domínio econômico, cujo objetivo é incentivar uma governança mais eficiente dos recursos e investimentos públicos e privados, sendo que, o objetivo primordial é frear as relações comerciais desvantajosas entre países do norte e sul (SACHS, 2011).

A terceira dimensão, prima para o aspecto ecológico, que visa minimizar os impactos causados pelo uso dos recursos naturais; incentivar a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis; minimizar a poluição mediante o estímulo da

⁴¹ Na teoria marxista do valor, a parte do capital total que sai valorizada do processo de produção mediante a criação da mais-valia (SANDRONI, 1999, p. 80).

⁴² O cartel típico tem uma comissão central com a incumbência de fixar preços e quotas de produção, e o poder de punir os violadores com multas ou outras sanções (SWEEZY, 1976, p. 204).

⁴³ No truste os donos de uma maioria de ações de várias sociedades anônimas independentes passam suas ações para um grupo de depositários em troca de um certificado de depósito. Os depositários administram as companhias e os portadores dos certificados recebem os dividendos (SWEEZY, 1976, p. 204).

⁴⁴ [...] a independência das firmas é abolida. A fusão pode várias formas, sendo as principais delas a absorção de todas as firmas por uma única firma grande e o desaparecimento de todas as firmas antigas em favor de uma nova entidade comercial (SWEEZY, 1976, p. 204).

reciclagem; busca por tecnologias de baixo impacto no uso de recursos naturais e criação de normas ambientais de proteção à natureza (SACHS, 2011).

A quarta dimensão aborda o espaço, visando assim, diminuir a concentração nas metrópoles, mitigar a destruição de ecossistemas ameaçados e incentivar o uso de pacotes tecnológicos na agricultura. Por fim, a quinta dimensão denota o aspecto cultural de onde emerge o conceito de ecodesenvolvimento⁴⁵, o qual é

[...] particularmente aplicável aos países como Brasil, China e Índia. Com grandes extensões territoriais, grande diversidade socioambiental da população, e por integrarem a poliarquia internacional, precisam responder com criatividade a problemas como o pauperismo crônico. [...] Países hegemônicos do Norte não podem aceitar a responsabilidade decorrente dessa tese sem complicações profundas, pois isto exigiria mudanças dramáticas nos padrões de consumo e produção (emprego) que afetariam grupos e classes sociais que constituem suas bases eleitorais (NEDER, 1994, p. 91).

A discussão de Sachs emerge de um contexto de argumentos ambientalistas pós choque do petróleo e culmina com o contexto da Rio 92⁴⁶, cujas ideias foram centrais para as discussões em torno da sustentabilidade, além de direcionarem as ações políticas sobre esse tema (NEDER, 1994; SACHS, 2011).

Amartya Sen (1999), assenta sua discussão considerando o desenvolvimento como *“um preceso de expansión de las libertades reales de que disfrutam los individuos”* (SEN, 1999, p.19), ou seja, seu olhar sobre o desenvolvimento parte do humano, partindo desse aspecto o que pode impedir que tal desenvolvimento aconteça são as privações de capacidades que o indivíduo possa possuir, as quais privam o referido indivíduo ao usufruto da liberdade proposta por Sen (FUKUDA-PARR, 2002; MARQUES, 2010; SEN, 1999).

Segundo Sen (1999), há uma confusão quando se considera que o desenvolvimento é representado simplesmente como crescimento do produto nacional bruto, aumento das rendas dos indivíduos, expansão da indústria, avanço tecnológico e a modernização social, pois esses elementos embora não possam ser negados, devem levar em consideração outros fatores, como as instituições sociais e econômicas, e o exercício de direitos políticos, os

⁴⁵ O conceito de Ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo (Raynaud e Zanoni, 1993), e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974 (Godard, 1991). Na definição dada por Sachs, citada por Raynaud e Zanoni (1993, p. 7), para um determinado país ou região o Ecodesenvolvimento significa o "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio" (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 132).

⁴⁶ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro em 1992 (NEDER, 1994, p. 91).

quais tiram o indivíduo da privação de capacidades, ou seja, possibilitam ao indivíduo a liberdade⁴⁷ de escolhas (FAKUDA-PARR, 2002; SEN, 1999).

Dentre os elementos que cerceiam tal liberdade estão a pobreza, a tirania, a falta de acesso as oportunidades econômicas, o abandono dos serviços públicos, privações sociais gerais, assim como, o excesso de intervenção de estados repressivos. A mensuração desse desenvolvimento é efetuada pelo Índice de Desenvolvimento Humano⁴⁸ (IDH) (FUKUDA-PARR, 2002; MARQUES, 2010; SEN, 1999).

Sob o olhar da Socioantropologia⁴⁹, Sardan (1995) traz a discussão sobre a “Antropologia do Desenvolvimento”, onde ele pontua o desenvolvimento sob:

[...]uma perspectiva fundamentalmente metodológica, como o conjunto de processos sociais induzidos por transformações voluntaristas de um meio social, empreendidas através de instituições ou atores fora deste contexto meio, mas buscando mobilizar esse ambiente, e com base na tentativa de transplantar recursos e / ou técnicas e / ou conhecimentos" (SARDAN, 1995; p. 208) [Tradução própria].

Nessa perspectiva, o desenvolvimento é proveniente da interação entre “atores e instituições”, cujas ações se desenvolvem em função do atendimento dos seus objetivos. Tal autor, denomina esse fato como "configuração de desenvolvimento", nessa configuração ocorre a mobilização e gestão de recursos materiais e simbólicos, cujos atores são “especialistas, burocratas, líderes de Organização Não Governamental (ONG’s), pesquisadores, técnicos, gerentes de projeto, agentes de campo”, os quais buscam promover o desenvolvimento de outras pessoas (SARDAN, 1995, p. 03) [Tradução própria].

Para a Socioantropologia do Desenvolvimento os atores são os entes que promovem o desenvolvimento, atuando como coprodutores, ou seja, o ator é valorizado, posto que constitui-se no agente detentor de estratégias e conhecimentos, os quais necessitam de investigação, tal fato, “produz realidades múltiplas e divergentes, uma interação que tem como resultado final uma situação social diferente da projetada pelos atores, com características próprias que não estão presentes no momento inicial [...]” (CARNEIRO, 2012, p. 134).

⁴⁷ Para melhores informações ver: Sen, (1999).

⁴⁸ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD criou o Índice de Desenvolvimento Humano, um indicador construído como tentativa de análise do desenvolvimento segundo variáveis que revelassem novos olhares da pesquisa sobre o desenvolvimento de uma região (MATOS, 2007, p.02).

⁴⁹ [...] é o entrelaçamento (enchevêtrement) das lógicas sociais, que compreende a situação de desenvolvimento como “um campo social que coloca em relação, com uma intensidade particular, atores diversos, interesses heterogêneos, lógicas de ação plurais e universos simbólicos divergentes” (BIERSCHENCK, 2007, CARNEIRO, 2012, p. 134).

Prosseguindo a discussão sobre desenvolvimento, Alves (2014) aponta que o “*land grab*” é apresentado como uma “oportunidade de desenvolvimento para América Latina”, porém, em uma perspectiva direcionada para o contexto “global da corrida mundial por terras”. Além disso, demonstra duas visões contraproducentes do “*land grab*” (ALVES, 2014, p. 57). A primeira vertente considera que o “*land grab*”:

[...]configura-se como um novo instrumento de expropriação, exploração e acumulação, e constitui-se como um fenómeno potencialmente gerador de conflitos e cujos impactos, para além de transcenderem a esfera nacional, têm sérias implicações ao nível dos direitos humanos, da segurança alimentar, da estabilidade da economia internacional e da sustentabilidade ambiental (ALVES, 2014, p. 57).

Ou seja, a primeira corrente se contrapõe a expansão do “*land grab*” por considerar seus efeitos prejudiciais, posto que, tais efeitos podem se revelar catastróficos a humanidade, ameaçando a própria vida humana sobre a terra. A segunda vertente, aborda o “*land grab*” a partir do “institucionalismo-liberal” e pondera-o

[...] como um fenómeno com alguns desafios e riscos associados, mas, pela implementação de políticas associadas à “*land governance*” bem como a progressiva abertura aos mercados internacionais e à entrada de investidores, poderá transformar-se num motor de desenvolvimento sustentável para os países sul-americanos, dado o seu potencial na produção de matérias-primas. Além do mais, a expansão da fronteira agrícola e o reforço da produtividade das economias sul-americanas são indispensáveis para responder às exigências suscitadas pelo aumento da população mundial e o contínuo esforço na mitigação da pobreza na região (ALVES, 2014, p. 57).

Ao contrapor tais visões distintas, o autor supracitado conclui suas análises afirmando que embora os grandes negócios agrícolas sobre os quais se assenta o “*land grab*” sejam apontados pelo Banco Mundial como nova proposta de desenvolvimento aos países do hemisfério sul, na verdade são prejudiciais a essas economias, pois trazem no seu bojo diversos impactos como conflitos socioambientais, aumento do grau de desigualdade, favorecimento das elites locais, pois o “*land grab*” constitui um “mecanismo económico que deriva dos novos padrões de exploração e acumulação de riqueza legitimados pela narrativa institucionalista-liberal”, e além disso, se “assenta na apropriação arbitrária e exploração exaustiva dos recursos e na subvalorização do trabalho em prol da maximização dos ganhos económicos” (ALVES, 2014, p. 59).

A proposta da “outra economia” que se contrapõe a economia capitalista de “práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias”, traz no seu bojo a “crença nos valores civilizadores da cooperação, solidariedade e compromisso com a vida, com a

natureza, e com a justiça social”, assim advoga princípios de “solidariedade, a sustentabilidade, a inclusão e a emancipação social” (CATTANI, 2009, p. 08).

Dessa forma, defensores da “outra economia⁵⁰” apontam como alternativa aos modelos de desenvolvimento capitalista o desenvolvimento local (CATTANI, 2009, p. 08), o qual segundo Amaro (2009, p. 108) ocorre a partir do momento em que a qualidade de vida de uma comunidade melhora em decorrência do atendimento de suas necessidades, mediante suas capacidades, “sendo a própria comunidade a protagonista desse processo segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”.

Os modelos de desenvolvimento indicados pelas nações desenvolvidas às subdesenvolvidas sempre se revelaram nocivos as economias locais, posto que, seus projetos de modernização ignoravam as necessidades reais das comunidades locais, seus recursos e suas capacidades; desprezavam os valores, as identidades e os valores dessas comunidades; agravavam a dependência e subordinação as economias hegemônicas; além de trazerem problemas económicos, sociais, culturais e ambientais a essas economias, cujos impactos não eram conhecidos (AMARO, 2009, p. 108).

Segundo Amaro (2009), a definição de desenvolvimento local toma por base a existência de alguns atributos conforme apresentado abaixo:

a) um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população; b) centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de acção (colectiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino; c) que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer; d) a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais; e) o que implica a adopção de metodologias participativas e de “empowerment” da comunidade local (do ponto de vista individual e colectivo) (AMARO, 2009, p. 108).

Além disso, o desenvolvimento local deve se dar levando deve estar centrado na comunidade local e no seu território, deve possibilitar a mobilização e fertilização de recursos externos; onde a lógica de trabalho se dê mediante “a integração dos atores, protagonistas e instituições locais e os resultados sendo benéficos a toda a comunidade, levando em consideração suas dinâmicas e seus processos” (AMARO, 2009, pp. 110-111; BUARQUE, 2008).

⁵⁰ Para melhores informações ver: Cattani, (2009).

2.4.1 Encontros e desencontros: o desenvolvimento à brasileira

O desenvolvimento econômico brasileiro provém de um modelo primário exportador, perpassando de um modelo de modernização conservadora da agricultura, convergindo para um modelo de industrialização dependente que no contexto atual embora tenha avançado principalmente no âmbito da tecnologia, luta para romper com o velho modelo de exclusão social economicamente subalterno e subjugado principalmente ao capital volátil do mercado financeiro e de empresas transnacionais (IPEA, 2010; TRENNEPOHL, 2014).

O modelo de desenvolvimento presente na economia brasileira até 1930 era “ao agrário-exportador” cuja base econômica se dava em torno da produção de café, borracha, açúcar, ouro, etc., o que vinculava o país a dependência do contexto econômico mundial, bem como variações de preços, influência de crises decorrentes de variação na exportação e importação (GIACOMUNI, PAGNUSSAT, 2007).

A partir dos anos trinta o estado brasileiro, sob um olhar economicista, assume o perfil de estado planejador, e insere um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização por substituição de importações, cuja ideia dos teóricos desenvolvimentistas, seria de que a processo de industrialização levaria o país ao estágio de desenvolvimento, assim se instaura no Brasil um ciclo de planos de desenvolvimento fracassados e/ou abandonados. O Quadro 01 mostra quais foram esses planos e suas características principais: (GIACOMONI, PAGNUSSAT, 2007).

Quadro 01: Planos de desenvolvimento no Brasil

Nº	Plano	Ano	Características
1	Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (PE)	1939/ 1943	Simples listas de despesas de capital e nenhum arranjo especial foi feito para sua implantação.
2	Plano de Obras e Equipamentos (POE)	1944/ 1948	Revisão do Plano Especial e da lista de obras de infraestrutura.
3	Plano Salte (Saúde, Alimentação e Energia)	1949/ 1953	Pretendia coordenar os gastos públicos mediante um programa plurianual de investimentos.
4	Plano de Metas	1956/ 1960	Substituição de importações, aumentou inflação, dívida externa, desequilíbrio na balança de pagamentos, e déficit público.
5	Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social	1963/ 1965	Visava enfrentar a aceleração inflacionária, não funcionou e a

			inflação atingiu 85%.
6	Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)	1964/ 1967	Combater o processo inflacionário.
7	Plano Decenal de Desenvolvimento (PED)	1967/ 1969	Previa uma política de crescimento acelerado e auto sustentado.
8	Programa de Metas e Base de Ação do Governo	1970/ 1971	Tornar o país mais desenvolvido até o final do século e criação do Programa Integração Nacional em 1970 (integração regional e nacional). Formulou metas sociais e econômicas.
9	I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	1972/ 1974	Colocar o Brasil nas categorias de nações desenvolvidas e expandir a economia.
10	II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	1975/ 1979	Voltado para a implantação de setores estratégicos.
11	III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	1980/ 1984	Equilibrar as contas externas
12	I Plano Plurianual (PPA)	1979/ 1994	Elaborado para cumprir preceito constitucional
13	II Plano Plurianual (PPA)	1996/ 1999	Construção de um estado moderno e eficiente; redução dos desequilíbrios espaciais e sociais; inserção competitiva e modernização produtiva.
14	Plano Plurianual (PPA)-Avança Brasil	2000/ 2003	Preocupação com os resultados a serem atingidos na sociedade.
15	Plano Plurianual (PPA)-Um Brasil de Todos	2004/ 2007	Programas de cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática.
16	Plano Plurianual (PPA)-Projeto Brasil 2020	2008/ 2011	Acelerar o crescimento econômico, promover inclusão social, reduzir as desigualdades regionais.
17	Plano Plurianual (PPA)-Plano Mais Brasil	2012/ 2015	Agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas
18	Plano Plurianual (PPA)-Plano Brasil sem Miséria	2016/ 2019	Promover o desenvolvimento sustentável, inclusão social, direitos humanos, equilíbrio das contas públicas.

Fonte: Giacomoni, Pagnussat, 2007. Elaboração: Auristela Castro

Conforme pode ser visualizado no Quadro 01, foi realizado uma síntese dos programas de desenvolvimento instituídos no Brasil no período de 1930 a 2019, os quais estão interrelacionados ao cenário político, econômico e social e que configuraram o

modelo de desenvolvimento presente no Brasil do século XXI, evidentemente que as configurações desses modelos reverberam os pensamentos dos teóricos que fomentaram as discussões sobre essa temática no Brasil durante esses períodos, cujas algumas ideias serão sintetizadas abaixo.

Celso Furtado um dos principais teórico e defensor dos conceitos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cujas ideias atribuíam o subdesenvolvimento e a estagnação econômica dos países latino-americanos ao imperialismo⁵¹ e dessa forma, buscavam como saída para tal condição o incremento da indústria nos países latinos, no entanto, o desenrolar das aplicações das ideias cepalinas agravaram os problemas e levaram o referido teórico a mudar suas concepções (COSTA, 2015; CONSI, CAMARGO, 2010).

O autor da “Formação Econômica do Brasil” tornou-se um dos principais defensores das temáticas regionais e da busca por soluções dos problemas do Nordeste. Um dos conceitos tratados por Celso Furtado foi o subdesenvolvimento, o qual foi desenvolvido em dois momentos de sua carreira, no primeiro momento, se faziam presentes questões como:

[...] a existência de uma divisão internacional do trabalho; [...] a economia subdesenvolvida compreende um setor “moderno” (economia de exportação) e um setor “atrasado”; [...] dominação do centro sobre a periferia; economia brasileira dividida em períodos (exportadora/mercado interno); [...] industrialização para superar o subdesenvolvimento (COSTA, 2015, n.p.; CONSI, CAMARGO, 2010).

As transformações ocorridas tanto na América Latina como na economia brasileira a partir de 1950, agravaram os problemas de dependência econômica dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, criando a “modernização conservadora” e levaram Celso Furtado a um segundo momento de seus pensamentos, no qual ele analisa o subdesenvolvimento a partir dos seguintes pontos:

[...]a expansão do capitalismo sobre economias pré-capitalistas gerou o fenômeno do “capitalismo bastardo”, com a “formação de economias dualistas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura pré-capitalista”; [...]o dualismo estrutural conceito que “se refere à coexistência do modo de produção capitalista [moderno] com outros modos de produção não-capitalistas [atrasado], ... no quadro do subdesenvolvimento”;[...] a dependência externa: o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação;[...]

⁵¹ O imperialismo refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista, e a teoria do imperialismo é a investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação. A teoria tem três elementos: (1) a análise da acumulação capitalista, (2) a periodização do capitalismo em fases ou estágios e (3) a localização do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em “países” (BOTTOMORE, 1988, p. 299).

uma tipologia das economias subdesenvolvidas: “grau inferior”, para designar as economias latino-americanas que ainda se baseavam no modelo primário-exportador; “grau superior”, referindo-se às economias que tinham conseguido dar um “salto” para o modelo urbano-industrial, sem, contudo, ter rompido com a dependência (COSTA, 2015, n.p.).

A importância das contribuições teóricas de Celso Furtado à economia brasileira se dá pelo fato de ter construído sua análise sobre a “estrutura e a dinâmica da economia brasileira, nos seus diferentes sistemas regionais e nos diversos momentos históricos”, por defender que para que uma economia seja considerada desenvolvida, deve realizar seu processo de decisão internamente, sendo que, o subdesenvolvimento é decorrente da dependência, por ter mostrado que para um país sair da condição de dependência, a atuação do Estado é de suma importância no sentido de estimular a demanda e transformar a “estrutura do sistema produtivo” (COSTA, 2015).

Desse modo, Celso Furtado defendia que para que o Brasil se tornasse um país soberano, deveria lançar mão de um projeto nacional, cuja força motriz seria a industrialização, a qual possibilitaria a mitigação das desigualdades sociais e acarretaria uma melhor distribuição de renda, visto que traria no seu bojo a ampliação do bem-estar da sociedade, a qual deveria estar atrelada ao planejamento, transformações estruturais, política econômica adequada e a afirmação cultural” (COSTA, 2015; CONSI, CAMARGO, 2010, p. 119).

Outro teórico a tratar do desenvolvimento econômico no Brasil foi Bresser-Pereira, para o qual

[...]o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 01).

Para tal autor o desenvolvimento se configura no seio dos estados-nação, onde os agentes condutores são os seus governantes, através da “garantia da propriedade e dos contratos, a proteção da indústria nacional, e do [...] estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal [...]” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 04).

Segundo Bresser-Pereira a segurança, a liberdade, a justiça social, a proteção ao ambiente, e o desenvolvimento econômico, quando atuam conjuntamente promovem a melhoria da qualidade de vida das pessoas, porém o surgimento do desenvolvimento econômico decorre de fatores como o aparecimento das nações, da constituição dos “estados nacionais”, do acúmulo de capital, da “incorporação de progresso técnico ao

trabalho e ao próprio capital”. A condição básica para que o desenvolvimento possa emergir vincula-se a “duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 04).

Mattei (2018, p. 34), faz uma análise sobre o Brasil no século XXI, afirma que o “antigo nacional desenvolvimentismo” deixou como herança para o Brasil, a deterioração da situação financeira do setor público, um parque tecnológico obsoleto, a exaustão do modelo de substituição das importações, um elevado protecionismo industrial, uma baixa inserção no mercado internacional, além de um crescimento econômico comprometido.

A busca pela solução de tais problemas levou os “novos desenvolvimentistas⁵² a abandonarem o antigo modelo entre os anos 1989 e 1990, e construírem uma agenda de debates e um conjunto de proposições, visando apresentar estratégias alternativa, [...] a esse antigo modelo. Dentre as propostas dos “novos desenvolvimentistas” estão: a) no âmbito político, regulatório e administrativo, a presença de um estado forte; b) serviço financeiro direcionado ao desenvolvimento; c) eficiência da gestão pública; d) políticas macroeconômicas defensivas; e) políticas voltadas a competitividade e inserção no mercado internacional; f) sistema tributário progressivo (MATTEI, 2018, p. 35).

No aspecto social as propostas previstas pelos “novos desenvolvimentistas”, visavam minimizar pobreza e disparidades, assim estimularam a implementação de programas sociais no campo da “saúde, educação, nutrição e assistência social, combinados com ações focalizadas, como o programa de renda mínima” (MATTEI, 2018, p. 35).

Mattei (2018, pp. 39; 41), pontua em suas análises sobre modelos de desenvolvimento imputado ao Brasil que os impactos das ações “neodesenvolvimentistas” na economia brasileira criaram um modelo onde se fizeram presentes alguns avanços como diminuição do nível de pobreza, desigualdade e dinamização da economia em função da atuação dos programas de transferência de renda.

No entanto, conforme tal autor, outros problemas permaneceram: como o déficit no âmbito educacional quando comparado com outros países, quando se analisa a situação dos negros comparados aos brancos as disparidades são mais agravantes. No domínio da economia “o país encontra-se atualmente com elevada utilização da capacidade produtiva e contínua expansão do mercado doméstico que, em grande medida, deve-se aos estímulos creditícios e a própria redução dos juros” (MATTEI, 2018, p. 35).

⁵² Para melhor entendimento ver: Mattei (2011).

Outro teórico a discutir o desenvolvimento no Brasil, foi Caio Prado Junior embora sob o prisma da Sociologia do Desenvolvimento, aderindo a regionalização e criticando a visão economicista de desenvolvimento, foi um dos primeiros a tratar da questão amazônica, ainda que seu pensamento no que tange a região ainda se apresente com aspectos da visão cepalina, reforçando e reproduzindo a “lógica desenvolvimentista de modernização”, além de reverberar os velhos estigmas sobre a “Região Amazônica como periferia deste processo, assim como, mitos e preconceitos”, já que, atribui a questão do “atraso” da Amazônia em relação a outras regiões, “à cultura dos povos nativos [...] e reproduz uma visão ocidentecêntrica que hierarquiza as culturas ainda na base das dinâmicas econômicas” (CASTRO, 2018, p. 307).

Ao buscar a “superação da dinâmica de reprodução das estruturas sociais tipicamente coloniais” que na sua concepção bloqueavam a formação da economia nacional, Caio Prado Junior “demonstrou a lógica de evolução das estruturas econômicas mercantis, sua incapacidade de auto-determinação e sua fragilidade conjuntural”, porém não conseguiu demonstrar a “dinâmica capitalista no horizonte das lutas de classes”, principalmente quanto se refere ao surgimento dos conflitos após a retomada do agronegócio, posto que ao abordar o campesinato brasileiro, considerou que “pequenas transformações na base econômica não implicam em mudanças importantes na estrutura de classes em relação ao horizonte de luta política” (CASTRO, 2018, p. 307; ROCHA, 2009, p. 276).

Atualmente, o projeto de desenvolvimento vigente no Brasil segue o que foi definido nos parâmetros preconizados no projeto Brasil 2020, cuja elaboração ocorreu em 1998 sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso e coordenação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), visando mitigar possíveis riscos na execução desse projeto, foram elaborados cenários prospectivos para guiar o modelo de desenvolvimento brasileiro, divididos em cenários desejáveis. Configuram-se como anseios desse projeto: “equidade e justiça, social, qualidade de vida, valorização da cultura e democracia, inserção mundial soberana, assim como desenvolvimento econômico e político-institucional” (ALMEIDA, 2006, p. 225).

2.4.2 Modelos de desenvolvimento para a Amazônia e a mundialização

O modelo de construção das povoações portuguesas possuía um “caráter de exploração comercial”, pretendendo tornar a área ocupada extensão do seu país, sendo “a

colônia considerada apenas lugar de passagem, já que seu objetivo era somente tirar proveito para o estado e maximizar a exploração”. Esse modelo de povoamento cunhou o destino da Região Amazônica, o qual se perpetua até o século XXI, que se configura desde as primeiras navegações como fornecedora de matéria prima para o sistema capitalista, participando inicialmente do processo de acumulação primitiva ou capitalismo comercial, posteriormente do capitalismo industrial, depois do capitalismo monopolista e atualmente do capitalismo mundial financeiro por ser fonte de desejo do mercado de terras (HOLANDA, 1998, pp. 96; 99; 110).

O modelo de desenvolvimento que prevaleceu na Amazônia durante os séculos XVI e XVII tinham somente “objetivos estratégicos de ocupação”, visto que, visavam apenas “impedir que francesas, inglesas e holandesas” invadissem as terras pertencentes aos portugueses, o que levou os colonos nortistas a desenvolverem uma economia extrativista (cacau, baunilha, canela, resinas aromáticas) assentada sobre a escravização de indígenas sintética (RAMOS, 2014, p. 350).

Esse contexto se mantém até o século XIX, quando a região desponta com a produção do látex para atender ao setor automobilístico no mercado internacional, porém como não conseguiu suprir a demanda acabou perdendo mercado e é suprimida pela produção de borracha asiática e pela produção de borracha sintética (RAMOS, 2014, p. 350).

Após a quebra da produção de borracha não foram implementados projetos de desenvolvimento significativos para a região, apenas plantação de juta, pimenta-do-reino, e iniciou-se o processo de descoberta de minérios, o que incitou o capital nacional e internacional a viabilizar a exploração desses minérios (CARVALHO, 2006, p. 492; RAMOS, 2014).

Nos anos 50, o governo cria a Superintendência do Plano de Desenvolvimento para a Amazônia (SPEVEA), cujo objetivo era viabilizar o Fundo Financeiro de Valorização da Amazônia com o intuito de financiamento a “projetos extrativos, agrícolas e minerais”, assim como, “projetos de pesquisa, infraestrutura econômica e social”, sendo o recurso obtido de 3% equitativamente de tributos do Governo Federal, estados municípios e território (CARVALHO, 2006, p. 492; RAMOS, 2014).

Sob a ação de um “estado autoritário e intervencionista” é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em função de se entender

que a Amazônia era uma “fronteira agrícola”⁵³ que precisava ser ocupada. Assim se institui o modelo “pata de boi”⁵⁴, com isso inicia-se o processo de degradação ambiental da Amazônia marcada por desmatamento, queimadas e perda da biodiversidade (CARVALHO, 2012; CARVALHO, 2006, p. 493; RAMOS, 2014, p. 352).

Esse processo foi corroborado pela construção da Transamazônica que ocorreu nos anos 70 que possibilitou a migração de nordestinos para a região, além de aumentar o desmatamento, trouxe também “a exploração de madeira, o avanço da agropecuária de larga escala e da agricultura de subsistência itinerante”, outra consequência foi o início “da especulação de terras e a formação de cidades, impondo um novo perfil à exploração econômica da região” (CARVALHO, 2012; CARVALHO, 2006, p. 493; RAMOS, 2014, p. 352).

Com o implemento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) inicia o processo de industrialização na Amazônia no intuito de minimizar as disparidades de desenvolvimento dessa região comparada as outras regiões (ARAGON, 2015). O contexto e o estágio de industrialização em que se encontrava o país, designou um modelo onde se fizeram presentes a “concorrência por incentivos fiscais da exploração de atividades agropecuárias e madeiras predatórias” (CARVALHO, 2012; CARVALHO, 2006, p. 501).

Os impactos decorrentes desse modelo promoveram a destruição dos recursos florestais, a especulação de terras, o surgimento de conflitos agrários, e por fim, a inserção industrial pautada nas “vantagens comparativas” não trouxe os resultados almejados quanto geração de emprego e renda para os habitantes da região e nem tampouco possibilitou o aproveitamento de suas capacidades, assim como, não gerou o desenvolvimento sustentado da região e a aproximação da Amazônia com as outras regiões do país como o planejado (CARVALHO, 2006; RAMOS, 2014).

O cenário econômico dos anos 80 constituído por recessão acarretou retração de injeção de recurso federais para a região, porém “a economia regional foi impulsionada pelo *boom* madeireiro associado à expansão da pecuária extensiva”. Os investimentos foram retomados em meados dos anos 90 através do Programa Avança Brasil, e a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no ano de 2007 (CARVALHO, 2006; CELENTANO, VERÍSSIMO, 2007, pp. 33-34; BRASIL, 2010).

⁵³ Para melhor entendimento ver Carvalho (2006).

⁵⁴ Para melhor entendimento ver Carvalho (2006, p. 493).

O PAC visava “superar os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais”, prometia investimentos em infraestrutura para a região, embora tenha possibilitado o aumento de crescimento econômico, agravou problemas como “a violência rural excessiva e o desmatamento acelerado [...] não resultou no desenvolvimento econômico e nem em melhores condições de vida para a população” (CARVALHO, 2006; CELENTANO, VERÍSSIMO, 2007, pp. 33-34; BRASIL, 2010).

O desfecho da economia Amazônica no século XXI, traz no seu cerne a inserção do capital estrangeiro na região através de políticas de incentivo governamental, como as políticas do biodiesel, zoneamento agroecológico, criação de logística para escoamento de produtos graneleiros provenientes do agronegócio da soja, do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.), de extração de minérios. Tais ações trazem no seu cerne o agravamento dos impactos socioambientais, dos conflitos pela posse da terra, o avanço e ameaça sobre territórios de povos tradicionais e o “*land grab*” provocado pela corrida mundial por terras (AMIN, 2015; BASTOS 2016; CARVALHO, 2006; SAMPAIO, 2014; OLIVEIRA NETO, 2017).

2.5 Para entender o “*land grab*” na Amazônia

O avanço do capital estrangeiro sobre o capital agrário da Amazônia que se configura como corrida mundial por terras, requer um cabedal teórico que possibilite entender do que trata esse fenômeno contemporâneo, buscando tal entendimento esta seção visa apresentar o significado *land grab*, tema este tratado nos parágrafos abaixo.

Boechat et al. (2017, p. 76), analisando a situação existente do “*land grabbing*” ou apropriação mundial de terras, verificou que sua incidência decorre das “narrativas de crise”, cujo estímulo ocorreu a partir da publicação do *Rising Global Interest in Farmland: Can It Yield Sustainable and Equitable Benefits?*⁵⁵ publicado no ano de 2011, o qual levou a eclosão pela busca de terras cultiváveis principalmente em países do hemisfério sul (BOECHAT et al. 2017, p. 76; SAUER, BORRAS JR., 2016; GRAIN 2008; PEREIRA, 2017).

⁵⁵ Para melhores informações consultar: *The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank*, 2011. Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf>. [Acesso em: 13/07/2018].

O que Boechat et al. (2018) em consonância com Sauer e Borras Jr. (2016) consideram como apropriação mundial de terras, Almeida (2012, p. 63), no âmbito da Antropologia Política entende como “transformações sociais” que engendram a

[...] combinação entre fatores ambientais e econômicos locais por interesses de organismos internacionais que flexibilizam normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e objetivam atender a demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em *commodities* minerais e agrícolas [...] (ALMEIDA, 2012, p. 63).

No seu cerne, este fator contribui para o acirramento de conflitos socioambientais⁵⁶, já que, ameaça primordialmente povos e comunidades tradicionais que desenvolvem seu modo de vida de acordo com suas especificidades. Isto ocorre mediante políticas de reorganização de espaços e territórios que não são um produto mecânico da “expansão gradual das trocas”, mas se constituíram em ações estatais de cunho protecionista que visam “a reestruturação de mercados disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo” (ALMEIDA, 2010, p. 63).

Essas ações de governo que são revestidas pela imagem de proteção à natureza, na verdade se constituem em agroestratégias que atentam contra os direitos conquistados pelos povos e comunidades tradicionais e se instituem em uma quebra de barreiras facilitando a corrida por terras ou “*land rush*” e “*land grab*” nas terras de tais povos e comunidades tradicionais como vem ocorrendo na Amazônia através do avanço da dendeicultura (ALMEIDA, 2010; BOECHAT et al., 2017; SAUER, BORRAS JR., 2016).

Boechat (2017, pp. 77; 80), também chama a atenção que quando se trata de “*land grab*” não basta olhar somente para investidores externos, mas os investidores domésticos também devem ser observados, pois em muitos casos são os principais protagonistas no “*land rush*”. Tal autor, fazendo um contraponto entre os termos definidos nos dicionários de Meriam e Cambridge, considera o “*land grabbing*”, primeiro como “uma mudança, uma aquisição de propriedade”, segundo, como “o ato de tomar uma área de terra pela força”.

A corrida desmedida pela aquisição de terras em países do hemisfério sul tem acarretado atrocidades como espoliação, apropriação ilícita, grilagem, expulsão de camponeses, sobreposição, pistolagem, além do avanço do capital agrário aliado ao capital financeiro e capital industrial sobre territórios de comunidades tradicionais, elementos estes que tem ocasionado uma série conflitos socioambientais em regiões como a

⁵⁶ Para melhores informações consultar: DAGUINETE et. al. **Conflitos socioambientais no século XXI**. Disponível: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/371/n4Daguinete.pdf>. [Acesso em: 13/07/2018].

Amazônia, tendendo a crescer em função de ações governamentais que reordenam espaços para atender anseios de conglomerados transnacionais que pressionam esses governos na realização de interesses voltados a expansão do capital (ALMEIDA, 2010, 2012; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 09; CARVALHO, 2013).

Essa mundialização do capital expressa sob várias performances tem trazido à tona fenômenos como o “*land grab*” considerado no mínimo polêmico, o qual tem despertado interesses de estudiosos, governos e organismos internacionais quanto sua ocorrência e, além disso, tem gerado discordância quanto ao real significado do termo, assim, para alguns autores “*land grab*” é traduzido como “estrangeirização da terra”, outros autores entendem como “controle de terras” e ainda há aqueles que denominam de “apropriação de terra”, a única concordância que tais estudiosos possuem em relação ao tema refere-se ao seu surgimento em 2007 e 2008 sob o discurso de crise ambiental, energética, financeira e alimentar (ALVES, 2014; PEREIRA, 2017).

Sobre essa questão Sauer e Borrás Jr., (2016, p. 08) consideram que a “apropriação mundial de terras” ou “*land grabbing*” está vinculada a temas que fazem parte do “imaginário social” e são enfatizados propositalmente pelos organismos multilaterais como os grandes problemas do cenário atual. Temas estes que aparecem como crise ou escassez vinculados a “segurança alimentar, mudanças climáticas, produção de alimentos e por extensão - terra”, os quais têm justificado a corrida mundial pela aquisição da terra (*land rush*).

Esses temas também conhecido como a escassez dos “4f’s”: *food* (alimentos), *fiber* (fibra/fação), *forest* (floresta) *fuel* (combustível ou energia), se tornaram a justificativa para que o Banco Mundial e países do G8⁵⁷ promovessem uma série de ações que vem impactando diretamente o mercado de terras e ameaçando o modo de reprodução de territórios tradicionalmente ocupados, ações estas explicitadas mediante “a flexibilização de leis, acordos” [...] denominados de “investimentos responsáveis na agricultura, tratados internacionais que preconizam diretrizes voluntárias sobre a terra” e que vem favorecendo sua apropriação (ALMEIDA, 2012, p. 63; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 08).

Um dos fatores que vem contribuindo para que isso possa ocorrer, está na grande importância atribuída pelo capital avançado sobre a posse da terra, argumento ratificado em Sassen (2013, p. 270) a qual assevera que “uma das grandes necessidades do

⁵⁷ Grupo internacional formado pelos dirigentes das sete mais importantes potências econômicas e que se reúnem anualmente para coordenar a política econômica, monetária e financeira mundial: Alemanha, Japão, Itália, França, Grã-Bretanha, Canadá, Estados Unidos e União Europeia (SANDRONI, 1999, p.273).

capitalismo atual é a posse de terras” (tradução própria), justificada principalmente para “alimentar o mundo”, “[...]cuja manifestação se dá na compras de terras por capital estrangeiro em países do hemisfério sul, os quais são ricos em recursos naturais e possuem legislações ambientais frágeis, condição básica para a apropriação” (SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 09).

Para agravar ainda mais esse problema, há a disseminação da ideia de “proteção à natureza”, o que possibilita a mudança de legislações e deixa os recursos naturais a mercê dos interesses do mercado sob o discurso do crescimento econômico, o que também se constitui como ameaça e contribui para que o “*land grab*” venha “acontecer de forma mais intensificada sem respeitar o modo de reprodução de área constituídas por comunidades e povos tradicionais, provocando assim ameaça aos direitos dos habitantes destas áreas” (ALMEIDA, 2010, BACKHOUSE, 2013; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 09).

A apropriação de terras ou “*land grab*” não está vinculada somente a terras agrícolas, ou “*farmland grab*” mas a apropriação de recursos naturais bem como água, floresta, minérios, por isso, pressupõe o surgimento de novos termos como o “*green grabbing*” (apropriação verde) e a “*water grabbing*” (apropriação da água) embora alguns autores não concordem que o “*land grab*”, seja referente apenas a terra mas sim a “um controle sobre a cadeia de valor”, ou das “relações de trabalho no campo”, mas dada a complexidade do tema os próprios Sauer e Borras Jr. reiteram tratar-se de “[...]explosão recente de transações comerciais (trans)nacionais de terras, principalmente girando em torno da produção e exportação de alimentos, ração animal, biocombustíveis, madeira e minérios” (ALVES, 2014; SAUER, BORRAS JR., 2016, pp. 11,12; SPADOTTO, 2017).

Sob um olhar das relações internacionais, Alves (2014), entende que esta explosão sobre a ação do “*land grab*” se deu principalmente após as crises de 2008 e 2009 em que as empresas em função do aspecto volátil do mercado financeiro buscaram compensar suas perdas investindo em agricultura, o que ocorreu principalmente através da compra de terras, assim ele infere que a compreensão desse evento ocorre principalmente através de dinâmicas econômicas, sociais e financeiras, para tanto, tal autor, considera “*land grab*” como:

[...] os negócios agrícolas de grande dimensão, com impactos profundos ao nível das estruturas produtivas do país, das relações sociais, econômicas e políticas, da manutenção da soberania e da inserção internacional dos Estados, e realizados por agentes privados ou estatais que pelos mais variados meios, procuram de forma ilegítima ou ilegal, a apropriação e o controlo da terra, bem como os recursos associados a esta, sendo que a exploração destes recursos é definida no contexto da acumulação de capital e maximização de ganhos (ALVES, 2014, p. 02).

Este conceito expressa concretamente o significado do que as políticas agroenergéticas instauradas no Brasil vem provocando na Amazônia, no Estado do Pará e no Baixo Tocantins e sobre a vida de povos e comunidades tradicionais que habitam esses locais, pois “associado ao ‘*land grab*’ está a compra e o arrendamento de vastas extensões de terras para a produção alimentar ou de agrocombustíveis, agregados a alguns interesses estatais como o próprio “sequestro de carbono⁵⁸”, ou ainda, interesses escusos de países do hemisfério norte que pretendendo garantir a soberania alimentar de seus países agem em detrimento dos interesses dos países nos quais se alocam (ALVES, 2014, p. 03; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 09).

Alves (2014), pontua que o “*land grab*” acarreta a financeirização da agricultura trazendo assim uma outra consequência, ou seja, uma agricultura sem agricultores, fator caracterizado pelo monocultivo, mecanização do processo, ou melhor pela inserção de tecnologias, as quais minimizam custos e geram rendimento para os investidores e não para aqueles que produzem.

Sobre essa questão da financeirização, Sauer e Borras Jr, (2016), afirmam que o elemento que está por trás desse evento na verdade é um dos velhos problemas do capitalismo que sempre esteve ameaçado pelo ciclo das crises, hoje reconfigurado como crise alimentar, energética, financeira e ambiental, sob tal prisma, o que capital financeiro busca são investimentos em áreas onde antes não adentrava como a aquisição de terras, pois constituem investimentos mais seguros. Assim, essa aliança do capital financeiro ao capital agrário através da aquisição de terras vem provocando uma “revalorização da terra”, o que acarreta uma verdadeira corrida (*land rush*) na sua aquisição (ALVES, 2014; SAUER, BORRAS JR., 2016, pp. 11,12; PEREIRA, 2017; SPADOTTO, 2017).

Prosseguindo essa análise e fazendo uma abordagem sobre o desenvolvimento das Américas, baseados em Safransky e Wolford (2011), Sauer e Borras Jr. (2016, p. 16) consideram que isso ocorreu mediante a presença de alguns mecanismos, inicialmente através da apropriação em larga escala de terras e recursos, o que convergiu para um “desenvolvimento desigual”, a segunda situação foi a construção de um corredor logístico voltado para o atendimento do agronegócio, através do uso de recursos públicos e de organismos multilaterais.

⁵⁸ O seqüestro de carbono vegetal constitui, em outras palavras, o processo de crescimento das plantas. Quanto maior é o porte das plantas, mais biomassa se acumula, e conseqüentemente mais carbono é fixado, sendo as plantas responsáveis por um estoque de 500 Gt C (CHANG, 2004, p. 47).

A terceira situação foi a “transformação dos agrocombustíveis em uma nova fronteira de lucros, tanto para o agronegócio como para as empresas petrolíferas” em função da ameaça energética, a quarta situação, faz alusão a insegurança alimentar que “promoveu o ‘investimento em cultivos alimentares’, por vezes voltados aos combustíveis, como o sucroenergético no Brasil e o dendê na Guatemala, Honduras, Indonésia” (SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 16).

Quanto a quinta situação emerge como uma inovação, cujo estímulo decorre da busca por novos instrumentos financeiros como o investimento em compra de terras em todo o mundo, cujo o intuito primordial seria o de minimização de riscos no mercado ações (ALVES, 2014; PEREIRA, 2017; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 17).

O “*green grabbing*” que significa a apropriação ou expropriação verde, emerge como consequência da sexta situação, posto que sob o discurso da “sustentabilidade, conservação ou valores verdes” possibilita que “mecanismos de mitigação e compensação ambiental, acarretem uma modificação ou mercantilização da natureza” em nome da “economia verde” (ALVES, 2014; PEREIRA, 2017; SAUER, BORRAS JR., 2016, p. 17).

E por fim, o mais grave de todos, a “destruição das economias tradicionais”, possibilitadas pelas ‘organizações multilaterais’ através da criação de ‘normas, regulamentos e incentivos, estabelecidos pela comunidade internacional’, os quais ocorrem mediante “programas de cooperação e concessão de empréstimos” concedidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e criam condições para que o capitalismo avance sobre novas fronteiras (ALVES, 2014; SAUER, BORRAS JR, 2016, p. 17).

Sobre esse fenômeno, Alves (2014) recorda que o Banco Mundial em 2007 através de seu relator Jean Ziegler considerou que o uso de terras para produzir agrocombustíveis seria um crime contra a humanidade, entretanto, contrapondo seus argumentos o próprio Banco Mundial propõe a criação de um “código de conduta para investimentos responsáveis na agricultura”, o que foi considerado no seu cerne como destruição do “campesinato no mundo”, pois no epicentro dos conflitos gerados por esse fenômeno está o fato de que “os recursos necessários para a acumulação de capital são exactamente os mesmos que as populações locais necessitam para o seu sustento” (ALVES, 2014, p. 05).

Fatores que aparentemente parecem eclodir como simples conflitos decorrentes pela disputa de uso da terra, na verdade são substanciados por elementos bem mais complexos que omitem interesses de organizações globais, cujas ações repercutem em escala local, denominadas por Borrás Jr.(2015) como *land rush*, ou corrida por terras e Almeida (2010) como reconfiguração do mercado de terras, cujas consequências

pressupõe a exclusão e expropriação desse bem, contribuindo para o aumento da desigualdade social, da concentração da riqueza e do aumento da pobreza no campo.

Sauer e Borras Jr. (2016, p. 01), denominam esse fenômeno de “apropriação de terras privadas” e atribuem como causa diversos fatores, dentre os quais estão a “expansão das fronteiras agrícolas”, tendo como justificativas, construídas de forma intencional pelos organismos de poder global, a (in)segurança alimentar, a produção de alimentos e as mudanças climáticas (SAUER, BORRAS JR., 2016).

Assim se construiu no imaginário social a escassez de alimentos e a necessidade de busca por terras para produzi-los. No entanto, o que a priori aparece como uma solução para problemas que perseguem a humanidade, como a escassez por alimentos, na verdade trazem no seu bojo, interesses ocultos que precisam ser analisados com maior propriedade, pois, sob o aparato do estado se revestem de valores de sustentabilidade, omitindo o que está por traz dos seus reais interesses (ALMEIDA, 2010; SAUER, BORRAS JR., 2016).

Desta forma, a posse pela terra tomou novas dimensões sendo uma grande causa de conflitos agrários no Brasil, ressaltando-se que essas lutas além de assumirem roupagens distintas para um mesmo problema, sempre estão imbuídas pelo contexto histórico no qual sucedem, sendo sempre elemento de discussão nos diversos espaços, sejam eles, acadêmicos, governamentais ou sociais.

No entanto, a grande preocupação dos estudiosos perpassa pelo fato dessa busca pela posse da terra ter se intensificado no limiar do século XXI, tomando proporções imprevisíveis principalmente no que tange as consequências planetárias pertinentes a esse fenômeno, que a priori parece simples. Ainda que, alguns autores não considerem a busca pela posse da terra como algo que está para além do simplório, ao contrário, denominam somente de “apropriação de terras privadas”, o contexto e própria literatura pertinente ao tema deixa claro que a mola mestra desse fenômeno é a ampliação das fronteiras agrícolas para atendimento dos anseios do capital fato que acarreta conflitos e disputas territoriais na luta por esse bem (SAUER, BORRAS, JR., 2015).

CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação em ciências sociais segue um procedimento análogo ao do pesquisador de petróleo. Não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido. Primeiro o estudo dos terrenos, depois a perfuração. Este procedimento implica a participação de numerosas competências diferentes. Os geólogos irão determinar as zonas geográficas onde é maior a probabilidade de encontrar petróleo; os engenheiros irão determinar conceber processos de perfuração apropriados, que irão ser aplicados pelos técnicos. Não pode exigir-se ao responsável do projecto que domine minuciosamente todas as técnicas necessárias. O seu papel específico será o de conceber o conjunto do projecto e coordenar as operações com o máximo de coerência e eficácia. É sobre ele que recairá a responsabilidade de levar a bom termo o dispositivo global de investigação. No que respeita à investigação social, o processo é comparável. Importa acima de tudo que o investigador social seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho. Este nunca se apresentará como uma simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal qual e qual se apresentam, mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho (QUIVY E CAMPENHOUDT, 2005, p. 15).

Tomando por base a concepção supra proferida por Quivy e Campenhoudt (2005), desenvolveu-se este trabalho, de modo a verificar os efeitos da expansão da dendecultura em territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins. Para tanto, inicialmente foi realizada a busca da literatura que abordasse estudos pertinentes a presença da *commodity* do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) na região foco de estudo.

Posteriormente, em virtude de se tratar de uma investigação do universo das Ciências Sociais e a exigência do embate entre a teoria a realidade estudada, buscou-se o lócus para a efetivação da observação, posto que, Quivy e Campenhoudt (2005, p. 252) afirmam que em uma pesquisa social não basta saber que tipo de dados deverão ser recolhidos, mas é preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço, geográfico, social e no tempo”.

Assim o local escolhido para busca de dados foi o Território de Remanescente de Quilombos de Jambuaçu localizado no Município de Moju na Região do Baixo Tocantins, e o período de recorte para a análise de dados foi referente ao início e vigência das Políticas Agroenergéticas, ou seja, a ano de 2005 até o período que ocorreu esta pesquisa, o ano de 2017 e o ano de 2018.

3.1. Localização e caracterização da área da pesquisa

O município do Moju criado pela Lei 279, de 28 de agosto de 1856, está localizado a margem direita do Rio Moju, abaixo da saída do canal de Igarapé-Miri, na Região do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense, cujos terrenos foram doação de Antonio Dornelas de Sousa, em 1754 à Irmandade do Divino Espírito Santo, o que posteriormente deu origem a atual cidade (IBGE, 2010).

De acordo com o censo de 2010, possui uma população estimada de aproximadamente 79.825 pessoas, das quais 44.856 residem na zona rural, com uma densidade demográfica de 7,70 hab/km, das quais 11,8 % estão ocupadas, sendo que até 2015, o salário médio mensal girava em torno de 1,8 salários mínimos, o rendimento por domicílio até o presente momento constitui meio salário mínimo por pessoa. Possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,640, considerado médio em termos de eficiência para o município. Até o ano de 2010, possuía uma taxa de desflorestamento de 47, 37%, correspondente a 4.142, 5 km², para uma área total de 9.131. Km² (IBGE, 2010).

A cidade é cortada pela PA 150, a qual compõe o complexo viário construído para o escoamento da produção do agronegócio efetuada nas cidades do nordeste paraense. O perímetro urbano da cidade ao longo da PA 150 é constituído por toda a margem esquerda por plantações de monoculturas do agronegócio dendecultor, fator que evidencia a importância da dendecultura na dinâmica do município, corroborando com o título que lhe foi atribuído de “berço da dendecultura empresarial” (IBGE, 2010; NAHUM, SANTOS, 2015, p. 02).

A inserção da *commodity* do dendê no município ocorreu mediante o implemento das políticas agroenergéticas através de parcerias realizadas para implantação de um “Projeto piloto da cultura do dendê no município de Moju”, cujos entes executores foram prefeitura de Moju, AGROPALMA, Governo Estadual e Banco da Amazônia (BASA), tal intuito visava firmar uma “Cooperação Técnica” para viabilizar o projeto do agronegócio dendecultor como mola propulsora econômica na região (BASA, 2012, p. 02).

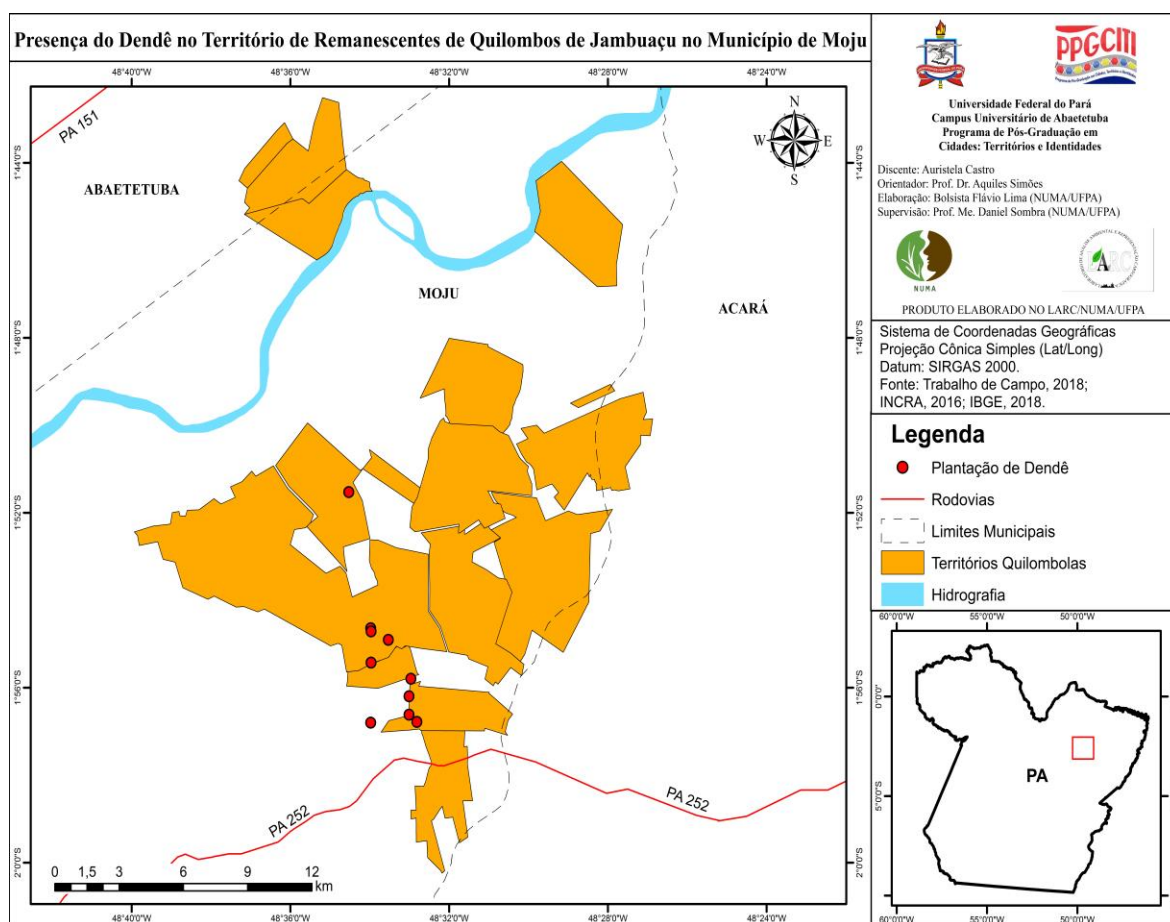
As características definidas para cumprimento dos projetos de dendecultura exigiam para sua execução uma grande quantidade de mão de obra, problema sanado através da inserção da mão de obra da agricultura familiar. Além disso o uso dessa força de trabalho possibilitaria as empresa deduções no imposto de renda, através do uso do Selo Combustível em função de atribuir-lhe uma imagem de mecanismo de desenvolvimento

sustentável dado o uso da mão de obra familiar (BASA, 2012, p. 02; BARROS, 2016, p. 26).

3.2 Caracterização do Território Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu

A Carta Imagem exposto na Figura 03, apresenta o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu/Moju-PA, o qual além de ter por objetivo apresentar a localização do território visa, demonstrar que os pontos que aparecem em vermelho, são referentes aos pontos de satélite que confirmam a presença do dendê no âmbito do território quilombola locus de pesquisa.

Figura 03: Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu/Moju-PA



Fonte: Trabalho de campo realizado em conjunto com o GEDAF, 2018. INCRA, 2016. IBGE, 2018. Elaboração bolsista Flávio Lima (NUMA/UFPa). Supervisão Prof. Daniel Sombra (NUMA/UFPa).

A pesquisa foi desenvolvida no Território de Remanescente de Quilombos de Jambuaçu, conforme demonstrado na Figura 03 acima disposta, o referido território está localizado a aproximadamente 15 km do município de Moju, na Região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, as margens do Igarapé Jambuaçu, constituído por 15 (quinze) comunidades quilombolas, cuja titulação se deu através do Instituto de Terras no

Pará (ITERPA) a partir do ano de 2007, como resultado de um processo de luta, cujas mobilizações decorrem de lutas contra os grandes empreendimentos definidos pelos projetos de desenvolvimento impostos pelo Governo Federal, cuja gestão territorial ocorre através da Bambaê, instituição que coordena as associações do território (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018) (SACRAMENTO, 2007; SILVA, 2013, SANTOS, 2017).

O território figura como um espaço onde disputas territoriais se fazem presentes de diversas configurações, e da luta pela busca e pela manutenção de seus direitos de reprodução social, política, econômica e cultural, conforme assegurado pela Convenção 169 da OIT, pelo Decreto 4887/2003 e pelo Art. 68 do ADCT.

O Território de Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu vivencia historicamente um conjunto de tensões acirradas pela inserção das agroestratégias do capitalismo global que vem ameaçando a territorialidade desses povos e comunidades tradicionais que ocupam esse território, a ameaça desses empreendimentos culminou com a criação do Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada e Consentimento do Território Quilombola de Jambuaçu - Moju/PA (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018)

O Protocolo de Consulta se constitui hoje no principal instrumento de luta dos quilombolas conforme assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra a investidora de empreendimentos desenvolvimentistas que insurgem como ameaça ao território, como é o caso da Ferrovia Paraense (FEPASA), ferrovia inclusa nos projetos logísticos do Governo do Pará que deverá atingir as terras do território ameaçando a integridade e a própria existência dos quilombolas (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Desde a década de setenta o território vem sendo alvo de invasão por projetos de desenvolvimento vinculados a ações governamentais pensadas para a Amazônia, o quais pelo seu caráter invasivo e excludente, tem se revelado uma forma de destituir os povos e comunidades tradicionais que ocupam essas terras, negando o direito aos seus meios de produção, o que levou esses povos através de sua identidade se tornarem protagonistas de sua própria história (ALMEIDA, 2010; SACRAMENTO, 2007; SILVA, 2013).

Sendo a Amazônia a última fronteira a ser destituída pelo avanço do capital global em todas as suas nuances, terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais nessa região como o Território Quilombola de Jambuaçu, por se constituírem em espaço de terras produtivas e fonte de recursos naturais, tornam-se instrumento de ambição a serem

apropriadas por esse capital, fator que se reflete pela presença de empreendimentos mineradores, como os dutos da Norks Hydro S.A, Vale S.A, Imerys S.A, além de linhas de transmissão de energia autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (SACRAMENTO, 2007; SILVA, 2013).

Agrega-se a esses empreendimentos, empresas dendeicultoras como Marborges Agroindústria S.A. conjuntamente com a ameaça de construção da Ferrovia Paraense, as quais na concepção dos próprios quilombolas “violentaram seus modos de vida” e causaram impactos irreversíveis em seu território, transformando-o constantemente em espaço de luta e reivindicações contra as investidas do capitalismo global (PROTOCOLO DE JAMBUAÇU, 2017).

Embora as legislações preguem a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, na prática o que se vê são os avanços dos detentores do capital agrário, industrial e financeiro, sobre tal território na busca pela reestruturação do mercado de terras, fator que continuamente trouxe uma série de conflitos e enfrentamentos no mencionado espaço, levando seus agentes sociais a se organizarem na luta pela manutenção de seus direitos (ALMEIDA, 2010) (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A constituição do território sob a égide das leis pertinentes aos povos e comunidades, não garantiu que seus direitos viessem a ser respeitados, o que culminou com novas investidas do capital sob suas diversas modalidades, fator que engendrou a ocorrência de novas lutas dos quilombolas pela garantia de manutenção de sua vivência dentro do território (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Diante desse contexto para que se atingisse os objetivos almejados pelo estudo, algumas etapas foram percorridas durante o desenvolvimento da referida pesquisa, a primeira etapa foi o levantamento da bibliografia concernente ao tema, a segunda etapa foi a escolha do local de abrangência da pesquisa e a busca pelos contatos, a terceira etapa tratou da ida ao campo e da coleta de dados, a quarta etapa efetuou o tratamento e análise de dados com base no referencial teórico selecionado para embasamento da pesquisa.

Desta forma, dentro do Território Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, foram escolhidas quatro comunidades como campo da pesquisa, sendo estas: as Comunidades de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, Nossa Senhora das Graças, Santa Luzia do Traquateua e Santa Maria do Traquateua, a escolha foi decorrente da questão viabilidade de logística, como deslocamento, tempo e custos, assim como as comunidades

onde a expansão do dendê se faz presente de forma intensificada, impactando o cenário das comunidades em questão.

Foram realizadas diversas viagens iniciadas em outubro de 2017 e intensificadas a partir de março de 2018, durante os meses de março e abril as viagens foram realizadas em conjunto com um membro do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), sendo que as entrevistas e outras informações foram coletadas conjuntamente, porém nos meses subsequentes, as viagens realizadas pela pesquisadora se deram em caráter individual. As viagens objetivando a obtenção de dados ocorreram até o início de outubro de 2019.

Durante a primeira viagem ficamos alocados na Comunidade de Santana do Axé do Baixo. Posteriormente fomos apresentados a uma das lideranças do território, que relatou o histórico de lutas dos quilombolas, desde o período de surgimento das comunidades e da luta pela titulação. Assim como, as formas como estes se organizam em busca dos direitos pela manutenção do território.

Tal liderança se designou a nos acompanhar durante as visitas as demais comunidades e fazer a nossa apresentação para os quilombolas que nos concederam as entrevistas. A partir daí, prosseguimos para as visitas as comunidades escolhidas, onde fomos apresentados aos sujeitos chaves, os quais nos concederam as entrevistas que nos ajudaram a elucidar questões pertinentes a pesquisa.

As perguntas que direcionaram as entrevistas foram realizadas buscando-se que o sujeito fizesse uma abordagem comparativa entre o momento de surgimento da comunidade na qual foi realizada a entrevista e o local em que ele morava no momento da realização da entrevista, em comparação com o momento atual, ou/e pertinente ao período em que a pesquisa foi efetuada.

O mesmo tipo de procedimento foi realizado em relação ao território, ou seja, solicitou-se que o entrevistado também fizesse uma abordagem do processo histórico da gênese do território, fazendo uma abordagem do processo inicial comparado a realidade do contexto atual, informando sua opinião sobre a presença da dendecultura no território, além disso, perguntamos se havia políticas públicas que fossem voltadas para o atendimento dos quilombolas e como eles se organizavam perante os problemas por eles vivenciados.

O objetivo primordial da realização dessas perguntas foi perceber como os quilombolas compreendem a inserção dessa monocultura em seu território, como interagem com a presença de uma cultura que não condiz com o modo de vida do povo quilombola, e quais as consequências que os projetos de dendê presentes no território

imputaram aos quilombolas enquanto agentes sociais e quais as implicações desses empreendimentos dende cultores para a vida desses povos e comunidade tradicionais de Jambuaçu. Por fim, inquirimos o que esperavam em relação ao futuro no que tange aos inúmeros problemas que afetam e acarretam efeitos diversos no referido território.

3.3 Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu

A Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, fica localizada às margens do Rio Jambuaçu, município de Moju, no Baixo Tocantins, Estado do Pará, é constituída por uma associação de moradores que compõe uma das quinze comunidades quilombolas do Território de Remanescentes Quilombolas de Jambuaçu (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A titulação de terras da Comunidade constitui-se em um caráter coletivo, possui uma escola multisseriado, de ensino fundamental que desenvolve atividades até o quarto ano, a qual é mantida pela prefeitura encontrando-se atualmente em reforma, o que leva as aulas a serem ministradas no salão comunitário, local onde também ocorrem as reuniões da associação e outros eventos da comunidade (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018). Abaixo a Figura 04, mostra a igreja da padroeira Nossa Senhora de Santana e a praça da Comunidade.

Figura 04: Igreja de Nossa Senhora de Santana e a praça da Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu



Fonte: Trabalho de campo. Março de 2018.
Crédito: Rafael Lopes, bolsista do GEDAF.

No centro da Comunidade de frente para o Rio Jambuaçu estão localizadas a praça e a igreja da padroeira Nossa Senhora de Santana, conforme visualizado na Figura 04, cuja festividade religiosa é realizada durante o mês de julho. A Comunidade possui também duas igrejas pentecostais. Além disso, a Comunidade possui também um time de futebol

que realiza seus jogos no campo comunitário, as atividades de lazer são complementadas com as festas realizadas na sede social da comunidade, e/ou os jogos e as festas nas comunidades vizinhas, somadas aos banhos de igarapé que ocorrem aos domingos e feriados (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Dentre as atividades laborais desenvolvidas pelos quilombolas de Santana estão a prática da roça com a plantação da maniva de diversas espécies para produção de farinha, plantação de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe oleracea*), milho (*Zea mays*), laranja (*Citrus sinensis*), agregada a prática da caça, da pesca, da coleta de castanhas (*Bertholletia excelsa*), criação de galinhas e porcos para uso domésticos (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

O acesso à Comunidade atualmente ocorre mediante um ramal aberto pela prefeitura, sendo que anteriormente ocorria exclusivamente por meio do Rio Jambuaçu através de batelão⁵⁹, hoje é realizada através de um ônibus que sai da Comunidade por volta das 5 horas todos os dias da semana, com exceção do domingo, em direção a cidade de Moju, passando por diversas comunidades do território, chegando a cidade mencionada em torno de 7 horas com retorno as 11 horas, chegando na comunidade por volta das 13 horas (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A assistência à saúde ocorre mediante o posto médico que faz atendimento básico e atende a todo o território, o qual fica localizado na Comunidade Nossa Senhora das Graças, cuja assistência médica ocorre uma vez por semana por meio de agendamento, sendo que os atendimentos de maior complexidade e exames médicos são encaminhados à cidade de Moju, Belém ou Abaetetuba (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Em termos de ensino, os alunos que desejarem ingressar no ensino fundamental até o nono ano, ou estudam na Casa Familiar Rural, ou optam por estudar em outros lugares como Moju, indo e retornando diariamente, ou estudam nas cidades circunvizinhas passando a residir nessas cidades, posto que, os custos com passagem por vezes se tornam elevados, já que alguns ônibus não recebem meia passagem (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Para ter o acesso ao ensino superior os alunos contemplados pela Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas que dá acesso aos quilombolas à universidade, precisam sair da Comunidade e até mesmo da cidade de Moju para prosseguir seus estudos, sendo que,

⁵⁹ Embarcações feitas de madeira e a remo faia (Pesquisa de campo realizada em março de 2018).

por vezes precisam arcar com os custos apenas com ajuda da família, isto ocorre quando não conseguem bolsas para tal custeio (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

As conquistas ocorridas na Comunidade, se deram através das ações do movimento social mediada pela ação da associação de moradores da Comunidade, cujas reuniões ocorrem conforme o surgimento das demandas da Comunidade e em conjunto com o território, através do apoio da Bambaê, órgão representante e responsável pela gestão do território, assim, a medida que surge uma problemática a ser tratada, os associados são convocados afim de buscarem a solução conjuntamente e em consonância com o bem estar e manutenção da garantia dos direitos de todos (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Atualmente a Comunidade vem enfrentando impactos decorrentes da presença da dendecultura, cujo ente empreendedor configura-se na Marborges Agroindústria S.A, antiga REASA que adentrou na área nos anos 70 antes da titulação definitiva, sendo que após a titulação a empresa continua desenvolvendo seus projetos dendecultores no território quilombola, o que culminou com conflito causado após a morte de uma liderança quilombola, a senhora dona Maria Trindade no dia 23 de junho de 2017 e levou a paralisação das atividades de um dos projetos da empresa localizado entre as Comunidades de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu e Nossa Senhora das Graças (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

3.4 Comunidade de Santa Luzia do Traquateua

A Comunidade de Santa Luzia do Traquateua, constitui uma das comunidades do Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu mais impactadas pelas agroestratégias do dendezeiro, posto que, no espaço da Comunidade se encontra um dos portões de entrada da Marborges Agroindústria S/A, além disso, as plantações de dendê da referida empresa avançaram sobre toda a Comunidade chegando até as margens do Igarapé Traquateua, assim como, nos seus arredores, desta forma a Comunidade encontra-se completamente cercada por essa palmeira exógena (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A Figura nº 05 é referente ao portão da Marborges Agroindústria S/A presente no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, e conseqüentemente na Comunidade de Santa Luzia do Traquateua, o portão constitui um dos acessos dos

trabalhadores da empresa para a execução das atividades laborais no interior do dendezal (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Figura 05: Portão da Marborges na Comunidade de Santa Luzia do Traquateua



Fonte: Trabalho de campo. Março de 2018.
Crédito: Rafael Lopes bolsista do GEDAF.

A origem do nome da Comunidade de Santa Luzia do Traquateua ocorreu quando um dos membros de uma das famílias da Comunidade adoeceu, e após promessa realizada com Santa Luzia pedindo a obtenção da cura, tal cura foi ter obtida, o referido fato foi relatado ao vigário da Comunidade de nome Airton, o qual sugeriu que se criasse a Comunidade de nome Santa Luzia do Traquateua, o que foi efetuado permanecendo até o momento da execução da presente pesquisa (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A Comunidade de Santa Luzia do Traquateua possui uma escola de ensino fundamental, cujos alunos após conclusão ou estudam na Casa Familiar Rural, ou estudam em outras localidades mais próximas que possibilitem o prosseguimento dos estudos para níveis mais elevados, de modo semelhante à Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, caso ingressem no ensino superior precisam mudar para as cidades circunvizinhas onde possam dar continuidade aos estudos (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Além da Associação de moradores, Santa Luzia do Traquateua possui uma igreja católica, cuja padroeira intitula o nome da referida Comunidade, além disso, detém duas igrejas pentecostais, possui também um clube de futebol e um campo utilizado para o jogo de bola do clube e dos jovens da Comunidade (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Os atendimentos à saúde são realizados de forma preventiva pela agente de saúde da Comunidade, e no posto médico do território localizado próximo a Casa Familiar Rural,

na Comunidade Nossa Senhora das Graças, caso precisem de atendimentos que não os efetuados na Unidade de Saúde Básica, os moradores precisam se dirigir até a Cidade de Moju, ou a cidades próximas (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

As atividades de reprodução das famílias da Comunidade estão baseadas na produção de caráter familiar, através de plantação da roça para produção de farinha para consumo próprio e a venda do excedente, além de horta, plantas para remédio, cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe oleracea*), além disso, são realizadas atividades da pesca artesanal e da caça, alguns produtos de consumo pessoal são obtidos na cidade de Moju, trazidos através do ônibus que sai da Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, percorrendo todo o território quilombola (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A margem do ramal que dá acesso à Santa Luzia, existem as instalações do mineroduto da multinacional Norsk Hydro ASA, um dos empreendimentos de domínio global que trouxeram inúmeros impactos para a mencionada Comunidade. A presença desse truste⁶⁰ dentro do território, tem sido foco de conflitos socioambientais diretos e indiretos em âmbito territorial, é importante destacar que a Comunidade de Santa Luzia também consiste em umas das áreas mais afetadas pelo linhão da energia da Eletronorte que corta o território, assim como pelos minerodutos da Norsk Hydro ASA, além dos projetos de dendê da Marborges Agroindústria S/A (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

3.5 Comunidade de Santa Maria do Traquateua

A Comunidade de Santa Maria do Traquateua faz fronteira com a Comunidade de Santa Luzia do Traquateua e com a PA 150. O acesso à comunidade ocorre mediante a Rodovia Quilombola e um ramal que adentra a referida Comunidade, sendo banhada pelo igarapé de Traquateua. De modo similar a Santa Luzia do Traquateua, a Comunidade de Santa Maria também se encontra com seu espaço bastante comprometido pela presença dos empreendimentos que afetam o território (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

⁶⁰ Tipo de estrutura empresarial na qual várias empresas, já detendo a maior parte de um mercado, combinam-se ou fundem-se para assegurar esse controle, estabelecendo preços elevados que lhes garantam elevadas margens de lucro. Os trustes têm sido proibidos em vários países, mas a eficácia dessa proibição não é muito grande (SANDRONI, 1999, p. 616).

No que tange a origem da Comunidade supracitada, segundo relatos obtidos em entrevista, se deu através de um jogo de futebol que acontecia regularmente a alguns anos antes de fundarem tal Comunidade, onde paulatinamente foram surgindo casas ao redor do campo no qual acontecia o referido jogo, em seguida mediante organização dos moradores, criou-se a atual Comunidade de Santa Luzia de Traquateua, cuja gestão ocorre por intermédio a Associação de Moradores da Comunidade. A imagem da Figura nº 06 representa a área onde ficava o antigo campo a partir do qual surgiu a Comunidade de Santa Maria do Traquateua (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Figura 06: Antigo campo de futebol onde surgiu a Comunidade de Santa Maria do Traquateua



Fonte: Trabalho de campo. Abril de 2018.
Crédito: Rafael Lopes bolsista do GEDAF.

O acesso ao ensino se dá em primeiro momento através da educação básica em uma escola de ensino fundamental presente na Comunidade e através da Casa Familiar Rural de Jambuaçu. Há também uma igreja católica, cuja padroeira é Santa Maria, além de um clube e um campo de futebol. Quanto a assistência médica é realizada no posto médico que presta atendimento a todo o território quilombola e conseqüentemente aos moradores de Santa Maria (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A Comunidade está completamente cercada pelas plantações de dendê da Marborges, além disso, é cortada pelo linhão de transmissão de energia, agrega-se a isso, o fato de que embaixo e as margens do igarapé e as margens do ramal passam três tubos de mineroduto pertencentes a Mineradora Hydro, no lado da comunidade que converge para a PA 150, está sendo implantado um projeto um novo projeto de dendê que faz fronteira com as terras do quilombo, deixando a Comunidade em verdadeira situação de cercamento por dendezaís (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

3.6 Comunidade de Nossa Senhora das Graças

Fundada em 1948, a Comunidade de Nossa Senhora das Graças compõe uma das quinze comunidades do Território Quilombola de Jambuaçu, fica às margens do Igarapé Jambuaçu, o qual também é fonte de lazer das famílias aos domingos e feriados, o acesso a Comunidade se dá mediante um ramal que passa pela Rodovia Quilombola, ou mediante bajara pelo igarapé. A comunidade possui uma escola de ensino fundamental que exerce as atividades educacionais iniciais as crianças da Comunidade, cujo custeio é efetuado pela prefeitura do Município de Moju (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Em termos de transporte, a locomoção dos comunitários ocorre mediante uso de ônibus, cujo serviço é de cunho privado, a padroeira da Comunidade é Nossa Senhora das Graças. Quanto ao atendimento médico, os moradores assim como os moradores demais das outras comunidades também utilizam o posto médico do território, que fica localizado nessa comunidade (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018, em parceria com o GEDAF).

Nas atividades relacionadas ao processo produtivo da comunidade se fazem presentes a plantação de mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*), arroz (*Oryza sativa*), maxixe (*Cucumis anguria*), jerimum (*Cucurbita spp.*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), pimenta de cheiro (*Capsicum chinense*) para alimentação, além de criação de galinha (*Gallus gallus domesticus*), assim como a atividade da caça e a da pesca, além da extração de castanha (*Bertholletia excelsa*) (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Na referida Comunidade, estão presentes uma Posto de Saúde que presta assistência médica preventiva a todo o território, além da Casa Familiar Rural (CFR), possui ainda um Sistema Agroflorestal (SAF) desenvolvido por um egresso da CFR (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018, em parceria com o GEDAF).

Atualmente a Comunidade constitui umas das áreas mais afetadas pelos os efeitos ocasionados pela presença do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.). No local existe um projeto pertencente a Marborges S/A, cuja produção no momento encontra-se suspensa em função do conflito decorrente do assassinato da liderança quilombola dona Maria Trindade ocorrido no ano de 2017 (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018, em parceria com o GEDAF).

3.8 Definição das ferramentas da pesquisa

Esta seção demonstra as ferramentas utilizadas para a coleta de dados deste trabalho. Em função de se tratar de uma análise de abordagem interdisciplinar dentro do campo das Ciências Sociais e suas Humanidades, foram utilizadas para a coleta de dados ferramentas de caráter qualitativo. Foi efetuada uma pesquisa exploratória, fator que ocorreu em decorrência da própria natureza do objeto, ou seja, de aspecto qualitativo, isto ocorre porque na visão de Minayo (2001, p. 16):

A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (MINAYO, 2001, p. 16).

Captar a realidade social em função do dinamismo peculiar a vida humana conforme proferida por Minayo (2001), infere obrigatoriamente a utilização de ferramentas que consigam se aproximar da dinâmica da vida, isto somente é possibilitado pelo emprego de ferramentas de cunho qualitativo, nesse ínterim, a pesquisa qualitativa traz como um dos seus requisitos de aplicação o ato de observar, ou seja, a observação um dos aportes utilizados neste trabalho (TOGNETTI, 2006). A ocorrência do processo de pesquisa se deu em etapas, conforme detalhamento apresentado nos parágrafos descritos abaixo.

Na etapa inicial, foram feitos os primeiros contatos com a temática da pesquisa, tais contatos ocorreram mediante o desenvolvimento das disciplinas que compõem a matriz curricular do Mestrado em Cidades, Territórios e Identidade, no caso, as disciplinas pertinentes a Linha de Pesquisa 1 que trata de Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios. Concomitantemente aconteceu a realização da leitura referente ao material vinculado ao tema, buscou-se o conhecimento do “Estado da Arte” em revistas, livros, *ebooks*, artigos, *papers*, teses, dissertações, monografias, *sites* oficiais ou de universidades, assim como participação em congressos, seminários, *workshop*, palestras e audiências

públicas que discutem o assunto, o que permitiu um aprofundamento paulatino sobre a questão a ser abordada e um melhor amadurecimento sobre o objeto.

O segundo momento foi a busca do local onde foi realizada a pesquisa, assim, no processo inicial se estabeleceram contatos para verificação da viabilidade da pesquisa, dessa forma, chegamos ao Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu no mês de outubro de 2017, onde participamos de um seminário realizado pelo Grupo de Estudos das Relações Sócios Ambientais e Povos Tradicionais (GERSAPT), cujos contatos forma de suma importância e nos possibilitaram permissão para a entrada no território e autorização para a realização da pesquisa, o que a tornou viável.

Após os contatos foram efetuados os procedimentos de cunho burocráticos, com emissão de ofícios pela gestão acadêmica do mestrado, posterior entrega as intuições gestoras do território e das comunidades e de órgãos públicos que tratam das questões pertinentes aos povos tradicionais quilombolas. Assim, nossa entrada no território foi permitida mediante o nosso compromisso de tratar com ética e respeito as informações que porventura viéssemos a obter durante o processo de pesquisa. Desta forma, fomos então direcionados aos sujeitos mais antigos que tinham em sua trajetória de vida uma história de luta e puderam nos fornecer informações sobre as origens das comunidades, assim como do território, bem como puderam nos falar quais as transformações, dificuldades enfrentadas e quais as vitórias ocorridas naquele espaço desde o processo de surgimento do território até o momento da efetivação da pesquisa os anos de 2017 e 2018.

Visando atingir o objetivo preconizado pelo estudo, utilizou-se como ferramenta a entrevista de caráter exploratório a qual segundo afirmam Quivy e Campenhoudt, (2005, p. 69), “têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras”, fator este buscado durante o processo de pesquisa exploratória.

Dessa maneira, buscando perceber como a presença do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.), afetou o referido território, buscamos nas falas dos atores entrevistados as respostas para essa questão. Diante disso, foram escolhidas inicialmente as comunidades dentro do território que sofrem desde de sua gênese até o momento da realização da pesquisa os efeitos das plantações de dendecultura em suas áreas, em seguida, escolhemos as comunidades que nos possibilitavam viabilidade para realização da pesquisa, neste caso, foram levados em consideração os custos de logística (deslocamento, recursos financeiros),

assim como a disponibilidade dos agentes sociais para nos ajudar na obtenção dos fatos (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005).

Sequencialmente escolhemos os sujeitos chaves, como presidentes, ex-presidentes das associações, professores, associados, estudantes e outros membros do quilombo que pudessem fornecer informações que ajudassem nos esclarecimentos sobre o problema abordado, por fim nos dirigimos a esses sujeitos e fizemos realização das entrevistas.

Durante as viagens e as conversas sempre estivemos acompanhados por uma liderança do território designada a nos acompanhar e nos identificar. Somente após feitas as apresentações aos sujeitos, estávamos liberados para desenvolvermos nosso trabalho e então fazermos a nossa abordagem. Procuramos fazer tal abordagem de modo a minimizar quaisquer transtornos ou constrangimentos causados a esses sujeitos que pudessem ser acarretados pelo impacto da entrevista e dificultasse nosso trabalho, embora nem sempre tenhamos conseguido evitar que alguns desconfortos viessem a suceder (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005).

No momento das apresentações, também foram dadas as informações sobre o motivo da nossa presença no território, informações do objetivo da pesquisa em si e de como os dados obtidos seriam utilizados. Procuramos deixar os sujeitos à vontade para nos informar se aceitavam ou não participarem da pesquisa e como queriam participar, se apenas conversando, se a abordagem poderia ser em forma de entrevista, se essa entrevista poderia ser gravada ou não, se poderíamos fazer registros audiovisuais, ou não, se poderia fazer captura de imagem por fotografia, se poderíamos fazer anotações ou não, se poderíamos identificá-los ou não, se permitiriam que utilizássemos suas falas, as imagens registradas, as anotações realizadas, e se eles poderiam ou não assinar o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), ferramenta de pesquisa obrigatória no processo de elaboração de pesquisa que tem compromissos éticos e quando os dados visam fins acadêmicos (GIL, 2010; SEVERINO, 2007).

Embora tenhamos levado para o campo formulários de pesquisa com perguntas estruturadas, com base nas literaturas pesquisada, não foi possível utilizá-los, uma vez que foi o campo que demonstrou que metodologia seria realizada no desenvolvimento de pesquisa e não o pesquisador, isso ocorreu de acordo com o contexto e das condições engendradas no momento do levantamento dos dados em virtude do estudo ser no campo das ciências sociais, cujos dados nunca estão pronto e acabados, e a referida pesquisa ocorrer nos moldes da pesquisa qualitativa (GIL, 2010; QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005).

Utilizou-se “a observação simples na qual a pesquisadora a priori desejava encontrar dados que a levaram a construir elementos para o problema e a hipótese da pesquisa, de modo a não produzir dúvidas ou suspeitas dos membros da comunidade” (GIL, 2010, p. 10), fator este que configurou também a ocorrência de “uma pesquisa exploratória e/ou explicativa, a qual permite delimitar o campo de trabalho através da interpretação possibilitada pelas técnicas de pesquisas qualitativas” (SEVERINO, 2007, p. 123).

Em virtude de tratar-se de um momento imprescindível, agregado do intuito de que as informações a serem coletadas fossem percebidas através do discurso livre do entrevistado, utilizou-se entrevistas não diretivas que se caracterizam por serem aquelas em que se permite escutar atentamente o depoente “registrando todas as informações, só intervindo discretamente para eventualmente estimular o sujeito. No intuito de deixá-lo a vontade de modo a não o constrange-lo” (SEVERINO, 2007, p. 125).

Em processo de pesquisa de abordagem qualitativa não é possível definir o momento em que se encerra e que começa a pesquisa, a partir disso, durante este processo de pesquisa, a entrevista se constituiu em uma das principais técnicas usadas para se coletasse as informações diretas dos sujeitos, através dela, sujeito e pesquisadora interagiram, sendo que a pesquisadora visava obter dados para a referida pesquisa (GIL, 2010; SEVERINO, 2007).

Utilizou-se a entrevista de caráter informal, cujo objetivo primordial foi a coleta de dados, a qual é a mais recomendada em pesquisa de caráter exploratório, e em casos em que o pesquisador possui pouco conhecimento sobre o assunto e sobre a realidade estudada, fator este presente neste processo de investigação. Essa ferramenta de entrevista informal possibilitou a busca de entrevistas informais com informantes-chaves, tais quais, foram lideranças, especialistas, estudiosos sobre a temática abordada, ou outras personalidades que nos deram informações sobre o tema pesquisado (GIL, 2010; SEVERINO, 2007).

De acordo com o contexto do tema, houve momentos em que as entrevistas ocorreram de forma individualizada, ou em grupos constituídos por núcleos familiares⁶¹, houve também momentos em que os grupos eram formados por diversos sujeitos de comunidades distintas do território e que também vivenciaram momentos de lutas e de transformações ocorridas no território. Gil (2010, p. 116) e Severino (2008) inferem que pesquisas em grupo tanto podem ser úteis para pesquisas exploratórias para se

⁶¹ Para melhores informações ver: Carnut e Faquim (2014, p.63).

compreender melhor o problema, ou ainda para uma investigação cujo tema exija maior profundidade e que seja de caráter qualitativo.

Os registros dos dados coletados ocorreram mediante anotações, ou conforme determinado pelo entrevistado, ou através de gravação realizada utilizando-se aplicativo de gravação de celular. O uso da ferramenta de gravação eletrônica, possui como vantagem o fato de “possibilitar a preservação do conteúdo da entrevista em contraponto da anotação, cuja informação pode não ser anotada com a devida precisão em comparação com gravação que possibilita o registro fiel dos dados” (GIL, 2010, p. 119). Foram feitos também registros dos pontos, ou seja, dos locais visitados, o que ocorreu através de uso de aparelho de *Global Positioning System* (GPS), e mediante imagens de fotografia tiradas com o uso de câmera de celular ou imagens gravadas utilizando celular, em alguns momentos também foram feitas anotações no “diário de campo⁶²” (SEVERINO, 2007).

⁶² Para melhores informações ver: Araújo et al. (2013, p. 53).

CAPÍTULO IV PERCEPÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo tem por objetivo mostrar os fatos percebidos no campo durante a pesquisa de caráter exploratório. Dentre esses resultados observados estão, efeitos de cunho ambiental, efeitos sociais, efeitos no modo de vida, nas relações de trabalho e a percepção de conflitos silenciosos⁶³.

A priori foi possível verificar a presença e a forma como a monocultura de dendê (*Elaeais guineensis* Jaquim) adentrou no Território de Remanescente de Quilombos de Jambuaçu, o que por si só já se configura como um impacto, conforme mostram as entrevistas abaixo:

[...] aqui está tudo cercado de dendê [...], o portão da Marborges é aqui na nossa comunidade e chegou até a beira do nosso terreno, [...] o dendê cercou o nosso terreno e vai até a beira do rio, aqui não tem mais dendê por causa da nossa luta, eles entraram aqui no tempo da REASA, compraram terreno e não saíram mais [...] (Entrevistado 4, Santa Maria do Traquateua, junho de 2018).

Neste relato supracitado do entrevistado 4 é possível tanto ver a presença do dendê no território, quando afetando o próprio espaço de vivência dado a proximidade da casa do entrevistado.

No relato abaixo pertinente ao Entrevistado 1, é possível perceber a presença do dendê, e a forma violenta como se deu sua entrada no território, o que expressa o que presume Klein (2008) falar do “capitalismo do desastre”, segundo a qual, na “Terra aberta [...]”, ou o que ela chama de “*terra nullis*” [...] Se a terra fosse declarada vazia ou ‘desperdiçada’ [...], podia ser tomada e seu povo eliminado sem remorso [...] evocando riqueza roubada e tentativas de ‘civilizar’ os nativos” (KLEIN, 2008, p. 476), veja o trecho abaixo, corroborando essa afirmação, quando reportada ao Território de Jambuaçu:

No tempo da REASA, foi uma luta grande, eles vinham tomando nossas terras aí, inclusive para cá ainda tomaram um bocado, vinham tomando mesmo, diziam que era governo federal, a gente não tinha uma pessoa para incentivar a gente né [...] (Entrevistado 1, Nossa Senhora das Graças, abril de 2018).

Segundo Klein, (2008, p. 27) a “doutrina do choque” pertence a uma “vertente de capitalismo radical que se tornou uma ortodoxia governamental em todos os cantos do globo. É uma versão [...] depurada de toda violência e coerção [...]”. A chegada do dendê no território conforme o relato do Entrevistado 1, representa isso, “depurção, violência e coerção”, conforme a doutrina do choque, lembrando que a expansão do dendê se dá em

⁶³ Conflitos que ocorrem muitas vezes de forma sutil e não agressiva o que denominamos de conflitos silenciosos (CAÑAS, 2012, n.p.).

função de políticas governamentais de ocupação da Amazônia e conseqüentemente do território.

Prosseguindo as análises, vejamos o trecho abaixo apresentado:

A Marborges vem aqui, oferece dinheiro para comprar o terreno, já veio trouxe até a minuta para comprar o terreno, uma minuta de contrato e ofereceu muda para plantar, mas não eu não quis, meus irmãos queriam, aqui está tudo cercado de dendê [...] (Entrevistado número 8, Santa Luzia do Traquateua, abril de 2018).

O relato do Entrevistado 8 reflete a presença do dendê, a infração a legislação da Convenção 169 da OIT, pois as terras quilombolas não podem ser utilizadas para os interesses que não os de manutenção da vida dos próprios quilombolas, e conjuntamente demonstra a coerção sofrida pelos quilombolas, já que o empreendimento dendecultor para poder tomar posse do terreno e avançar sobre as terras desse povos e comunidades tradicionais assedia e exerce pressão sobre as família de forma individual, além de instigar a divergência e o conflito de interesses entre os quilombolas, já que, existem aqueles que se opõem a esse avanço, e aqueles que concordam, isso ocorre em função das ofertas que a empresa faz a essas famílias, o que por fim ameaça à integridade desses povos e própria harmonia.

Nestes termos, tais trechos supracitados além de confirmarem a presença do dendezeiro em territórios de povos e comunidades tradicionais quilombolas, traz à tona diversas problemáticas, dentre elas, o fato de infringir uma legislação global, ou seja, o artigo 13 da Parte 11 - Terras da Convenção 169 da OIT que determina:

[...] os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação (CONVENÇÃO 169 da OIT, 1989, n.p.).

De acordo com os preceitos dessa Lei, terras voltadas a assegurar os direitos de povos e comunidades tradicionais, devem ser utilizadas levando em consideração a relação que estes povos estabelecem com as terra ou territórios, e a ocupação dessas terras por uma empresa do agronegócio produtora da *commodity* do dendê, cuja relação de produção configura um uso da terra de modo diferenciado do modo de povos e comunidades tradicionais, visto que é voltado a extração do lucro e direcionado ao mercado global, quebra o objetivo de uso da terra de povos e comunidades tradicionais, conforme definido em lei, segundo tal lei, a terra quilombola visa a reprodução desses povos como um todo. Portanto, a simples presença de um empreendimento dendecultor em área quilombola, vem ferindo um acordo universal, ou seja, a Convenção 169 da OIT, onde o Brasil ao ser uma

das partes que legitimaram essa Convenção em seu país, tem a obrigação cabal de respeitá-la, garantindo que suas determinações sejam verdadeiramente asseguradas, devendo punir quem infringi-la.

Outra transgressão, diz respeito a sobreposição de terra, já que de acordo com o Decreto 6040 de 2007, trata-se de uma área cujas terras são ocupadas por povos e comunidades tradicionais e são pertencentes a uma associação quilombola, que inclusive já possui a titulação definitiva dessas terras, por conseguinte, não deveria se fazer presente nessas extensões um empreendimento empresarial privado direcionado ao lucro, posto que as terras por direito de uso e legal, é designada a quilombolas para que estes possam assegurar sua existência enquanto povos e comunidades tradicionais.

A presença do dendê no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu configura também a presença do “*land grab*”, conforme o conceito desse evento atribuído no trecho supracitado por Alves (2014) segundo o qual, “[...] os negócios agrícolas de grande dimensão, com impactos profundos [...], das relações sociais, econômicas e políticas, da manutenção da soberania e [...] por agentes privados”, agentes estes que sob a proteção do estado buscam formas de apropriação da terra, a presença do “*land grab*” no território quilombola é corroborada no trecho citado a seguir:

[...] muitas famílias aceitam o dendê porque não tem de que viver e aí trabalham empregados na Marborges, o lado positivo do dendê é porque gera emprego, mas o lado negativo é porque invade as terras do quilombo, contaminando rios, gera tensões, nas áreas próximas ao dendezal tem muita cobra, rato, o calor aumentou, os peixes desapareceram e as cobras diminuíram (Entrevistado número 8, Santa Luzia do Traquateua, abril de 2018).

A presença da empresa citada no trecho acima, conforme dito pelo entrevistado número 8, é uma sociedade anônima, e como tal, está vinculada ao mercado internacional, tanto pela captação de recursos no mercado financeiro, como, por vender seus produtos com preços definidos no próprio mercado internacional, já que, o dendê, produto produzido por tal organização, além de ser uma *commodity*, realiza-se enquanto mercadoria no mercado de futuros⁶⁴, logo tal fato em si, reverbera a presença de um fenômeno global dentro do território, novamente confirmando a existência de “*land grab*”.

Esse mesmo trecho proferido pelo entrevistado 08, também traz à tona outra questão, um impacto que acarreta mudança na relação de trabalho do quilombola com a terra e afeta seu modo de vida enquanto povo tradicional detentor de modos de vidas e

⁶⁴ O mercado futuro pode ser entendido como uma evolução do mercado a termo. Nele, os participantes se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura (CVM, 2018).

territorialidades próprias, pois este deixa suas terras para atuar no mercado capitalista como mão de obra assalariada, sua relação com a terra muda, deixando de ser um trabalho baseado no modo tradicional assentada na base familiar, passando a ser desenvolvida na forma de relação de classe onde estão presentes patrão e empregado, típico da sociedade do capital, neste tipo de relação, conforme acentuado por Bartra, (2015), o trabalhador deixa de ser dono dos seus meios de produção, já que desvincula-se desse para viver da venda de sua força de trabalho que assume a forma de mercadoria⁶⁵ (MARX, 1985).

Outro problema conforme os relatos abaixo dos entrevistados 01 e 10, dizem respeito ao fato do avanço do dendê (*Elaeais guineensis* Jaquim) sobre o território significar a perda de terras dos quilombolas para garantia sua reprodução econômica, já que a medida que a empresa ocupa essas terras com plantações de dendezeiro, significa que o espaço utilizado para a plantação de roça, conseqüentemente tem sua produção reduzida, diminuindo também a quantidade de farinha produzida, causando ameaça à soberania alimentar, já que a farinha configura um alimento base da cesta de alimentos dos quilombolas:

[...] quando a empresa veio e pressionou ele vendeu uma parte, deixou só uma tirazinha que é justamente onde eles moram agora, [...] ele não tem terra para trabalhar, só uma tira mesmo, ele faz alguma rocinha lá bem pequena assim [...] (Entrevistado 1, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças, abril de 2018).

Esse trecho citado pelo Entrevistado 1, denota claramente dois efeitos, a perda da terra quilombola para seu próprio usufruto e a ameaça à soberania alimentar do quilombola, em virtude deste ter seu espaço diminuído para sua própria reprodução, o que em linhas gerais, incide na afirmação que Amartya Sen (1999), coloca como “privação de capacidades”, ou seja, o quilombola fica privado de se reproduzir tendo essa capacidade retirada em função de perder suas terras para a grande empresa dendeicultora.

[...]meu filho trabalha empregado na empresa de dendê, ele vai para lá todo dia [...] ele tinha a roça dele para aí, [...]ele fez a roça, uma roça ano passado, mas a roça você já viu, a roça ela amadurece se não aproveitar ela estraga, aí ele pegou acabou a roça, mamãe acabou minha roça, nós comemos, nós bebemos, há meu filho agora é que é [...] (Entrevistado número 10, Santa Maria do Traquateua, abril de 2018).

No trecho proferido pelo Entrevistado 10, é reiterada a problemática pertinente a segurança alimentar do quilombola, no entanto esta ameaça acontece quando ocorre a mudança da relação de trabalho com a terra, ao engendrar no trabalho da empresa como assalariado, este não dispõe mais de tempo para cuidar de sua roça, o que o leva a perder a

⁶⁵ Para melhores informações ver Marx (1985).

produção por não conseguir exercer o manejo da roça em consonância com o trabalho da atividade da empresa.

Outro efeito causado pela presença do dendê no território e que se configura como efeito de cunho ambiental, é o fato dos igarapés pequenos que cortam as plantações de dendê (*Elaeis guineensis* Jaquim) estarem contaminados pelo veneno despejado para contenção de pragas que desce com as chuvas, contaminando conseqüentemente os Igarapé Jambuaçu e Traquateua, tornando a água imprópria para consumo, para produção de alimentos, pesca e banho, e quando utilizada pelas famílias que não possuem poço os usuários apresentam diarreia, febre e coceira, consoante, pode ser percebido nos relatos do Entrevistado 1 e do Entrevistado 4 (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018):

[...] não é aconselhável beber água do igarapé, porque desce muita coisa daí da empresa quando dá essas enxurradas grandes, eles jogam muito veneno aí do campo deles e desce tudo para os igarapezinhos” [...]. (Entrevistado 1, entrevista realizada em conjunto com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

[...] principalmente nessa época, desce muito veneno, muita coisa horrível desses dendezal, quando dá uma chuva grande se a senhora tomar banho no igarapé quando a senhora enxuga, a senhora fica aquilo tuíra, tuíra, tuíra e dá aquela coceira no corpo da gente, a cor da água barrenta, essas pessoas que moram na margem desse igarapé aí, coitados, [...], eles já pegam o casco e pegam água dos igarapezinhos para não tomar água do igarapé, aflitivamente quando chega o começo do inverno a senhora gosta de ver, é vômito, é diarreia é febre devido a água porque as primeiras chuvas vem lavando tudo [...]. (Entrevistado 4, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

Agrega-se a contaminação dos igarapés, a mudança na coloração da água que antes da inserção dos projetos era cristalina agora apresenta tom esverdeado escuro e nos dias de chuva se torna de cor vermelha semelhante a barro, voltando ao normal caso não chova em torno de três dias, tal fato pode ser percebido nos trechos dispostos e corroborados nas figuras que apresentam a coloração das águas dos igarapés Traquateua e Jambuaçu nas Comunidades de Santa Maria, Santa Luzia, Santa Maria e Santa Ana do Axé do Baixo: (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

[...] eu falo claramente, o igarapé era limpo, era uma beleza, custava aqui na boca do igarapé 3 horas de viagem por casco, aqui [...] (Entrevistado 4, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

[...]no tempo que nós estávamos criando nossos filhos, se o retiro fosse na beira do igarapé a senhora pegava uma cuia com farinha ia lá molhava aquela farinha e

bebia aquele chibé⁶⁶, fulano pega uma água ali no igarapé para nós, agora nós não podemos mais fazer isso [...] (Entrevistado 5, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

[...] a água do igarapé mudou de cor ficou em tom esverdeado, a enxurrada arrasta tudo aí do dendezal e fica avermelhada cor de telha com a chuva, passa uns três dias para voltar ao normal, não dá para tomar banho, nem deixar mandioca de molho[...] (Entrevistado 8, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Santa Maria do Traquateua em abril de 2018).

[...]a cor da água barrenta, essas pessoas que moram na margem desse igarapé aí, coitados, eles já pegam água dos igarapezinhos, já pegam o casco e pegam água dos igarapezinhos para não tomar água do igarapé [...] (Entrevistado 4, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

Figura 07: Coloração da água do Igarapé Traquateua sem ocorrência de chuva na Comunidade de Santa Luzia do Traquateua



Fonte: Trabalho de campo. Abril de 2018.
Crédito: Rafael Lopes Grupo bolsista do GEDAF.

A Figura 07 é referente a coloração do Igarapé Traquateua em um dia que não houve a ocorrência de chuva. Pode-se perceber na coloração da água um tom esverdeado.

⁶⁶ Chibé é uma espécie de papa de farinha com água, que pode ser consumida sozinha, ou serve de acompanhamento para o peixe. É feito misturando de farinha de mandioca e água. Os grãos de farinha incham, resultando em uma textura semelhante a fubá (RESENDE, 2017).

Figura 08: Coloração da água do Igarapé Traquateua após a ocorrência de chuva na Comunidade de Santa Maria do Traquateua



Fonte: Trabalho de campo. Abril de 2018.
Crédito: Rafael Lopes Grupo bolsista do GEDAF.

A Figura 08 demonstra a imagem do Igarapé Traquateua na Comunidade de Santa Maria do Traquateua em um dia após a ocorrência de chuva que aparece em tom avermelhado, quando comparada com a Figura 07, embora seja de trechos distintos, mas se tratando do mesmo igarapé, é possível perceber a diferença da tonalidade na coloração existente entre uma imagem e a outra.

Figura 09: Coloração da água do Igarapé Jambuaçu sem ocorrência de chuva na Comunidade Santana



Fonte: Trabalho de campo. Abril de 2018.
Crédito: Rafael Lopes Grupo bolsista do GEDAF.

A Figura 09 apresenta a coloração da água do Igarapé Jambuaçu na Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu em tom esverdeado, a foto foi registrada em um dia que não havia ocorrido chuva, infelizmente não conseguimos registrar a coloração da água em dia de ocorrência de chuva para fazermos a comparação entre as tonalidades. Segundo as entrevistas realizadas com membros da Comunidade, a coloração da água assumiu essa tonalidade após a expansão do dendê na Comunidade.

Figura 10: Coloração da água do Igarapé Traquateua sem ocorrência de chuva na Comunidade de Santa Maria do Traquateua



Fonte: Trabalho de campo. Março de 2018.
Crédito: Rafael Lopes Grupo bolsista do GEDAF.

A imagem expressa na Figura 10 refere-se a um trecho do Igarapé Traquateua na Comunidade de Santa Maria do Traquateua, a qual foi tirada em dia que não houve a ocorrência de chuva, cuja coloração apresenta-se em tom esverdeado. Não conseguimos registro em dia de ocorrência de chuva.

É possível perceber de acordo com as imagens que mostram o Igarapé Traquateua na Comunidade de Santa Luzia do Traquateua, o Igarapé Traquateua na Comunidade de Santa Maria do Traquateua e do Igarapé Jambuaçu na Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, que a coloração da água é semelhante em todas as imagens, apresentando um tom esverdeado, o que ratifica os relatos dos entrevistados, inclusive da imagem que demonstra a cor da água do Igarapé Traquateua em Santa Maria após a incidência de chuva que apresenta-se na cor de barro e também confirma as informações proferidas nos diversos relatos, ou seja, um dos efeitos ocasionados pela expansão do dendê no território quilombola, incide na mudança da coloração da água para um tom esverdeado.

Em virtude da aplicação de veneno nas plantações de dendezeiro para a contenção de pragas e para evitar o crescimento de mato, juntamente com a inserção de adubo, ocorre a contaminação da água, impedindo o uso para o consumo imediato, e conseqüentemente provocando o desaparecimento de peixes conforme ratificam as entrevistas abaixo:

[..] o peixe que tinha bastante aqui não tem mais como tinha, era peixe comum, o peixe que tinha mais era traíra (*Hoplias malabaricus*), acará (*Pterophyllum*), jacundá (*Crenicichla*), aracú (*Leporinus freiderici*) quando tinha piracema, agora nem piracema não está tendo mais, porque a água não tem mais condições [...], quando chove o igarapé fica pior que pura tabatinga, assim, porque essa água escorre tudo aí, vem da firma, os caras jogam tudo no igarapé, aí vai espantando os peixes [...] (Entrevistado 3, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

[...] peixe tem pouco, tem o peixe, tem alguma caça, não está como de primeiro que a gente sempre achava, agora não que a gente não arruma, mas tem vez que a gente nem arruma para comer (Entrevistado 1, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018.)

Sim, é principalmente a questão do peixe, tempo de semana santa, no inverno mesmo, dançava peixe a gente gostava de ver, nas casas que a gente ia, sentia, uma era peixe cozido, outra era peixe frito, era peixe assado, mas agora não, não vê mais dançar os peixes como dançavam antes[...]a gente vê os peixes, mas não vê como eram antes [...] (Entrevistado 1, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

Conforme o relato, além da redução do estoque pesqueiro, outros impactos ambientais são percebidos pelos quilombolas, como a diminuição no nível de água, pois os rios não estão mais enchendo como a aproximadamente cinco anos atrás, posto que segundo os quilombolas, nos últimos anos o igarapé no período chuvoso amazônico chegava a transbordar, o que não vem mais acontecendo nos últimos anos, segundo exposto nas descrições a seguir:

A mudança para nós aqui, que fomos criados aqui dentro sabe, era fechado, não tinha muita abertura e aquele igarapé era bem providenciado porque era bem fundo, tinha bem peixe, de uns tempos para cá que abriu muita abertura aqui, o sol secou um bocado o igarapé [...] (Entrevistado 3, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

A enchente diminuiu, esse ano diminuiu bastante, por causa que já estamos para entrar o verão e ainda não teve uma chuva como tinha de primeiro, isso já está fazendo uns seis anos que está essa falta de água [...] (Entrevistado 4, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

Ratifica-se que não é apenas os estoques pesqueiros que diminuíram, a redução da mata fez o igarapé secar, além disso, outros efeitos também foram percebidos, ocorreu também o desaparecimento dos animais de caças, cuja atividade, juntamente com a plantação da roça e da pesca, constitui-se um complemento alimentar dos quilombolas, posto que eram abundantes e atualmente se tornaram mais difíceis em virtude da escassez dos animais, em função disso, a atividade da caça tende a desaparecer, devido ao seu comprometimento pela redução da floresta.

Outro problema que também foi percebido, que pode configurar como um desequilíbrio ambiental, é o surgimento de pragas nas roças, que causam o apodrecimento da maniva (*Manihot esculenta*), sendo que este efeito pode acarretar diretamente a insegurança alimentar dos quilombolas, visto que, o acometimento de pragas nas roças

acarretará a redução da produção de farinha, alimento básico presente na cesta alimentar dos quilombolas.

Além disso, a diminuição na quantidade de farinha poderá levar ao aumento de preços do produto, como um efeito normal de oferta e demanda de mercado, pois se a quantidade de farinha produzida diminui, conseqüentemente o preço aumenta em função da escassez do produto. Tal efeito pode ser confirmado no trecho abaixo (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018):

Nós vivemos de roça, nós plantamos mandioca (*Manihot esculenta*) [...] de uns tempos para cá está mudando já, podia plantar quatro alqueires de roça ficava bonita, plantava, e de uns tempos para cá eu nunca tinha visto isso, esse ano aconteceu na minha roça, por causa que a minha roça estava bonita, quando estava dessa altura assim (gesto com as mãos) começava a morrer tudinho, aí o que que está acontecendo com a minha roça? Aí eu fui examinar a maniva (muda de mandioca) (*Manihot esculenta*) que eu tinha plantado estava só cupim, eu nunca tinha visto essa arrumação, isso até uns dias estava morrendo, e sem contar que um dia quem foi até lá foi meu filho? Ele disse olha já está morrendo outras árvores de novo de maniva (*Manihot esculenta*), aí eu disse ué mais está cortada? Não, aí que eu fui examinar estava só a palha, já, a maniva (*Manihot esculenta*), estava comida e metade acabou só assim e não é só a minha não todos contam [...] (Entrevistado 2, entrevista realizada em pesquisa de campo em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

No que tange ao aspecto climático, um dos efeitos relatados diz respeito ao aumento da temperatura no território, o que traz mudança no próprio hábito do quilombola no trato da roça, já que, em tempos remotos os quilombolas iam mais tarde para a roça e retornavam também mais tarde, para compensar o tempo de saída, hoje, em função do calor, vão para a roça antes do sol nascer por volta de cinco horas, para retornar as nove horas da manhã, já que depois desse horário não conseguem suportar o calor no trato da roça, em função das proximidades do dendezal para com suas roças:

O clima está mais avançado tem muita quentura, isso vai de uns tempos, uns vinte a trinta anos que apareceu essa quentura, um tempo que aqui tinha muita mata, não tinha assim aquela quentura, trabalhava em roça a gente ia, tinha aquele sol mas não era assim como agora, agora a gente vai para roça, tem aquele mormaço, mas está muito quente, muito forte, está diferente né, o clima [...] (Entrevistado 1, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

Quanto ao modo de vida dos quilombolas no que se refere a segurança pública, tanto a expansão da dendecultura como a presença de outros projetos de desenvolvimento, trouxeram diversas conseqüências, sejam estas acarretados pela abertura de ramais ou mediante a entrada de pessoas estranhas no território. Este fator impõe a cultura do medo,

o que se agravou após a morte de uma liderança do território, e ocasionou conflitos diretos entre os quilombolas e a Marborges, conforme demonstrado nos relatos abaixo:

De primeiro eu ia por aqui, eu tenho testemunha disso aqui por Santana do Baixo São Bernardino, 40, tudo eu vinha de pé, chegava oito horas da noite, mas agora não vou não, só se for um caso de doença mesmo [...] (Entrevistado 1, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018).

[...] a gente saía da nossa comunidade andando e ia na outra, sem se preocupar com nada, mas agora muitos não têm essa coragem [...]. (Entrevistado 3, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018.).

Na entrada do ramal que dá acesso à Comunidade de Santana do Axé do Baixo Jambuaçu, há um projeto dendecultor pertencente a Marborges, cujo ciclo produtivo já está no fim, além disso, tal projeto teve sua atividade embargada pelo poder público, o que ocorreu após a morte de uma liderança da referida comunidade, dona Maria Trindade, e o povo quilombola em luta pelos seus direitos cobrarem uma solução para essa situação ocorrida no quilombo. Depois desse evento, os quilombolas sentem medo de sair de casa, pela falta de segurança, em função da entrada de pessoas estranhas no território para trabalhar nos projetos de dendê, o que é confirmado na entrevista abaixo:

[...] sim, principalmente como o caso agora como vocês podem ver muitos líderes quilombolas estão morrendo, aqui no nosso território a dona Maria Trindade foi um dos líderes quilombolas que morreram, e a gente não sabe o verdadeiro motivo, a verdadeira causa, e muitos de nós que sendo quilombola, mesmo não sendo líder, mas sendo quilombola, pelo menos eu, fico assim desconfortável com essa situação [...] (Entrevistado 3, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018.).

[...] os ramais foram bons para nós, foram muito bons, muito bom, mesmo, mas trouxe muita coisa para nós, negócio de assalto, olha de primeiro logo quando nós chegamos para cá, nós íamos lá para o 40 a pé para negócio de reza, culto, nós íamos para lá, nós chegávamos aqui meia noite, ninguém tinha medo, mas agora nós não saímos mais, passou a boca da noite é igual na cidade, ninguém sai devido assalto que acontece muito aqui nessa região, acontece muito (Entrevistado 5, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na comunidade Nossa Senhora das Graças em abril de 2018.).

Ou seja, a presença de projeto de dendê no âmbito do território, além de mudar a dinâmica local, configura-se com o convívio do medo e da incerteza provocada pela falta de segurança o que resulta na mudança de hábitos e gera desconforto em função do medo inculcado pela presença de pessoas estranhas na comunidade. Os efeitos da expansão da dendecultura no território quilombola revelam também conflitos diretos dos quilombolas

com o empreendimento dendecultor no território, o que faz os quilombolas temerem em falar sobre a presença da empresa no território, em função de temerem a própria vida. Tal medo também é percebido quando se refere a empresa Marborges, conforme expresso nos relatos abaixo:

[...] eles colocam gente de fora no nosso território[...] (Entrevistado 5, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na comunidade Santa Maria em abril de 2018).

[..] porque só querem que cresça a Marborges ai quem atrapalha ela mata, [...]; [..] a Vale eu não tenho medo, agora da Marborges eu tenho um pouco de medo sim, porque eles não são lá essa maravilha, eles agem com violência também né, lugares que vão ameaçam, ameaçam mesmo e a gente tem medo né de morrer; [...] quando ela chegou, ela veio braba, agora ela já está um pouco mais mansa, mas de primeiro [...] eles matavam mesmo, eram brabos e matavam quem passasse para aí, [...] eram brabos, ela botava pra vazar mesmo, na gíria né, vazar é deixar a terra mesmo, porque eles tinham pistoleiro, pagavam pistoleiro para matar, ai ou saia, ou morria né, ou deixava o terreno ou morria[...] (Entrevistado 6, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na comunidade Santa Maria em abril de 2018).

O motivo para a existência medo e de se sentirem temerosos a abordar qualquer temática referente a empresa dendecultora presente no território, se deve principalmente pelo histórico de tal empresa ao chegar no território nos anos setenta, que ocorreu na forma expressa de expansão do capital ao avançar em busca de seus objetivos de expansão, ou seja, por espoliação e expulsão daqueles que se opõem aos seus objetivos (ALVES, 2014). O relato abaixo demonstra parte desse histórico:

No tempo da REASA, foi uma luta grande, eles vinham tomando nossas terras aí, inclusive para cá ainda tomaram um bocado, vinham tomando mesmo, diziam que era Governo Federal, a gente não tinha uma pessoa para incentivar a gente né, ai o padre Sérgio, um lutador conosco para vencer isso aí [...] fizemos acampamento lá, [...] eles disseram que não iam mais mexer com nada para cá mais, que era para a gente ficar tranquilo, ai não mexeram mais, ai depois veio essa outra empresa, a Vale [...] (Entrevistado 1, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Santa Maria do Traquateua em abril de 2018).

[...] logo aí não tem um igarapezinho? Lá eles saíram (moradores da casa), pois eles (Marborges) meteram fogo na casa, se eles não saíssem mais depressa eles metiam fogo na casa com eles dentro, então isso é uma ameaça, então isso é uma coisa que não deviam fazer, que viessem, mais que viessem e reunissem, e deixassem alguma coisa na nossa comunidade, uma escola, algo assim, que viessem e deixassem alguma coisa, e na reunião eles (moradores) não tocam na Marborges nem um pouco[...], [...] a Marborges ela se instalou e está aí dentro, a Marborges entrou e ficou, né, eu vejo por esse lado, ela entrou e ficou e não sai daí, quem que vai tirar a Marborges daí? Ninguém, só Deus né, se no caso matar os dendês aí, [...] estão plantando dendê bem aí [...] (Entrevistado 7, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Santa Maria do Traquateua em abril de 2018).

Além disso, a empresa dendecultora não concede nenhum tipo de compensação ao território pelos efeitos ocasionados pela presença exógena do dendê, os motivos seriam a priori o medo das coerções que os quilombolas poderão sofrer, dado o histórico da empresa Marborges S/A quando chegou ao território, e o segundo motivo seria o receio a represália daqueles que exercem atividades laborais na referida empresa, em virtude de se sentirem ameaçados pela perda de seus empregos, esses fatores fazem com que não seja efetuada nenhum tipo de cobrança a mencionada empresa pela não execução de benefícios compensatórios pelos prejuízos acarretados ao território. Como pode ser visto no trecho a seguir:

[...] o advogado que representava a Vale nas reuniões, [...] falava: porque não vão para a Marborges também, porque nós da Vale e a Marborges, nós fazemos uma parceria e fazemos melhoras, mas só vão na Vale, e não foi só a Vale que entrou no território [...] (Entrevistado 7, entrevista realizada na Comunidade Santa Maria em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em junho 2018).

O que os quilombolas consideram como benefício realizado pela empresa Marborges Agroindústria S/A ao território, se dá mediante a geração de empregos ofertados pela referida empresa. Os empregos oferecidos se caracterizam por absorverem mão de obra de baixa qualificação, pois utilizam trabalhadores para exercerem atividades operacionais consideradas exaustivas, as quais são exercidas no interior do dendezal, segundo observado nos relatos, muitas famílias possuem parentes que trabalham na empresa dendecultora, o que impede a busca por benefícios para o território, por temor a perda do emprego:

O dendê trouxe benefícios porque a maioria dos pais de família do território daqui dessa parte aí trabalham todos lá, a maioria dos pais todos trabalham lá para sustentar suas famílias, são de carteira assinada fichados na empresa [...] na administração é bem pouco, a maioria é no campo mesmo, cortando as palhas que é a poda, outros colhendo, vão colhendo o dendê mesmo, o produto (Entrevistado 8, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em junho de 2018).

[...] meu filho trabalha lá, [...] ele já trabalhou várias vezes com eles, ela já chamou várias vezes para trabalhar com eles e é uma peleja para tornar a voltar, ele trabalha para lá [...] (Entrevistado 13, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Santa Maria em junho de 2018).

[...] se se quiser trabalhar, tem que ir de bicicleta ou moto, se trabalhar na Marborges, ela não dá uma condição, porque assim qualquer empresa tem o direito de colocar as pessoas, qualificar os trabalhadores, mas essa aí não qualifica ninguém, a pessoa entra sem saber nada e sai mais sem saber nada ainda, sai morto, doente (Entrevistado 07, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em junho de 2018).

Outra implicação, é a percepção de conflitos silenciosos, incutidos pelo medo de enfrentar o empreendimento dendecultor para exigir compensações ao território em função dos efeitos acarretado por este empreendimento, conflitos ocasionados pela divergência de interesse dos quilombolas em relação a empresa, pelo medo decorrente das ações da Marborges no momento da chegada ao território e de represália pelas famílias cujos membros trabalham na referida empresa, conforme expresso abaixo:

[...] a maioria aqui, esses terrenos aqui que são próximos não foram comprados, eles invadiram, esse pra cá foi, aqui desse pessoal daqui, desse pessoal [...], da comunidade de Santa Maria, eles invadiram lá traz e ainda não era comunidade, não era ainda para lá, aí eles invadiram e não pagaram, [...] expulsaram as famílias, foi porque nesse caso eles tomaram o terreno aonde eles moravam aí eles não tem mais terreno, aí eles vieram para cá para esse cantinho, eles estão logo aí, é só eles que moram lá, é só esse pedacinho que tem, [...] o dendê tomou conta, aí os filhos trabalham na Marborges né, eles não tem terreno, eles trabalham na Marborges, aí se a gente falar da Marborges não pode [...] eu não me atrevo, [...] medo né [...]a gente tem medo (Entrevistado 11, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade de Santa Maria em junho de 2018).

Sobre os efeitos positivos apontados pela presença da dendecultura no território surge apenas a geração de empregos que na sua base revelam-se como positivos em função de serem considerados a única alternativa quando não há como trabalhar na roça. De acordo com os relatos, as atividades laborais oferecidas pela referida empresa aos trabalhadores absorvidos por ela para atuar no dendezal, revelam-se degradantes, a empresa não investe em capacitação para seus funcionários, não dá oportunidade de progressão funcional, há um rodízio muito grande de trabalhador, ou seja, a admissão ocorre com a mesma facilidade que se efetua a demissão (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Como citado anteriormente, as atividades exercidas são pertinentes aos trabalhos de nível operacional que ocorrem mediante ocupações efetuadas na área relacionada as plantações, cuja exigência para ingresso é condizente com a baixa qualificação dos trabalhadores, assim como baixa escolaridade desses, além disso, de acordo com o proferido nos relatos dos entrevistados, ocorrem descontos não autorizados pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), tal fato configura infração ao artigo 462, que proíbe descontos que não estejam assegurados na referida CLT. O trecho abaixo confirma essas afirmações (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018):

[...]se você estiver trabalhando lá, se a sua bota rasgar o senhor tem que deixar lá no campo, no dia que o senhor sair de lá o senhor paga todos aqueles terçados

velhos, bota velha, todo equipamento que o senhor trás de lá o senhor tem que entregar tudinho, lima, tudo [...] é descontado do salário da pessoa, olhe bicicleta, todo ano eles dão, eles vendem para os trabalhadores todo ano, para cada trabalhador eles dão uma bicicleta, mas é descontado até o trabalhador pagar tudinho [...] (Entrevistado 6, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em junho de 2018).

[...] lá na outra empresa⁶⁷ é diferente eles põem transporte para carregar o pessoal, essa aí não dá, o cara tem que ir, [...]eles não dão alimento, mais é tudo descontado, o bandeco⁶⁸ (Entrevistado 6, entrevista realizada em parceria com o GEDAF, na Comunidade Nossa Senhora das Graças em junho de 2018).

As entrevistas também apontaram que a empresa não fornece meios de transporte, submetendo os trabalhadores a trajetos distantes de suas residências, fator que os leva a saírem de suas casas de madrugada, colocando suas vidas em risco. Em virtude de não fornecer transporte e alguns trabalhadores não possuem condução própria, a empresa fornece bicicleta descontando o objeto em contracheque, segundo o relato apresentado pelo Entrevistado 6.

Além disso, desconta também a alimentação, Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), (uniformes, máscaras, luvas, botas) e as ferramentas necessárias à execução dos trabalhos (terçados, foices), sendo que, no momento da demissão estes trabalhadores têm que devolver integralmente esses instrumentos sob pena de serem descontado na rescisão contratual (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Outra tensão que se percebeu, ocorre em função de existirem pessoas que possuem áreas que estão localizadas dentro do território denominadas “áreas brancas⁶⁹” que, porém, possuem titulação privada, não compoendo a área do território, ou seja, suas áreas não fazem parte dos títulos das associações (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Desta forma, estas pessoas, por possuírem propriedades privadas, podem dispor de suas terras para vendê-las para quem lhes aprouver, fator que tem trazido agentes externos ao território e tem acarretado problemas em função do confronto de costumes e dos riscos que possam ser prejudiciais aos quilombolas (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

⁶⁷ O entrevistado se refere a outra empresa dencultora que atua fora do território.

⁶⁸ Forma como os trabalhadores denominam as marmitas de comida entregue para o almoço dos trabalhadores.

⁶⁹ Os quilombolas denominam área branca àquelas propriedades que estão dentro do território, porém não são pertencentes a associação quilombola e os donos dessa área possuem título de propriedade privada, sendo que o dono dessa propriedade não usufrui dos direitos pertinentes aos associados, caso queira usufruir, deverá associar-se, sendo esse ato autorizado em assembleia na qual a maioria dos membros da associação esteja presente, conforme designado em estatuto da associação (Pesquisa de campo realizada em junho de 2018).

Incorpora-se a esse problema, o fato dos donos dessas “áreas brancas” configurarem-se como uma ameaça, posto que vendem ou venderam suas terras para agentes externos ao território, em algumas situações esses terrenos foram vendidos posteriormente para a Marborges S/A, a qual efetuou plantação de dendê, sendo que este mecanismo tem sido um dos modos através do qual essa *commodity* vem avançando sobre as terras do território, o que caracteriza no seu bojo o que pontuam Sauer e Borras Jr., ou seja, caracteriza o fenômeno “*land grab*”. Além disso, caracteriza expropriação fundiária dos camponeses quilombolas, pois, estes perdem suas terras (KAUTSKY, 1980) (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Para agravar essa situação, outro problema que vem ocorrendo é a invasão dessas “áreas brancas” por grupos que se intitulam como integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), embora não esteja devidamente comprovado ser pertencem realmente ou não ao MST, o que tem acarretado inclusive conflito armado entre esses agentes e o quilombolas, além de configurar grilagem de terras, posto que um desses grupos que ocuparam parte de uma “área branca” dentro do território informaram que receberam da Prefeitura de Moju a titulação da terra onde ocuparam, essa área ocupada, localiza-se nos domínios das terras quilombolas, o que infringe a Lei 6040/2007, por se tratar da invasão de terra, além de acarretarem conjuntamente sobreposição de terra, cuja consequência imediata para esse contexto é a eclosão de conflitos internos entre o grupo invasor e os quilombolas pela disputa das terras invadidas (Pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

Diante do que foi apresentado, tanto nos relatos, como nas imagens, é possível perceber um território em ebulição, onde inúmeros efeitos se manifestam de diversas formas, sejam através de efeitos ambientais, como a contaminação dos igarapés, aumento do calor, surgimento de pragas, contaminação do solo, redução do estoque pesqueiro, diminuição das caças, seca dos igarapés, mudança da coloração da água, sobreposição de terra, extorsão, espoliação e perda de terras pelos quilombolas. Esse conjunto de efeitos, na verdade significam “a desintegração do modo de vida camponês”, pois lhe tira a possibilidade de gerar seu próprio sustento, e o impulsiona a tornar-se proletário nas grandes empresas agrícolas (ALMEIDA, PAULINO, 2000; KAUTSKY, 1980).

A ocorrência de impactos sociais, como a mudança na dinâmica de vida dos quilombolas pela falta de segurança, a mudança na dinâmica de trabalho, imposta pelo aumento do calor por não poderem permanecer mais tempo na roça, a diminuição da produção dos alimentos, a mudança na relação de trabalho do trabalhador quilombola com

a terra, que deixa de trabalhar nas suas próprias terras produzindo alimentos para seu próprio consumo, para engendrar no mercado de trabalho como trabalhador assalariado.

Tais fatos porém, conforme o disposto por Carvalho (2013, p. 33) não significam que isso está acarretando o “desaparecimento do campesinato” na verdade parece estar havendo uma “re-camponesação” do campo, pois em “certas condições os camponeses não se dissolvem” (SHANIN, 2005, p. 04), na verdade, tomando por base a história de lutas dos movimentos camponeses no Brasil há um processo de reorganização do espaço e resistência na luta”, que faz com que camponês quilombola permaneça em suas terras (CARVALHO, 2013, p. 33).

Por fim, um dos maiores efeitos que ocorreu sobre o modo de vida dos quilombolas, caracteriza o que Marx (1985) denominou de “relação-capital, que pressupõe a separação entre trabalhadores e as condições de realização do trabalho”, dentro dos critérios de autodefinição se insere “o modo de fazer quilombola” e sua relação de trabalho com a terra, o qual o vincula ao “recrutamento do trabalho familiar”, porém, ao atuar na empresa dendecultura como trabalhador assalariado quebra essa relação com a terra, descaracterizando-a do modo tradicional para o modo do capital (GODOI et al. 2009, p. 09-10).

Além disso, conforme disposto na Lei 6040, tal modo de trabalho deve assegurar sua garantia de reprodução religiosa, social, ancestral, cultural e econômica, no entanto, ao se desvincular da produção familiar no âmbito de sua roça, na qual produz os bens necessários à sua existência, e ser absorvido como mão de obra assalariada no agronegócio dendecultor, o quilombola perde o seu vínculo direto com a terra como provedora dos bens necessários a sua existência, passando a ser apenas mais um dos componentes do exército industrial de reserva do capital, já que seu trabalho passa a ser direcionado a produção de mais-valia⁷⁰ em benefício portanto do capital da grande empresa dendecultora (CARVALHO, 2013; MARX, 1985, KAUTSKY, 1980).

Quando deixa suas especificidades que traduzem seus moldes de “ser” e de “fazer” quilombola, o qual trabalha no modelo de trabalho camponês, produzindo o que precisa para viver (CARVALHO, 2013; MARX, 1985, KAUTSKY, 1980) para ser trabalhador assalariado nos moldes de produção capitalista, vendendo sua força de trabalho. Essa força de trabalho se torna então mercadoria, e, no caso do trabalho do dendê, ele vende não apenas sua força de trabalho, mais sua própria vida, posto que, a exaustão que o trabalho

⁷⁰ Para melhores informações ver: Marx, (1985).

do dendezal inflige a esse trabalhador exaure até sua alma, lhe tirando até mesmo a vontade de viver (Relato obtido em pesquisa de campo realizada no período de março a junho de 2018).

A observação e a pesquisa de campo, apresentou um território altamente impactado, onde a presença da dendecultura impulsionada pelas políticas agroenergéticas do PNPB, trouxeram uma série de mutações as comunidades quilombolas, onde o estado se faz ausente no que tange a execução de benefícios, exceto pela execução de algumas atividade, como escola de ensino básico e posto médico, ou por algumas medidas mitigadores de intervenção na mediação de conflitos, e pelos incentivos as empresas contempladas pelo benefícios da política de estado do PNPB, dentre elas a Marborges Agroindústria S/A que usufrui das medidas dessa política. As conquistas do território são atribuídas a sua forma de organização que se dá mediante as associações que existem em todas as comunidades do território e a gestão da Bambaê, coordenadora dessas associações.

Apesar de todos esses efeitos, ao contrário do que previu Marx (1985) e seus seguidores sobre o desaparecimento do campesinato, na verdade o que acontece, como pode ser observado, é o que Kautsky (1980) anteviu, ou seja, a recamponesação, pois o camponês encontra novos meio para transformar sua realidade. Mediante todos os efeitos que ocorreram sobre no território quilombola, a medida de resistência que estes possuem incide sobre a organização em associações pela busca por seus direitos. Deste modo, diante de tudo o que foi analisado, ao serem inquiridos sobre o que almejam para o futuro do território? Os quilombolas responderam: “um de nossos sonhos é continuar vivendo aqui, tendo a nossa autonomia como povos tradicionais, a gente quer continuar sendo respeitado, e principalmente quer receber um olhar mais cuidadoso como o nosso povo⁷¹”.

4.1 Territorialização da Marborges Agroindústria S.A no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu

A territorialização da *commodity* do dendezeiro no Território de Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu, como já foi dito anteriormente não é recente, nem se deu de maneira pacífica, ao contrário, ocorreu de modo conturbado, mediante conflitos, mortes, ameaças, expulsão, espoliação e disputas territoriais, causadas pela chegada da REASA

⁷¹ Trecho expresso por uma jovem quilombola em entrevista com o um dos grupos familiares entrevistado em abril de 2018, Comunidade Nossa Senhora das Graças.

nos anos 70 na área que hoje se constitui o referido território (SACRAMENTO, 2009); SANTOS, 2015, SILVA, 2015).

Tal fator foi a força motriz que levou a comunidade ao processo de organização em consonância com a organização das demais comunidades na busca pela titulação do território, o que foi possibilitado a partir de 2007, quando saiu a titulação definitiva, embora ainda existam comunidades que estejam lutando pela titulação definitiva, conforme acentuam Sacramento (2009); Santos, 2015, Silva, (2015). Desde os anos 90, a empresa mudou a pessoa jurídica deixando de ser REASA para ser Marborges Agroindústria S.A., em virtude de ser o ator responsável pela expansão da dendecultura no local da pesquisa, a referida empresa será objeto de apresentação nesta subseção.

A Marborges Agroindústria S.A, é um empreendimento regido pela Lei nº 6.404/76, a Lei das S.A., cujo capital caracteriza-se por ser “dividido em ações, sendo que as responsabilidades dos sócios ou acionistas será limitada ao preço da emissão das ações subscritas ou adquiridas” (BRASIL, 1976, p. n.p.). É regida pela a Lei nº 9.249, que extinguiu a correção de balanço para fins societários (MARBORGES, 2007).

Tem por objetivo primordial cultivar, fazer o processo de industrialização, comercialização no mercado interno, assim como, a exportação de óleos de dendê e de palmiste. Sua sede localiza-se no município do Acará, mas sua área de expansão ocorre nos municípios vizinhos inclusive Moju, o município escolhido para desenvolvimento desta pesquisa (MARBORGES, 2007).

Em função de ser uma Sociedade Anônima (S.A.), tal empreendimento efetua captação de recurso de terceiros mediante o mercado financeiro através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), sendo seu capital social constituído por ações sem valor nominal, dividido em ações nominativas, as quais são ações ordinárias e ações preferenciais classe "a" e ações preferenciais classe "b"⁷². Além de debêntures conversíveis e debêntures inconversíveis⁷³, segundo o artigo 5º, da Lei 8.167/91, com subscrição no Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), remuneradas com juros anuais de 4% sobre o valor atualizado pela Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP). No ano de 2007, a empresa recebeu o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI) (MARBORGES, 2007).

O Quadro 02 abaixo apresentado, faz um recorte da variação patrimonial da Marborges no período de 2005 a 2011, período de implementação das políticas

⁷² Ver: Marborges, 2007.

⁷³ Ver: Sandroni, 1999.

agroenergéticas no Brasil e na região estudada e busca mostrar se houve alteração no valor do patrimônio da empresa a partir da instalação do PNPB até a ano de 2011.

Quadro 02: Variação Patrimonial da Marborges Agroindústria S.A no período de 2005 a 2011.

ANO	PATRIM LIQ	CAPITAL SOCIAL	LUCRO OU PREJ	INCENTIVOS FISCAIS	EMPREST E FINANCIAM
2005	0,00	14.782.175,12	(2.201.763,80)	0,00	0,00
2006	20.841.197,97	20.005.361,49	(2.251.182,87)	0,00	509.587,08
2007	23.054.267,47	20.841.197,97	(1.482.894,02)	0,00	459.215,56
2008	0,00	26736872,59	0,00	0,00	0,00
2009	37.829.406,83	26.736.872,59	1.864.581,44	3.136.248,24	0,00
2010	45.839.459,61	30.173.930,59	1.100.808,97	2.539.067,46	141.541,65
2011	45.839.459,61	35.618.045,77	2.917.868,83	2.187.136,23	3.753.177,36

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa referente aos exercícios de 2007, 2008, 2011, Marborges Agroindústria S.A.

Alguns dados não foram apresentados no quadro em função de não terem sido localizados nos balanços patrimoniais de onde essas informações foram obtidas, no entanto, a ausência desses números não inviabilizam a análise dos dados, posto que possibilitaram verificar que em um recorte de tempo de cinco anos, tendo o ano de 2005 como o ano zero, ou seja, o ano inicial da política do PNPB, os valores demonstrados praticamente dobraram, conforme os exemplos abaixo apresentados e corroborados pela discussão.

É possível perceber que o valor da variação patrimonial de 2005 não foi apresentado no Quadro 02, foi demonstrado apenas a variação do ano de 2006, cujo valor foi de R\$ 20.841.197,97 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e noventa e sete reais e noventa e sete centavos) e quando comparado ao ano de 2011, cinco anos depois, verifica-se que este valor duplicou, pois passou para R\$ 45.839.459,61 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos).

O capital social da empresa em 2005 era de R\$ 14.782.175,12 (quatorze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e doze centavos) passou para R\$ 35.618.045,77 (trinta e cinco milhões, seiscentos e dezoito mil e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos), em 2011, ou seja, o valor aumentou mais de 50%, cinco anos depois do início do PNPB.

O mesmo evento também é perceptível nos outros dados apresentados no que se refere ao lucro, pois em 2005 correspondeu a um prejuízo R\$ -2.201.763,80 (dois milhões

duzentos e um mil setecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), permanecendo negativo até 2007, porém em 2011 obteve um lucro de mais de 100%, pois correspondeu a R\$ 2.917.868,83 (dois milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos).

Quanto ao valor de capital de terceiros era de R\$ 509.587,08 (quinhentos e nove mil, quinhentos oitenta e sete reais e oito centavos) em 2006, um ano após a implementação do PNPB, entretanto em 2011, cinco anos depois passou a ser R\$ 3.753.177,36, (três milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), cinco anos após essa implementação, o valor de captação de recursos de terceiros sextuplicou. Uma observação importante, conforme dados obtidos nos balanços de Marborges, tal empresa recebeu recursos do FNO, o que pode justificar em partes o motivo do aumento desse valor.

Quanto aos incentivos fiscais, não foram encontrados dados que demonstrassem essas informações no ano de 2005, porém é possível observar que do ano de 2009 a 2011, esses valores sofreram uma pequena redução, pois, em 2009 era de R\$ 3.136.248,24 (três milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos), passando para R\$ 2.187.136,23 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e trinta e seis reais e vinte e três centavos) em 2011, o que demonstra uma redução nos incentivos.

As informações apresentadas no Quadro 02, tem por objetivo apenas comparar a situação da Marborges Agroindústria S.A no início da criação do PNPB até o ano de 2011, cinco anos depois, as ausências de alguns dados não possibilitaram fazer uma análise mais aprofundada, mas confirmou que houve uma variação patrimonial positiva da Marborges Agroindústria S.A nesse período, embora a própria empresa não atribua esses efeitos positivos aos incentivos do PNPB. Os dados auferem, no entanto, que se faz necessário que estudos mais aprofundados sejam realizados para investigar essa questão.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa incidiu em verificar como os efeitos da expansão da dendecultura vem afetando o modo de vida em territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins, os resultados da pesquisa de campo em consonância com metodologia empregada e o referencial teórico utilizados apontaram que ao se expandir no Baixo Tocantins, no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu a dendecultura acarretou inúmeros efeitos, tanto efeitos positivos, quanto efeitos negativos.

Tal constatação atende ao que foi buscado como objetivo geral da pesquisa que consistiu em “demonstrar como a expansão da dendecultura vem afetando territórios de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins”, e nos objetivos específicos visou: a) demonstrar a presença da dendecultura em comunidades de povos tradicionais no Baixo Tocantins; b) estudar os efeitos que a expansão dessa monocultura do agronegócio do dendê causou nas comunidades; c) demonstrar como essas comunidades se organizam frente ao avanço dessa *commodity* em seu território; d) analisar se a expansão da dendecultura, caracteriza “*land grab*”.

A pesquisa identificou a presença de indústria produtora de dendê no referido Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, tal identificação é uma contraposição ao que preconiza a legislação pertinente aos povos quilombolas no Brasil, e no mundo, cujas terras, segundo a legislação nas quais vivem esses povos que se autoidentificam como povos e comunidades tradicionais, são designadas ao seu próprio uso e somente podem ser ocupadas por esses povos, e portanto não devem estar ocupadas por produção de dendê.

Dentre os efeitos verificados a priori estão substancialmente: a violação da legislação referente aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, cujas terras não podem ser ocupadas por empreendimentos capitalistas direcionados a obtenção de lucros. Outro efeito trata da sobreposição de terras, se são terras quilombolas, cuja titulação pertence a um grupo coletivo, representado por associações, não podem estar ocupadas consequentemente por empresas privadas.

Além disso, outros efeitos também foram percebidos, como a mudança na coloração da água do rio, que deixa de ser clara e cristalina, passando a ser em tom esverdeado e opaco em dias sem ocorrência de chuva, sendo que em dias de chuva assume uma cor avermelhada em tom barrento demorando para voltar ao normal que hoje é considerado normal. Ocorreu a seca de igarapés e diminuição do nível de água, trazendo

conjuntamente a redução do estoque pesqueiro. O despejo de veneno para contenção de pragas nos dendezais acarretou a contaminação dos igarapés e dos solos, sendo agente disseminador de doenças e de desaparecimento dos peixes, comprometendo a saúde e a alimentação dos quilombolas.

Agrega-se a esses efeitos o aparecimento de cobras e ratos, ameaçando a saúde dos quilombolas. A redução da floresta para plantações de dendê provocou o desaparecimento das caças. Surgiram também problemas cujas causas são desconhecidas e precisam ser investigados, como o apodrecimento das plantações de manivas, o que compromete a produção de farinha, alimento base para a vida dos quilombolas. O excesso de calor também faz parte dos efeitos relatados pelos quilombolas que surgiram após a entrada do dendê, o que além de alterar seu modo de vida compromete a saúde dos quilombolas.

Outros efeitos também foram percebidos, como a sensação de insegurança em função da presença de pessoas estranhas no território para exercerem atividades laborais nos projetos de dendê. Além de mudança no horário de trabalho em função do aumento do calor, sendo que agora o quilombola precisa ir mais cedo para a roça, para retornar mais cedo, já que o nível de calor é muito elevado, considerado além do suportável para um ser humano.

Quanto aos efeitos no modo de vida, foi percebido também a mudança nas relações de trabalho, pois o quilombola deixa os trabalhos nos moldes tradicionais que era realizado na sua própria terra e passa a atuar na empresa dendecultora em troca de um trabalho assalariado, perdendo seu modo de fazer quilombola. Acarretou também mudança de mentalidade principalmente dos jovens que não querem mais atuar no trabalho da roça por considera-lo “atrasado”⁷⁴, e exaustivo e com poucas oportunidades de crescimento pessoal. Confirmou no âmbito das literaturas utilizadas, que essas ações que modificam modos de vidas camponesas expressam estruturas burguesas para expansão de seus lucros (ALMEIDA, PAULINO, 2000).

No que tange a observação da forma como os quilombolas se organizam, foi possível perceber, um território em resistência aos avanços tanto dos empreendimentos dendecultores em contínua expansão no território, quanto a outros empreendimentos, sejam estes mineradores, energéticos, logísticos. As formas de resistência ocorrem mediante organizações de associações com reuniões contínuas, e busca pelo apoio de órgãos públicos que podem dar garantia a manutenção de seus direitos.

⁷⁴ Expressão proferida por um dos entrevistados na Comunidade de Nossa Senhora das Graças em março e abril de 2018.

Quanto a análise do significado da expansão da dendecultura, a priori é possível perceber que se trata de um evento proveniente de um modelo de desenvolvimento global conforme as diversas literaturas utilizadas para consubstanciar a análise, o qual permeia pela busca incessante de lucros dos grandes conglomerados industriais que se aliam sob diversas nuances com o capital agrário, o capital, industrial e capital financeiro (ALMEIDA, 2010; CHANG, 2004; KLEIN, 2008; SAUER, BORRAS JR, 2016; CARVALHO, 2013)

A Marborges Agroindústria S.A representa dessa forma, essas três dimensões, é uma empresa que atua no ramo do agronegócio, configurando capital agrário, é uma empresa que se constitui em uma indústria pois possui indústrias de refinamento dentro do dendezal, tem em seu componente capital financeiro pois é uma S.A e capta seus recursos no mercado de capitais, além disso, o seu produto tem cotação diária na bolsa de mercadorias e tem seu produto vendido no mercado de futuros.

Para que os objetivos de lucro de uma empresa dendecultora possam ser atingidos, e para que tal empresa possa se desenvolver, precisa de terras férteis para plantar, precisa de sol, de muita água, precisa de mão de obra barata para que seus custos sejam minimizados, carece de suporte financeiro para investir no processo produtivo, necessita de uma logística para fazer o escoamento de produção, caso ocorram impedimentos para seus interesses, por exemplo terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais, necessita de um suporte legal que quebre esses impedimentos. Todas essas necessidades foram implementadas pela política do PNPB, e a Amazônia foi o local escolhido para que essa política de desenvolvimento pautada na disseminação da ideia de crise (SAUER, BORRAS JR, 2016), e do o pânico em fosse instaurada e pudesse se difundir atendendo aos interesses dos seus idealizadores nacionais e internacionais (KEIN, 2008).

Diante da análise de dados e dos resultados da pesquisa é possível perceber que a Política de Estado do PNPB, se constituiu no agente indutor da expansão da dendecultura na Amazônia, no Baixo Tocantins e conseqüentemente no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, pois os mecanismos criados para dar suporte a essa Política do PNPB, possibilitaram que o empreendimento dendecultor presente no território, dobrasse seu processo produtivo, duplicando o seu Capital Social, e portanto expandindo seus lucros e conseqüentemente os lucros de seus acionistas.

Tal afirmação supracitada pode ser confirmada pelos dados apresentados na seção que aborda a territorialização da empresa Marborges Agroindústria S/A no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, dados estes que apresentam os resultados dos

lucros duplicados em um recorte temporal de cinco anos após o implemento da política do PNPB e o implemento da estrutura logística montada para dar base de sustentação e atender aos objetivos da política, entre eles, promover a expansão do biodiesel no Brasil, melhorar a balança comercial brasileira, além de adquirir o *status* de país com desenvolvimento de energia de mecanismo sustentável.

Para entender os efeitos da política do PNPB, designada pelo Governo Federal para a Amazônia, política esta assentada sob o discurso de desenvolvimento sustentável, ponto alto do cenário vigente no período da elaboração da referida política, foi necessário, entender, o que está por traz dessa política, que na verdade são os interesses dos organismos multilaterais que representam os interesses das nações hegemônicas e grandes multinacionais, que sob o discurso de “oportunidade de desenvolvimento para América Latina” (ALVES, 2014), implementaram um modelo de desenvolvimento na Amazônia que eles não utilizam para os seus países, e com o qual estão literalmente “chutando a escada”, modelo este que avança sob territórios de povos e comunidades tradicionais, dentre estes o Território de Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu em Moju, local onde ocorreu a pesquisa, o qual sofre profundamente e de maneira irreversível os efeitos das ações globais da “doutrina do choque” (CHANG, 2004, KLEIN, 2008).

O modelo de desenvolvimento que ocorreu no Território de Remanescentes Quilombos de Jambuaçu na verdade pressupõe o que Sweezy (1976), denominou de “um modelo de desenvolvimento do capital dominador” que se dá pela presença de monopólios, neste caso, o agronegócio dendecultor, o qual imputou sobre o território quilombola impactos ambientais, impactos sociais, levou a eclosão de conflitos, transformou e vem transformando seu modo de vida, ameaça à integridade da posse de suas terras, está transformando sua relação de trabalho com a terra, avança sobre seus recursos florestais, aquíferos, ameaça a biodiversidade, ameaça suas vidas e principalmente sua existência enquanto quilombola, pois ao tirar dos quilombolas os meios necessários para produzir o que necessita, ou seja, a terra, ameaça sua existência e sua territorialidade.

A contaminação da água por veneno proveniente das plantações de dendê, inviabiliza todo um modo de vida do quilombola, a água é essencial para beber, para produzir os alimentos diários, para a produção de farinha, para higiene pessoal, para o transporte, para a pesca e no caso dos quilombolas de Jambuaçu, para o lazer, pois aos domingos e feriados, a margem do igarapé é utilizada pelos quilombolas para encontro das famílias e para tomar banho.

A contaminação o solo, pelos agrotóxicos utilizados no controle de pragas e doenças que acometem as plantações de dendê, tornam o solo improdutivo à longo prazo, e ameaçam as plantações das diversas cultura produzidas pelos quilombolas e das plantações de maniva, o que põe suas vidas em risco, visto que, traz a ameaça à soberania alimentar. A redução do estoque pesqueiro e dos animais de caça também significa outra ameaça. A presença de animais peçonhentos atenta contra sua saúde, pois, dependendo da gravidade são obrigados a se dirigir para a cidade mais próximas, o que nem sempre é possível pelas dificuldades de transporte e condições precárias das pontes e estradas, o que dependendo do tipo de ataque, por exemplo, cobra venenosa, poderá significar risco de morte.

A ausência de segurança pública, trazida com a presença de estranhos ao território, carência de infraestrutura, com relação a construção, reforma e melhoria das condições das estradas que cortam o território, falta de investimento em escolas, falta de melhoria da assistência à saúde, carência de iluminação pública, falta de investimento em infraestrutura para geração de renda e da qualidade de vida dos quilombolas são problemas que poderiam ser sanados pela gestão pública do Município de Moju, tais ações deveriam ocorrer em consonância com as organizações que atuam dentro do território e o que possibilitaria melhoria na qualidade de vida dos quilombolas de Jambuaçu e um bem estar social para toso, fator este que no presente momento não ocorre.

A avanço da dendecultura no hemisfério sul e na América Latina, buscou seu respaldo no “capitalismo do desastre” (KLEIN, 2008), o qual foi reverberado pela mídia global sob a ameaça de crise, crise ambiental, crise energética, crise financeira e crise alimentar, o que gerou a permissibilidade dos governos dos países ricos em recursos naturais para que os países ricos em capitais, avançassem sobre suas terras, seja, através da compra de ações de empresas do agronegócio no mercado financeiro, seja através da compra direta dessas terras, ou mesmo sob coerção. Esse cenário global trouxe uma nova configuração do “capitalismo do desastre”, ou seja, a “era das crises”, exigindo ações efetivas dos governos, o que no caso do Brasil, possibilitou a criação da política do PNPB, e conseqüentemente a expansão da dendecultura no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu.

Como o processo de produção do dendezeiro requer áreas ricas em água e solos férteis próprios para a agricultura, a presença de um empreendimento dendecultor em expansão no Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu configura claramente a presença do “*land grab*” nesse lócus, pois avança e se apropria tanto das terras agricultáveis, como dos recursos naturais disponíveis, para atender as reconfiguração

do mercado de terras, comprometendo a reprodução e ameaçando a possibilidade de existência desses povos e comunidades tradicionais.

Além disso, esse avanço, conecta o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu diretamente ao contexto global, trazendo uma dinâmica de vivência distinta dos moldes quilombola, posto que, a empresa Marborges Agroindústria S/A por se constituir em uma sociedade anônima vincula-se a Lei das S.A. (Lei nº 6040 de 15 de dezembro de 1976), e está diretamente ligada ao mercado financeiro global, além disso, o produto do dendezeiro é uma *commodity*, cujo preço é definido pela bolsa de mercadorias de Rotterdam, isso imprime ao quilombola uma interação distinta da qual ele está inserido, mesmo que involuntariamente, trata-se portanto do avanço do capital sobre novas fronteiras, neste caso, terras de povos e comunidades tradicionais no Baixo Tocantins.

Através da luta conjunta de seu povo, o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu trouxe como benefício, a Casa Familiar Rural, o Posto Médico, escolas, e conjuntamente tem conseguido barrar empreendimentos, sejam estes de caráter público, ou privado, que configuram o avanço do capital sobre sua territorialidade. Atualmente o povo quilombola de Jambuaçu luta contra a construção da FEPASA, mais conhecida como a Ferrovia Paraense, que ameaça passar sobre as terras do território e cuja magnitude trará efeitos sem dimensões para suas vidas, cujos efeitos não estão expressos claramente no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da rodovia, tal fato, tem gerado intensas lutas entre o Governos do Estado, o ente executor da referida obra e os quilombolas, posto que, caso seja implantada, poderá fazer desaparecer comunidades como a Comunidade de Poacê, já que entrecortará essa comunidade.

A conclusão desta pesquisa infere que a “expansão da dendeicultura no Baixo Tocantins, que trouxe no seu cerne inúmeros efeitos e conseqüentemente ameaça o modo de vida de povos e comunidades tradicionais, mais precisamente o Território de Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, resulta do modelo de desenvolvimento instituído pelos países do G8 aos países do hemisfério sul, e atende a “necessidades do capitalismo atual da posse de terras”, o qual é denominado de “*land grab*” (SASSEN, 2013, p. 270).

REFERÊNCIAS

ALISKE, Marcelo Adriano. **Medidas de espectroscopia no infravermelho médio para a determinação do teor de biodiesel em óleo diesel**. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Engenharia e Ciência dos Materiais. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciência dos Materiais (PIPE). Setor de Tecnologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

_____. **Amazônia e mobilização política dos camponeses no Maranhão: processo de territorialização e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. In.: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Publicação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. V. 6, nº 1, (2004). Disponível em: rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102/86. [Acesso em: 17/03/2018]. [online]

_____. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Catálogo. Livros, Fascículo. Manaus. PNCSA/UEA. 2013, pp.157-173.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, JP. **Biodiesel o “Óleo Filosofal”**: desafios para a educação ambiental no caldeirão do “desenvolvimento sustentável” [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 56p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. [Acesso em 13/03/2018]. [online]

ALMEIDA, Paulo Roberto. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e orçamento governamental**. Coletânea. Volume 1. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULÍNO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. In: **Geografia**, Londrina, v, 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez., 2000.

ALVES, Nuno Miguel Coelho. **A América do Sul na expansão global do “land grab”**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Lisboa, 2014.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento local. In: **Dicionário internacional da outra economia**. CATANNI, Antonio David; LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (org.). Edições Almedina. São Paulo, 2009.

AMIN, Mário Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 107, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5993>. [Acesso em: 18/12/2018]. [online]

ARAGÓN. Luis E.. Desenvolvimento amazônico em questão. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, setembro 2015: 5-16.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleciene dos Anjos; BELLATO Roseney; LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. In: **Rev. Bras. Pesq. Saúde**. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, Vitória, 15(3): 53-61, jul-set, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/6326/4660>. [Acesso em: 18/12/2018]. [online]

BACKHOUSE, Maria. A desapropriação sustentável da Amazônia. In: **O caso de investimentos em dendê no Pará**. Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **O uso agrícola do território e a integração da Agricultura familiar no agronegócio do biodiesel de dendê-Baixo Tocantins (PA)**. Tese de Doutorado do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 2016.

BARÉ, Jean-François. A antropologia e as políticas de desenvolvimento: algumas orientações. In: **Antropolítica**. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Nº. 1 (2. sem. 95). Niterói: Ed UFF, 1995.

BARTRA, Armando. Economia política do campesinato. In: **Coletânea de textos da ENFF nº 21**. São Paulo, abril 2015.

BOECHAT, Cássio Arruda; Fábio Teixeira Pitta; Carlos de Almeida Toledo. *Land grabbing* e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense (eletrônico). Vol.19, nº 40, 2017: mai/ago. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1016>. [Acesso em 24/08/2018]. [online]

BORGES, Adriana de Jesus; COLLICCHIO, Erich; CAMPOS, Gustavo Azevedo. **A cultura da palma de óleo (Elaeis guineenses Jacq.) no Brasil e no mundo**: aspectos agrônômicos e tecnológicos - uma revisão. Resumo de dissertação de mestrado em Agroenergia, apresentada em 14.04.2015, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil. Artigo recebido em 24.08.2015 e aceito em 01/03/2016.

BORGES, Fonseca, Haydeé. **Quilombolas de Jambuaçu**: seus saberes e educação como fator de politização e identidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

BORRAS JR, Saturnino M; KAY, Cristóbal; GÓMEZ; Sergio; WILKINSON, John n. El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia. In.: **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios** n° 38 - 1er semestre de 2013. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/11/BORRAS-et-al-Acaparamiento-de-tierras-y-acumulaci00F3n-capitalista-2013.pdf>. [Acesso em: 30/11/2018]. [online]

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos**. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa).

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)**. Disponível em: www.ibge.gov.br. [Acesso em: 17/03/2018]. [online]

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)**. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br/tabela/106>. [Acesso em: 27/04/2018]. [online]

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. SUBSECRETARIA DE BIBLIOTECA. Direito agrário e reforma agrária: bibliografia. Brasília: **Senado Federal. Subsecretaria de Biblioteca**, 1997. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/531476>. [Acesso em 15/07/2018]. [online]

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 10. Brasília: Ipea, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO REFORMA AGRÁRIA. **Livro Branco da Grilagem de Terras**. 1999. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>. [Acesso em: 03/03/2018]. [online]

BRASIL. **Plano de Inovação do Brasil Maior: Inovar para competir**. 2011/2014. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Plano%20Brasil%20Maior%20-%20FINAL.pdf>. [Acesso em: 29/11/2017]. [online]

BRAZ, Rodrigo Garcia Vieira. **Reestruturação capitalista, firmas multinacionais de consultoria e telecomunicações: a privatização do Sistema Telebrás na lógica da mundialização do capital**. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17248/3/2014_RodrigoGarciaVieiraBraz.pdf. [Acesso em: 29/11/2017]. [online]

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para Curso de Desenvolvimento Econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf> . [Acesso em: 21/11/2018]. [online]

BRITO, Daguinete Maria Chaves; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito; FARIAS, Rosana Torrinha Silva de; BRITO, Daímio Chaves; DIAS, Gabriel Augusto de Castro. **Conflitos socioambientais no século XXI**. Disponível: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/371/n4Daguinete.pdf>. [Acesso em: 13/07/2018]. [online]

BRITO, Gisele Ferreira de; CHOI, Vania Picanço; ALMEIDA, Andreia de (org.). **Manual ABNT: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos**. 4ª edição Revisada e Ampliada, FEAP Biblioteca Paulo Ernesto Tolle São Paulo 2014.

BUARQUE, Sergio C.. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS). In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 36, Dossiê, pp. 133-158, 2017.

CAÑAS, Ana Roberta Pessoa Aguilar. **Conflitos Silenciosos: A Pesca Amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM, 2012. Disponível em: <http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2012/Ana%20Roberta.pdf>. [Acesso em: 11/12/2018]. [online]

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. In: **Revista Nera**, ano 7, n. 5, agosto/dezembro de 2004. Versão revista, ampliada e atualizada de “Agronegócio: exclusão pela produtividade”, publicado em Mutirão por um Novo Brasil. Temas em debate, 4ª Semana Social Brasileira (2004-2006), CNBB, 2004.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a Socioantropologia do desenvolvimento. In: **Sociologia & Antropologia**, v.02.04: 129-158, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v2n4/2238-3875-sant-02-04-0129.pdf>. [Acesso em: 11/12/2018]. [online]

CARNUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. In: **www.jmphc.com. J Manag Prim Health Care 2014**; 5(1):62-70. Data da Submissão: 08/03/2014. Data do Aceite: 08/03/2014. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/10/4-CARNUT-Leonardo-FAQUIM-Juliana.pdf>. [Acesso em: 12/12/2018]. [online]

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento na Amazônia Paraense**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2012

CARVALHO, David Ferreira. **Globalização Financeira e Amazônia nos Anos 90: ensaios selecionados sobre a globalização financeira da economia brasileira e Amazônia.** Centro Socioeconômico (CSE), UFPA, Belém, 2006.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. In: **Boletim DATALUTA**, Artigo do mês: dezembro de 2013, ISSN 2177 4463.

_____. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, edição especial, p. 61-68, jun. 2013.

_____. Camponeses e a necessária busca do tempo perdido. Boletim. In: **DATALUTA n. 100**. Artigo do mês: abril de 2016. ISSN 2177-4463. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/4artigodomes_2016.pdf. [Acesso em: 28/11/2018]. [online]

_____. De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária. In: **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Artigo do mês: março de 2009. ISSN 2177-4463. Disponível em www.fct.unesp.br/nera. [Acesso em: 30/11/2018]. [online]

CASTRO, Brenda T. Cardoso de. PRADO JÚNIOR, Caio. História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. In: **Novos Cadernos NAEA**. v. 21 n. 1. p. 303-312. jan-jun 2018. Resenha. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5774>. [Acesso em: 15/12/2018]. [online]

CATANNI, Antonio David; LAVILLE, Jean Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Edições Almedina. São Paulo, 2009.

CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO, Adalberto. **O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007. Disponível em: https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/estado_da_amazonia/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao.pdf. [Acesso em: 16/12/2018]. [online]

CÉSAR, Aldara da Silva; BATALHA, Mário Otávio. O Biodiesel in Brazil: history and relevant policies. In.: **Journal of Agricultural Research**, v.5, p.1147-1153. 2010. Disponível em: <http://bv.fapesp.br/pt/publicacao/33006/biodiesel-in-brazil-history-and-relevant-policies/>. [Acesso: em 17/07/2017]. [online]

CHANG, Ha Joon. **Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, Man Yu. **Seqüestro florestal do carbono no Brasil: dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas**. Curitiba, 2004, Tese de Doutorado em Meio Ambiente.

Disponível: www.doutmeio.ufpr.br/teses/Chang%20Man%20Yu.pdf. [Acesso em: 30/08/2018]. [online]

COELHO, Pedro Mota Pinto. **Fronteiras na Amazônia**: um espaço integrado. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Instituto de Pesquisa das relações Internacionais (IPRI), Brasília, 1992.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Mercado Futuro**. Disponível em: Acesso em: 25/12/2017. http://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/derivativos/mercado_futuro.html. [Acesso em: 16/12/2018]. [online]

CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (org.). **Celso Furtado**: os desafios do desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

COSTA NETO, Canrobert. **Marx a Agroecologia**: a transição sociotécnica na reforma agrária brasileira. Revisão equipe Editora Cia do Book, Timburi, São Paulo, 2018.

COSTA, Wagner Cabral da. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil: uma interpretação. In: **Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)**. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3688/1692>. [Acesso em: 16/12/2018]. [online]

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Campesinato brasileiro**: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional. Disponível: http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_rural/campesinato_brasileiro_origens.pdf. [Acesso em: 24/11/2018]. [online].

DAVID, Harvey. **O novo imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 2004, pp. 115 ss 3. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/352638853/David-Harvey-O-novo-imperialismo-pdf>. [Acesso em: 30/11/2019]. [online]

DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek; LINDSAY, Jonathan; NORTON, Andrew; SELOD, Harris; STICKLER, Mercedes. **Rising Global Interest in Farmland**: Cant it yield sustainable and equitable benefits? The World Bank. Washington, D.C, 2011. Disponível em: www.worldbank.org. [Acesso em: 13/07/2018]. [online]

DIEZ, María Carolina. Campesinado: definiciones analíticas y contextos históricos. In: **Estudios Rurales**, N°4, Primer semestre 2013. Ensayo recibido el 11/12/2012. Publicado el 20/9/2013. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/estudios-rurales/article/view/1882>. [Acesso em: 21/11/2018]. [online]

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, C011cz, 2001. (Coleção Questões Nossa Época: v. 92).

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan. /jun. 2011. Editora UFPR. Disponível em: [filehttps://revistas.ufpr.br/made/article/view/19246](https://revistas.ufpr.br/made/article/view/19246). [Acesso em: 07/12/2018]. [online]

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Os contrastes da mundialização**: A economia como instrumento de poder em um sistema internacional excludente. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. Disponível em: http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/teses/ferreira_mestrado_contrastesmundi.pdf. [Acesso em: 23/07/2018]. [online]

Construção de cartas imagem: uma proposta didática. In: **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/6657/6005>. [Acesso em: 20/01/2019]. [online]

FERREIRA, Vanilda Araújo. **As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.

FEROLDI, Michael; CREMONEZ, Paulo André; ESTEVAM, Andressa. Dendê: do cultivo da palma à produção de biodiesel. Revista Monografias Ambientais (REMOA) v.13, n.5, dez. 2014, p.3800-3808. In: **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas**. UFSM, Santa Maria.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação de impactos de mudanças climáticas sobre a economia mineira**: relatório resumo. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/Relatorio_Resumo_FEAM_para_publicacao-online-final.pdf. [Acesso em: 23/07/2018]. [online]

FUKUDA-PARR, Sakiko. **Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos**: o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano. 2002. Disponível em: <http://sergiorosendo.pbworks.com/f/Fukuda-Parr+2002+Sen.pdf>. [Acesso em: 07/12/2018]. [online]

FURLAN JÚNIOR, José...[et al.]. **Biodiesel**: Porque tem que ser dendê. EMBRAPA, 1 ed. Belém, PA, 2006.

FURLAN JÚNIOR, José. **Dendê**: Manejo e Uso dos Subprodutos e dos Resíduos. Embrapa Amazônia Oriental (Documentos 246), Belém, PA, dezembro de 2006.

FURLAN JÚNIOR, José; MÜLLER, Antonio Agostinho. **Agricultura familiar e a Agricultura Familiar e a Dendeicultura na Amazônia**. Belém: EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Comunicado Técnico 107. 1ª edição, 2004.

GAZIER, Bernard. **A crise e 1929**. ROSA, Júlia (tradução). Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. Disponível em: <https://markuscoutinho.com/wp-content/uploads/2016/02/A-Crise-De-1929-Bernard-Gazier.pdf>. [Acesso em: 15/02/2018]. [online]

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento Orçamento Governamental**. Coletânea Vol. 1, Brasília, ENAP, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio; FABIO; VILLELA, André, CASTRO, Vinia Barros de; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea** [recurso digital]. CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3691661/mod_resource/content/1/Giambiagi%20-%20Cap%202%20-%20De%20JK%20%20C3%A0%20Crise%20N%20%20C3%A3o%20Resolvida.pdf. [Acesso em: 15/12/2018]. [online]

GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP, 2009. v.1. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Hist%C3%B3ria%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasil%20-%20Diversidade%20do%20Campesinato%20-%20v.%201.pdf>. [Acesso em: 29/11/2018]. [online]

GOLDEMBERG, José; LUCON; Oswaldo. **Energias renováveis**: um futuro sustentável. REVISTA USP, São Paulo, n.72, p. 6-15, dezembro/fevereiro 2006-20078.

GRAIN. **Seized**: the 2008 Land Grab for Food and Financial Security, 2008. Disponível: <[http:// www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-andfinancial-security](http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-andfinancial-security)>. [Acesso: 30/08/2018]. [online]

GRAIN. **The great food robbery** - How corporations control food, grab land and destroy the climate. Art & Layout. Girona, Barcelona, 2011. Disponível em: www.grain.org. [Acesso em:15/08/2018]. [online]

GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários Prospectivos**: Como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 35-98.

_____. Concepções de território: para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007. pp 43-71.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S., **Território e territorialidades**: teoria, processos e conflitos. SP: Expressão Popular, 2009, pp. 95-120.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.cap.4.p.93-137.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama...[et al.]. “Bases para uma Política de Desenvolvimento da Cultura do Dendezeiro na Amazônia”. In: Viegas, I., Muller, A. (eds). In: **A Cultura do Dendezeiro na Amazônia Brasileira**, 1 ed., cap. 1. Belém, Pará, 2000.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama...[et al.]. Integração Grande Empresa e Pequenos Produtores de Dendezeiro: o Caso da Comunidade de Arauaí, Município de Moju, Pará. In: **Boletim de pesquisa e desenvolvimento**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FURLAN JÚNIOR, José. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia. In: **Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. p. 193-207.

JOSIMO, Padre. Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir. In.: **Instituto Cultural Padre Josimo**, 1º Edição, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://padrejosimo.com.br/site/noticias/frei-sergio-lanca-livro-trincheiras-da-resistencia-camponesa/>. [Acesso em: 18/07/2018]. [online]

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução IPEROIG, C.. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/315539474/Questao-Agraria-Kautsky>. [Acesso em: 16/11/08]. [online]

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/klein-naomi-a-doutrina-do-choque.pdf>. [Acesso em 20/11/2018]. [online]

LAKATUS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2003.

LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar: Comparação Internacional - I Uma realidade multiforme**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/621483/mod_resource/content/3/Lamarche%20introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf. [Acesso em: 03/12/2018]. [online]

LECHAT, Noelle M. P. Economia Moral. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina, Brasil, 2009.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira; CRUZ, Franco Farias da; REIS JUNIOR, Leandro Passarinho; SAMPAIO, Válber; CRUZ, Amanda Pereira de Carvalho; CÔRREA, Michelle Ribeiro. Biopolítica, gênero e organismos internacionais: mercado dos direitos das mulheres. In: **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 203-210, set.-dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0203.pdf>. [Acesso em: 03/11/2018]. [online]

LENIN, Vladimir Iltich (1870-1924). **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda (apres.). Campinas, São Paulo: FE/UNICAMP,

2011. Disponível em: <https://ujf.org.br/formacao/o-imperialismo-etapa-superior-do-capitalismo/?download>. [Acesso em: 05/12/2018]. [online]

LOPES, Juarez Rubens Brandão. LOPES, JRB. Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. In: **Aspectos do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 11-22. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/df6bv/pdf/lopes-9788599662823-02.pdf>. [Acesso em: 12/12/2018]. [online].

LUCENA FILHO, Humberto Lima de. **As teorias do conflito: contribuições doutrinárias para uma solução pacífica dos litígios e promoção da cultura da consensualidade**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0ff8033cf9437c21>. s/d. [Acesso em: 26/12/2018]. [online]

MACIEL, Alanne Barbosa. **Agricultura familiar no contexto da Agroenergia do dendê no Nordeste Paraense**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPGDRGEA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Campus Castanhal, 2016. 167f.

MARQUES, Guilherme Ramon Garcia. Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de Amartya Sen. In: **Revista Urugatá: acadêmica multidisciplinar**. DCS/UEM. nº 22, set/out/dezembro de 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/11500/6316>. [Acesso em: 07/12/2018]. [online]

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do uso do Conceito de Camponês. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008. Disponível em: http://www.unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_rural/campesinato_brasileiro_origens.pdf. [Acesso em: 30/11/2018]. [online]

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. SINGER, Paul (coord. e rev.). BARBOSA, Regis, KOTHE, Flávio R. (trad.). Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 2, Capítulos XIII a XXV. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, SP, 1985.

MARTINELLO, André Souza. Campesinato, abordagem das capacitações e o pensamento de Amartya Sen: da crítica ao marxismo ao novo paradigma do desenvolvimento. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 36: 29–42, maio, 2011. Publicado por Associação dos Geógrafos Brasileiros. Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRG. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37384/24137>. [Acesso em: 19/11/2018]. [online]

MATOS, Vitor Alberto. Índice de Desenvolvimento Humano Planalto de Araxá e Municípios 1991 – 2000. In: **Informativo Ano I**, nº II, abril 2007, Araxá, MG. Disponível em: <http://www.uniaraxa.edu.br/assets/pdf/2007/ni-200704-01.pdf>. [Acesso em: 08/12/2018]. [online]

MATTEI, Lauro. **Desenvolvimento Brasileiro no Início do Século XXI: Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Destruição Ambiental**. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/lauro_mattei.pdf. [Acesso em: 15/11/2018]. [online]

MENZEI, Ulrich. A transição da economia moderna para a pós-moderna e suas conseqüências nas questões sociais e na política de emprego nos países industrializados e nos países em desenvolvimento. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre (17), 1996. Disponível: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1835/2204>. [Acesso em: 23/11/2017]. [online]

MINAS GERAIS. COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS). MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: MPG, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/cartilha-povos-tradicionais.pdf>. [Acesso em: 09/11/2017]. [online]

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: conceitos e princípios. In: **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, a. 1, p. 131-142, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263%3E.%20Acesso%20em:%2002/08/2011>. [Acesso em:08/12/2018]. [online]

MÜLLER, Antonio Agostinho; FURLAN JÚNIOR, José; CELESTINO FILHO, Pedro. **A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. In: **Coleção Desenvolvimento Social 3**. EDUCAT, Pelotas, 2012.

NEDER, Ricardo Toledo (por). Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. SACHS, Ignacy. In: **RAE Resenhas**, v. 34, nº 3, mar./abr., 1994. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993. Resenha. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n2/a11v34n2.pdf>. [Acesso em: 07/12/2018]. [online]

NAHUM, João Santos; SANTOS Cleison Bastos dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. In.: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.63-80.

NEVES, Delma Pessanha. "Diferenciação sócio-econômica do campesinato". In.: **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1985. ANPOCS, Cortez Editora, 1985: 220-241. <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/DelmaPessanha.pdf>. [Acesso em 30/11/2018]. [online]

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W.. (orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Coordenado pelo SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França. In: “**Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**”. Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. **Territórios subordinados**: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente, SP, 2017.

OLIVEIRA, Celso Lucas Fernandes. A construção histórica do agronegócio e a questão agrária. In: **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 20 – 35, Jul/dez. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 169**: sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra, em 27 de junho de 1989. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. [Acesso em: 29/11/2017]. [online]

PARÁ. INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (ITERPA). **Terras Quilombolas**. Disponível em: www.iterpa.pa.gov.br. [Acesso em: 17/03/2018]. [online]

PARÁ. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará**. Plano de trabalho: Palma de Óleo. Rev. 2016, Belém. Disponível em: <http://para2030.com.br/>. [Acesso em: 18/12/2018]. [online]

PARÁ. Palma de óleo. In: **Plano de trabalho**: Palma de Óleo. Rev. 2016, Belém. Disponível em: <http://para2030.com.br/oportunidades/palma-de-oleo/r/>. [Acesso em: 27/12/2018]. [online]

PAULÍNO, Eliane Tomiasi. Modernização da agricultura e recriação do campesinato: um aparente paradoxo. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228810919_modernizacao_da_agricultura_e_recriacao_do_campesinato_um_aparente_paradoxo/download. [Acesso em: 21/11/2018]. [online]

PEREIRA, Lorena Izá. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. In: **EI - estudos internacionais**. Belo Horizonte, v.5 n.2 (2017), p. 34 - 56.

_____. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, nº.40 pp. 88-110 Set-Dez/2017.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Editora Intrínseca Ltda. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<http://lelivros.love/book/baixar-livro-o-capital-no-seculo-xxi-thomas-piketty-em-pdf-epub-e-mobi/>. [Último acesso em: 04/12/2018]. [online]

PINHO, D. M. M.; SUAREZ, P. A. Z. Do Óleo de Amendoim ao Biodiesel - Histórico e Política Brasileira para o Uso Energético de Óleos e Gorduras. In: **Rev. Virtual Quim.** |Vol 9, nº. 1, janeiro-fevereiro, 2017. Recebido em 8 de novembro de 2016. Aceito para publicação em 18 de novembro de 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais.2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000169&pid=S01040618201200010000500043&lng=pt. [Acesso em: 30/11/2018]. [online]

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** AS-PTA, Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em: <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Jan%20Douwe%20Van%20der%20Ploeg%20-%20Sete%20teses%20sobre%20a%20agricultura%20camponesa.pdf>. [Acesso em: 28/11/2018]. [online]

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Sob o império da grilagem: os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). In: **Terra Brasilis** (Nova Série), 8, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Dossiê “5º Congresso Brasileiro de Geografia, 100 anos, 2017.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Trajectos. Título Original francês. Manuel de recherche em sciences socialis. MENDES, Maria Amália; MARQUES, João Minhoto (trad.). 4ª ed. Gradiva: Lisboa, 2005.

RACHED, Gabriel. **As políticas de desenvolvimento do banco mundial no contexto das transformações internacionais.** Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/152/129>. [Acesso em: 28/11/2018]. [online]

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática. 1993 [1980]. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/bibliografia%20disciplinas%20pos-graduacao/claude%20reffestin/raffestin,%20claude%20-%20por%20uma%20geografia%20do%20poder\(3\).PDF](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/bibliografia%20disciplinas%20pos-graduacao/claude%20reffestin/raffestin,%20claude%20-%20por%20uma%20geografia%20do%20poder(3).PDF). Acesso em: 21/07/2018. [online]

RAMOS, Marina Courrol. O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região. In: **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito.** UFRGS. Volume IX, n. 1, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/45010>. [Acesso em: 28/11/2018]. [online]

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, GRAIN, INTER PARES, AND SOLIDARITY SWEDEN LATIN AMERICA. **Foreign pension funds and land grabbing in Brazil**. 16, November 2015. Disponível: <<https://www.grain.org/article/entries/5336-foreign-pension-funds-and-land-grabbing-inbrazil>>. [Acesso: 30/08/2018]. [online]

REPORTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira**: uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2010.pdf>>. [Acesso em 30/04/2017]. [online]

RESENDE, Lúcia. **Chibé**: Prato básico da culinária Amazônica. In: *Gastronomia Receitas*. Disponível em: <https://www.xapuri.info/gastronomia/chibe-culinaria-amazonica/> [Acesso em 02/12/2018]. [online]

RIBEIRO, Mílvia da Silva; NAHUM, João Santos. Uma razão, duas visões: dendeicultura e campesinato no município de Baião (PA). **Boletim Amazônico de Geografia** (ISSN: 2358-7040 - online), Belém, v. 01, n. 02, p. 202-217, jul./dez. 2014. DOI: 10.17552/2358-7040/bag.v1n2p202-217. [Acesso em 30/04/2017]. [online]

ROCHA, Marco Antonio Martins da. **Grupos Econômicos e Capital Financeiro**: Uma História Recente do Grande Capital Brasileiro. Tese de doutorado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____. Desenvolvimento nacional, estrutura e superestrutura na obra de Caio Prado Júnior. In: **OIKOS**. Rio de Janeiro: Volume 8, n. 2 • 2009. pgs 263-278. Disponível em: <http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/175/118>.. [Acesso em 11/12/2018]. [online]

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos In: **O Estudo da Política**: Tópicos Selecionados. ed. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em: http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMaria_Gracas_Rua.htm. [Acesso em 19/08/2015]. [online]

SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do eco desenvolvimento. In.: **Alcançando a sustentabilidade?** Em busca da Sustentabilidade, Sustentabilidade Cultura. 5 de julho de 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128119/Sachs%20Ignacy%20dimensoes%20DS.pdf?sequence=27>. [Acesso em: 08/12/2018]. [online]

SACRAMENTO, Elias Diniz. **As almas da terra**: a violência no campo paraense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

_____. **A luta pela terra numa parte da Amazônia**: o trágico 7 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos. Belém: Açai, 2009.

SAMPAIO, Irã Carvalho. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA)**: efeitos da agricultura por contrato na produção e no

trabalho familiar. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinicius (Org.). **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013. 246 p.

SANDRONI, Paulo. (org. e sup.). **Novíssimo dicionário de Economia**. Editora Best Seller: São Paulo, SP, 1999.

SANTOS, Cleison Bastos dos. **Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense: uma análise do município de Moju**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2015.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1486375>. [Acesso em 16/12/2018]. [online]

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. **Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social**. Paris: Karthala, 1995. p. 173-185.

SASSEN, Saskia. Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory, Globalizations. 2013: 10:1, 25-46. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760927>. [Acesso em 11/06/2018]. [online]

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: “*land grabbing*” ou oportunidade de negócios no Brasil. Universidades de Brasília. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol.4, nº 1/ 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/3446>. [Acesso em 13/07/2018]. [online]

SAUER, Sérgio; BORRAS JUNIOR, Saturnino (Jun). ‘*Land grabbing*’ e ‘*Green grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. In: **Campo Território: Revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 6-42, jun. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>. [Acesso em 03/03/2018]. [online]

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.3**. Brasília July/Sept. 2012. Disponível em: [bhttp://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf). [Acesso em 12/02/2018]. [online]

SEN, Amartya. **Desarrollo y libertad**. Ed. Planeta S.A Córsega, Barcelona, España, 1999.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In.: **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 8, n. 7 pp. 1-21 jul./dez. 2005. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1456-4239-1-PB.PDF. [Acesso em: 18/11/2018]. [online]

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. **Os economistas**. Editora Nova Cultural Ltda, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176457/mod_resource/content/1/Os%20Economistas%20-%20Joseph%20Alois%20Schumpeter%20-%20Teoria%20Do%20Desenvolvimento%20Economico.pdf. [Acesso em: 04/09/2018]. [online]

SILVA, Adival do Carmo. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. ICE, Cuiabá, 2013. Disponível: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/27b4d512efbac7d37520bc37aa78cac1.pdf>. [Acesso em 26/04/2018]. [online]

SILVA, Elielson Pereira da. **Desenvolvimento local e óleo de palma na Amazônia: interfaces entre o global e o local**. IV Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade “Novos Caminhos para a gestão organizacional”, 21 e 22 de novembro de 2013.

_____. **Agroestratégias e monocultura de dendê: a transferência silenciosa das terras da Reforma Agrária para o grande capital na Amazônia Paraense**. Dissertação apresentada ao Núcleo de Meio Ambiente da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2015.

SILVA, Elielson Pereira da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FARIAS, André Luís Assunção de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 165-195, jun., 2016.

SILVA, Orlando Cristiano da. **Análise do aproveitamento econômico e energético do óleo de palma na Guiné-Bissau na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Dissertação apresentada ao Programa de Interunidade de Pós-graduação em Energia (Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração/ Instituto de Física), São Paulo, 1997

SILVA, Thais Sousa. O agronegócio na Amazônia paraense: dendecultura e “questão social”. In: **Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: “1917-2017, Um Século de Reforma e Revolução”**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 22 a 25 de agosto de 2017.

SILVA, Valter Israel da. **Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir**. Instituto Cultural Padre Josimo, Candiota, RS. Disponível em:

http://www.landaction.org/IMG/pdf/livro_classe_camponesa_1_.pdf. [Acesso em: 27/12/2018]. [online]

SIMAS, Julyana Pereira; PENTEADO, Claudio Luis Camargo. **Potencialidades do Dendê para Produção de Biodiesel, na Região Amazônica**. VI Encontro Nacional da ANPPAS 18 a 21 de setembro de 2012 Belém, PA, Brasil.

SIMÕES, Aquiles; DIAS, Sara Correa. **Como os camponeses participam na construção do território da ação pública?** Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT /MEC/SESu, (s./d.).

SINGER, Paul. **Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo**. In: São Paulo em Perspectiva, 12(2) 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000120&pid=S0102-8839200000020001000017&lng=pt. [Acesso em: 21/11/2018]. [online]

SPADOTTO, Bruno Rezende; SAWELJEW, Yuri Martenauer; FREDERICO, Samuel; PITTA, Fábio Teixeira. Financial capital, land grabbing, and multiscale strategies of corporations specializing in the land market in the Matopiba region (Brazil). In.: **The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies [New Extractivism, Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates]**. Conference Paper no. 22. 13-16 October 2017 Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration (RANEPA) Moscow, Russia. Disponível em: <https://www.iss.nl/sites/corporate/files/201711/BICAS%20CP%20522%20Spadotto%20et%20al.pdf>. [Acesso em: 21/04/2018]. [online]

SOUZA, Armando Lírio de. **Trabalho e desenvolvimento na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do Baixo Tocantins (PA)**. Tese de doutorado em Economia da Universidade Rural do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

SPAMER, H.; SILVA, A., T. R. da. Territorialidade e identidade pomerana no processo de criação e regulamentação do Monumento Natural dos Pontões Capixabas e Pancas/ES. In: **R. Tecnol. Soc.** V. 14, Nº. 31, p. 125-139, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/viewFile/5039/5106> Acesso em: 12/011/2018. [online]

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1ª. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. Disponível em: <https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. [Acesso em: 22/12/2018]. [online]

SWEEZY, Paul W. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Título original: The Theory of Capitalist Development Principles of Marxian Political Economy. Traduzido da quarta edição,

publicada em 1956 pela Monthl y Reveew Press, Nova York, E. U. A. 4ª edição: ZAHAR Editores, Rio, 1976.

TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do cisne negro**: o impacto do altamente improvável. Título original: The Black Swan. Tradução Marcelo Schild. Revisão técnica Mário Pina. 9ª ed., Best Business: Rio de Janeiro, 2015.

THE NATURE CONSERVANCY (TNC). **Caminhos do desenvolvimento verde na Agenda do Pará 2030**. Desenvolvimento de Cenários de Uso da Terra e Custos de Implantação. Disponível em: <https://www.nature.org/media/brasil/caminhos-des-verde-para-2030.pdf>. [Acesso em: 22/12/2018]. [online]

THUM, Carmo. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de Visibilidade. In: **Rev. Eletrônica Mestre. Educ. Ambiental**. E-ISSN 1517-1256, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 162-179, junho, 2017 Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6899/4547>. Acesso: [30/08/2018]. [online]

THURY, João Paulo Carneiro. **Tensões territoriais na Amazônia paraense**: o povo indígena Tembé-Turé-Mariquita no município de Tomé-Açu Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, 2017.

TRENNEPOHL, Vera Lúcia (org.). **Formação e desenvolvimento da sociedade Brasileira**. Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Ijuí, RS, 2014.

TOGNETTI, Marilza Aparecida Rodrigues. **Metodologia da pesquisa científica**. Ed: Serviço de Biblioteca e Informação, Instituto de Física de São Carlos – USP, São Carlos, 2006. Disponível em: https://bdpi.usp.br/single.php?_id=001572788. [Acesso: 30/08/2018]. [online].

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. FOREIGN AGRICULTURAL SERVICE (USDA). **Oilseeds**: World Market and trade, junho de 2018. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf>. [Acesso: 30/08/2018]. [online].

VEIGA, A., FURLAN Jr., J., KALTNER, F. **Políticas públicas na agroindústria do dendê na visão do produtor**. EMBRAPA (documentos 222), Belém, PA, maio de 2005.

VEIGA, A., SMIT, L., FÚRIA, L. “Avaliação do Dendzeiro como Opção para o Sequestro de Carbono na Amazônia”. In: Viegas, I., Muller, A. (eds). **A Cultura do Dendzeiro na Amazônia Brasileira**, 1ª ed., cap. 7. Belém, Pará, 2000.

VERIANO, Carlos Evangelista; MOURÃO, Rafael Pacheco. O pensamento de Celso Furtado e a construção de um projeto nacional. In: **Cadernos de História**. PUC/MINAS, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/P.2237-8871.2011v12n16p86/3561>. [Acesso em:16/12/2018]. [online]

VIEGAS, I., MÜLLER, Antonio Agostinho. **A Cultura do Dendezeiro na Amazônia Brasileira**. 1ª ed., Embrapa Amazônia Oriental. Belém, Pará, 2000.

VILLELA, Alberto Arruda. **O Dendê como Alternativa Energética Sustentável em Áreas Degradadas na Amazônia**. Dissertação de mestrado do Programa de Planejamento Energético, Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009. XV 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários**. Caxambu, MG, outubro, 1996. Disponível: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Raizes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. [Acesso em: 26/11/2018]. [online]

Leis consultadas

BRASIL. Constituição (1988). **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. [Acesso em: 07/04/2018]. [online]

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. [Acesso em: 07/04/2018]. [online]

BRASIL. Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. [Acesso em: 11/04/2018]. [online]

BRASIL. Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010. Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo nos termos do zoneamento. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. [Acesso em: 04/03/2018]. [online]

BRASIL. **Decreto nº 80.978**, de 12 de dezembro de 1977. Promulga a convenção relativa a proteção do patrimônio mundial, cultura e natural, de 1972. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/HTM-ANTIGOS/80978-77.HTM>. [Acesso em: 16/07/2018]. [online]

BRASIL. Decreto 6.040/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil.** Disponível. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. [Acesso em: 24/07/2018]. [online]

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. **Câmara dos Deputados.** [Acesso em: 12/12/2018]. [online]

BRASIL. Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm. [Acesso em: 30/03/2018]. [online]

BRASIL. Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm. [Acesso em: 30/03/2018]. [online]

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. [Acesso em: 30/03/2018]. [online]

BRASIL. Lei nº13. 033/2014, de 24 de setembro de 2014. Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel no Brasil. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 15 set. 2014b.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF). **PRONAF Eco Dendê.** Reunião: Câmara Técnica da Palma de óleo Poder Executivo, Belém, PA, 2012. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/Cr%C3%A9dito%20Rural%20Pronaf%202015-2016.pdf. [Acesso em: 30/04/2017]. [online]

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA).. Portaria nº - 337, de 18 de setembro de 2015. **Diário Oficial da União,** nº 181- Seção 1. Poder Executivo, Brasília, DF, 2015, p.65. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_627/Portaria%20337%20C%20de%2018%20de%20setembro%20de%202015._1.pdf. [Acesso em: 30/03/2018]. [online]

BRASIL. Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.

Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm. [Acesso em: 30/03/2018]. [online]

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm. [Acesso em: 30/08/2018]. [online]

BRASIL. MINISTÉRIO DO ABASTECIMENTO PECUÁRIA (MAPA), MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME), MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF), MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Projeto de lei: Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=768113. [Acesso em: 17/03/2018]. [online]

Norma Técnica

BRASIL. Nota técnica nº 1, 2007. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Núcleo de Assuntos econômicos-fiscais. **Câmara dos Deputados.** 2007. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/orcamento-dauniaio/estudos/2007/nt%2001%20resumofiscal_pac%2012%2002%2007.pdf18/12. [Acesso em: 12/12/2018]. [online]

CRUZ, Benedito Ely Valente da; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Dendê como projeto de estado:** uma alternativa econômica, social e ecológica para a Amazônia. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografia politica/02.pdf>. [Acesso em: 11/04/2018]. [online]

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Relatório do II Workshop do programa de produção sustentável da palma de óleo no Brasil.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Seja Bem-vindo ao Site do Dendê.** Disponível em: <http://www.cpa.embrapa.br/portfolio/sistemadeproducao/dende/index.htm>. [Acesso em: 23/09/2017]. [online]

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Palmas para o Dendê. In: **Revista Agroenergia.** Ano II, nº 2, maio de 2011. Disponível: https://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/revista_agroenergia_ed2.pdf. [Acesso em: 23/11/2017]. [online]

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia legal.** Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnicas/-/produto-servico/1248/zoneamento-agroecologico-do-dendezeiro-para-as-areas-desmatadas-da-amazonia-legal>. [Último acesso em: 02/12/2108]. [online]

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **A cultura do dendê.** Brasília: Embrapa Sede, 1995. (Coleção Plantar, 32). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/100649>. [Último acesso em: 02/12/2108]. [online]